



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JOSÉ VICTOR JOLY

**AS NOVAS DIREITAS E O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL):
A VERSÃO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF A PARTIR DO
FILME DE PROPAGANDA POLÍTICA “NÃO VAI TER GOLPE! O
NASCIMENTO DE UMA SOCIEDADE LIVRE”**

Londrina
2023

JOSÉ VICTOR JOLY

**AS NOVAS DIREITAS E O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL):
A VERSÃO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF A PARTIR DO
FILME DE PROPAGANDA POLÍTICA “NÃO VAI TER GOLPE! O
NASCIMENTO DE UMA SOCIEDADE LIVRE”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

Londrina

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

J68n Joly, José Victor .
As novas direitas e o Movimento Brasil Livre (MBL) : a versão do impeachment de Dilma Rousseff a partir do filme de propaganda política "Não vai ter golpe! O nascimento de uma sociedade livre" / José Victor Joly. - Londrina, 2023.
102 f. : il.

Orientador: José Miguel Arias Neto.
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2023.
Inclui bibliografia.

1. Novas Direitas - Tese. 2. Movimento Brasil Livre - Tese. 3. Propaganda Política - Tese. I. Arias Neto, José Miguel . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

JOSÉ VICTOR JOLY

AS NOVAS DIREITAS E O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL):
A VERSÃO DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF A PARTIR DO FILME DE
PROPAGANDA POLÍTICA “NÃO VAI TER GOLPE! O NASCIMENTO DE UMA
NAÇÃO LIVRE”

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em História
Social da Universidade Estadual de Londrina,
como requisito para a obtenção do título de
Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Arnaldo Martin Szlachta Júnior

Prof. Dr. Rival Carvalho Rolim

Londrina, 16 de março de 2023.

Dedico essa dissertação àqueles que são meus exemplos de vida e de conduta, a meu pai Irandy Joly Filho, a minha mãe Maria José Malosso Joly e a meus irmãos Bruno Renan Joly e João Guilherme Joly.

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar este trabalho, gostaria de lembrar e agradecer todos àqueles que, de alguma forma, puderam me ajudar. Nos caminhos dessa vida, diversas pessoas cruzam pelo nosso caminho e nos marcam de formas diferentes. Há muitas pessoas a agradecer, no entanto, citarei apenas àqueles que estiveram mais presentes durante esses dois anos de mestrado.

Primeiramente, agradeço aos meus pais e irmãos, Irandy Joly Filho, Maria José Malosso Joly, Bruno Renan Joly e João Guilherme Joly, por estarem sempre ao meu lado, partilhando muito amor, carinho, respeito e companheirismo. Mãe e pai, agradeço, de coração, por nunca terem interferido em nossas escolhas pessoais e profissionais e estarem apoiando e orientando sempre que necessário para que a caminhada fosse menos árdua. Bruno e Guilherme, agradeço a vocês por serem também os melhores irmãos que uma pessoa poderia ter, desde os conselhos, os desabafos pessoais e profissionais que sempre foram respeitosos e proveitosos. Eu amo todos vocês.

Ao professor Dr. José Miguel Arias Neto, que foi meu orientador no Trabalho de Conclusão de Curso na graduação em História pela UEL e também neste Mestrado em História. Obrigado por me aceitar como orientando nas duas ocasiões e por me ajudar nessa caminhada. Agradeço pelas correções, pela paciência, pelos atendimentos em horários indevidos, sobretudo pelas conversas distraídas que tínhamos sempre que possível. Admiro o ser humano e o profissional que você é, motivo pelo qual o escolhi como orientador. Carrego a experiência dessas orientações em minha vida pessoal e profissional. Muito obrigado.

Aos professores doutores Rivail Carvalho Rolim e Arnaldo Martin Szlachta Júnior, por aceitarem fazer parte da banca examinadora. Agradeço pelo tempo e pela atenção dedicados ao meu trabalho e pelas contribuições dadas na banca de qualificação. Além disso, agradeço ao professor Arnaldo pelas conversas, pelos ensinamentos pessoais, acadêmicos e profissionais, pois já tive a honra de poder trabalhar junto. Você também é um excelente ser humano e um exemplo que busco seguir em minha trajetória.

Aos amigos de república, agradeço especialmente ao Rafael Dallamico, ao Gabriel Braga, ao Marcos Palladino, ao Vinicius Leonardo e ao Leonardo Mendes,

pelos anos de amizade e de convivência juntos. Vocês também fizeram parte desse processo e fica minha gratidão pelo apoio, pelas conversas e pelos conselhos.

Por fim, não poderia deixar de agradecer também a Beatriz Sioffi de Oliveira, que foi minha melhor amiga e namorada, a quem eu dedico parte deste trabalho, pois foi a pessoa que conviveu comigo ao longo desses dois anos de pesquisa, desde os momentos mais difíceis até os mais prazerosos. A gratidão que tenho por você ultrapassa qualquer palavra, mas fica aqui o registro por ter te conhecido e por ter compartilhado com você todo esse tempo que foi importante em minha carreira acadêmica. Agradeço por você ser quem você é, pelo cuidado com as pessoas e por todo apoio dado em todos os aspectos da minha vida. Grande parte da força que me motivou a finalizar este trabalho foi graças ao teu suporte. Muito obrigado.

É isto, aliás, a ideologia para o analista de discurso: estando os sujeitos condenados a significar, a interpretação é sempre regida por condições de produção específicas que, no entanto, aparecem como universais e eternas, daí resultando a impressão do sentido único e verdadeiro.

ORLANDI, 2007, p. 96

A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.

MARX, 1852.

JOLY, José Victor. **As novas direitas e o Movimento Brasil Livre (MBL):** A versão do *impeachment* de Dilma Rousseff a partir do filme de propaganda política “Não vai ter golpe! O nascimento de uma sociedade livre”. 2023. 102 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

RESUMO

O presente estudo visa apresentar os resultados de uma pesquisa de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que analisou o discurso do Movimento Brasil Livre (MBL) presente em seu filme de propaganda política “*Não vai ter golpe! O nascimento de um Brasil Livre*”. O MBL (sigla), entendido como uma fração da nova direita brasileira, ao criar sua própria versão do *impeachment* que culminou no golpe em 2016 contra a presidenta reeleita democraticamente Dilma Rousseff (PT), fabrica o movimento como um grupo de jovens que buscavam “salvar o país de todos os males causados pelos anos de governo petista”. Assim, o filme dissemina a ideia de que os problemas políticos, econômicos, éticos, morais e sociais que o Brasil enfrentava são de responsabilidade do Partido dos Trabalhadores e de suas gestões. Nesse sentido, busca-se, a partir de autores, como Flávio Henrique Calheiros Casimiro (2020), Camila Rocha (2021), entre outros, discutir os fenômenos das novas direitas no Brasil, e como o filme mencionado serve de instrumento de propaganda política a fim projetar o MBL como “salvadores da pátria” da nação brasileira.

Palavras-chave: Novas Direitas, Movimento Brasil Livre, Propaganda Política.

JOLY, José Victor. **As novas direitas e o Movimento Brasil Livre (MBL):** A versão do *impeachment* de Dilma Rousseff a partir do filme de propaganda política “Não vai ter golpe! O nascimento de uma sociedade livre”. 2023. 102 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

ABSTRACT

This study purpose is to present the results of a Master's research in Social History at the State University of Londrina (UEL), which analyzed the discourse of the Movimento Brasil Livre (MBL) present in its political propaganda film " *Não vai ter golpe! O nascimento de um Brasil Livre*". The MBL (acronym), understood as a fraction of the new Brazilian right, in creating its own version of the impeachment that culminated in the coup in 2016 against the democratically reelected president Dilma Rousseff (PT), fabricates the movement as a group of young people seeking to "save the country from all the evils caused by the years of petista government". As such, the film disseminates the idea that the political, economic, ethical, moral and social problems that Brazil faced are the responsibility of the Workers' Party (Partido dos Trabalhadores; PT) and its administrations. In this sense, we seek based on authors such as Flávio Henrique Calheiros Casimiro (2020), Camila Rocha (2021), among others, to discuss the phenomena of the new right-wingers in Brazil, and how the mentioned film serves as an instrument of political propaganda in order to project the MBL as the "saviors of the homeland" of the Brazilian nation.

Keywords: New right-wingers; Movimento Brasil Livre; Political Propaganda.

LISTA DE IMAGENS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Símbolo I | 76 |
| Figura 2 – Símbolo II | 76 |
| Figura 3 – Dilma como fantoche..... | 77 |
| Figura 4 – Ocupação feita por manifestantes | 78 |
| Figura 5 – Manifestantes de verde e amarelo | 80 |
| Figura 6 – A marcha | 84 |
| Figura 7 – Renan Santos I..... | 87 |
| Figura 8 – Renan Santos II..... | 87 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| I NAS OBRAS DO TEMPO: OS FENÔMENOS DAS NOVAS DIREITAS, APARELHOS DE AÇÃO POLÍTICA E IDEOLÓGICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E THINK TANKS..... | 26 |
| 1.1 A ORIGEM E EXPANSÃO DOS <i>THINK TANKS</i> BRASILEIROS | 31 |
| 1.2 Os <i>THINKS TANKS</i> BRASILEIROS: O INSTITUTO LIBERAL COMO PRECURSOR DAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS | 39 |
| 1.3 Os <i>THINK TANKS</i> BRASILEIROS: O CASO DO INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS .. | 44 |
| II NAS OBRAS DO CAMINHO: O SURGIMENTO DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) E SUAS APROXIMAÇÕES COM OS THINK TANKS | 49 |
| 2.1 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE | 49 |
| 2.2 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE NO BRASIL | 52 |
| 2.3 AS MANIFESTAÇÕES DE RUA DE 2013 E 2015 E O AVANÇO DO ANTIPETISMO | 56 |
| 2.4 O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) E SUAS RELAÇÕES COM A ATLAS NETWORK E ESTUDANTES PELA LIBERDADE | 65 |
| III NAS OBRAS DO SABER: “NÃO VAI TER GOLPE!” E A VERSÃO DO IMPEACHMENT | 69 |
| 3.1 DISPOSITIVO DE ANÁLISE: DITO E NÃO-DITO | 69 |
| IV ANÁLISE | 71 |
| CONCLUSÃO | 93 |
| REFERÊNCIAS..... | 97 |

INTRODUÇÃO

Em fevereiro de 2015, cheguei em Londrina com o objetivo de cursar licenciatura em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Em março daquele mesmo ano, as manifestações que exigiam o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) haviam levado milhões de pessoas às ruas, demonstrando a força das mobilizações. O Brasil passava, naquele momento, por uma grande tensão política que se arrastava desde sua reeleição em 2014, e, desde então, o PT foi visto cada vez mais como um grande obstáculo ao desenvolvimento do país.

Dessa forma, a presente dissertação tem por objetivo analisar a propaganda política do Movimento Brasil Livre (MBL), entendido como uma fração da nova direita, sobre o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores contida no filme “Não vai ter golpe! O nascimento de uma nação livre”. A produção do MBL Filmes¹ é uma resposta à versão da que foi produzida pela esquerda brasileira, “Democracia em Vertigem”², dirigida por Petra Costa e também lançada em 2019.

Utilizando o cinema como instrumento de propaganda política, o filme é significativo para compreender a versão da nova direita, representada pelo MBL, acerca do *impeachment* e de como projeta o movimento, como aqueles que salvariam o país de todas as mazelas causadas pelos governos do PT. Dessa forma o filme contribui com o objetivo da pesquisa, pois sintetiza o pensamento do movimento, contando, desde sua história, com ênfase em seus momentos fundacionais até a derrubada da presidenta dentro de uma suposta legalidade democrática.

Diferentemente de “Democracia em vertigem” (2019) de Petra Costa, o MBL não conseguiu colocar seu longa-metragem nos circuitos de salas de cinema, tampouco na plataforma de streaming Netflix. Ele se encontra disponível nas plataformas *iTunes*, *Now* e *Google Play* para compra e/ou aluguel e no catálogo de

¹ Alexandre Santos é proprietário de uma companhia de audiovisual própria, a NCE Filmes, vinculada ao movimento. Com o filme, é possível perceber uma separação entre a companhia de Alexandre e a MBL Filmes, cuja logo está presente na introdução do filme.

² *Democracia em Vertigem* foi lançado em 19 de junho de 2019 na plataforma de streaming Netflix, chegando a ser indicado ao Oscar 2020 na categoria de melhor documentário de longa-metragem. Nele, os acontecimentos conjunturais da política brasileira, bem como o processo de *impeachment* de 2016 são narrados pela própria Petra, que une sua história pessoal com a história da democracia brasileira após o golpe político-militar de 1964 e o período de 21 anos de ditadura que o sucedeu.

serviços da *Amazon Prime Video*, mesmo não sendo identificado como um “original Amazon”.

O filme de propaganda política busca apresentar o que seria, segundo o movimento, a versão correta sobre o processo que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff: “[...] resultado de uma mobilização popular e de massa, sem liderança de representantes da política institucional, dentro da legalidade democrática, em busca da liberdade” (LEPRI, A; MOURÃO, M. 2020, p. 119). Como descrito em sua sinopse no catálogo de serviços da *Amazon Prime Video* e, segundo o movimento, o *impeachment* é apresentado como resultado das próprias ações dos governos petistas que mobilizou populares e articulado por jovens que não possuíam até o momento articulação política institucional:

A história da queda de Dilma Rousseff narrada por seus protagonistas mais improváveis: Um grupo de estudantes, artistas e empresários falidos, que de um escritório capenga no centro de São Paulo, foram capazes de iniciar uma verdadeira revolução política no Brasil. Não Vai Ter Golpe é um retrato do processo de Impeachment visto por quem de fato iniciou (PRIME VIDEO, 2019).

Justifica-se a utilização do cinema como fonte pelas relações que estabelece com a sociedade e pelo olhar histórico que essa produz a partir dos filmes históricos. Assim, “[...] trata-se de um campo de reflexão emergente, quando parte do pressuposto que o conhecimento histórico é um agente indutor de identidades e orientador da práxis dos indivíduos” (SOUZA, 2011, p. 20-21).

Não é novidade que a história está presente no cinema de múltiplas formas, podendo ela ser abordada de diversas maneiras. Para Eder Souza (2011), há filmes que, através de recuos ao passado, produzem seus enredos, outros que se preocupam em retratar ou até tematizar fatos históricos e há também filmes que se apropriam da história em uma possibilidade de compreendê-los dentro de um jogo de forças políticas e sociais de produção de sentidos sobre a história.

Um dos pioneiros a pensar a relação existente entre cinema e história é o historiador francês Marc Ferro (1976). Para o autor, o cinema seria um testemunho singular de seu tempo por estar fora do controle das instâncias de produção, sobretudo o Estado e, dessa forma, permite um olhar à sociedade diferente daquela que é proposta pelos seus segmentos, tanto o poder constituído quanto sua oposição

[o cinema] destrói a imagem do duplo que cada instituição, cada indivíduo se tinha constituído diante da sociedade. A câmera revela o funcionamento real daquela, diz mais sobre cada um do que queria mostrar. Ela descobre o segredo, ela ilude os feiticeiros, tira as máscaras, mostra o inverso de uma sociedade, seus “lapsus”. É mais do que preciso para que, após a hora do desprezo, venha a da desconfiança, do temor (...). A ideia de que um gesto poderia ser uma frase, esse olhar, um longo discurso é totalmente insuportável: significaria que a imagem, as imagens (...) constituem a matéria de uma história que não a História, uma contra-análise da sociedade (FERRO, 1976, p. 202-203).

Ferro teve grande contribuição ao possibilitar o historiador trabalhar o filme como documento histórico. Para Eduardo Morettin (2003), há quatro maneiras pelas quais a história se manifesta pelo cinema: a primeira se aproxima de uma herança positivista em que há uma preocupação maior em reconstituir através do filme o passado de uma forma mais exata; a segunda que, através de um “discurso novelesco” hegemônico ao discurso histórico, “subverte” os fatos e processos históricos de forma mais sutil; a terceira que, através de citações bibliográficas e documentais, cria uma narrativa histórica própria e, por fim, mas não menos importante, aquela em que há o predomínio da ideologia, ou seja, um “discurso ideológico” dos realizadores sobre a historicidade que busca subverter o sentido dos personagens e dos fatos. Acerca disso, Napolitano (2008) afirma que o que está em jogo:

[...] são várias opções de representação cinematográfica da história que terão implicações não apenas estéticas, mas ideológicas, completamente diferentes. Em muitos casos, essas quatro maneiras interpenetram-se, exigindo do historiador um olhar atento que vá além da tradicional dicotomia entre “realismo” ou “ficção”, ou filmes documentais tomados como fantasias históricas (NAPOLITANO, 2008, p. 241).

Segundo o cineasta Mark Carnes (1997), há uma diferença entre a produção historiográfica e a produção cinematográfica. Enquanto os historiadores estão preocupados no refino de seus estudos, pois há uma cobrança acerca da crítica documental estruturada em métodos rigorosos, os cineastas preocupam-se mais em impressionar, em emocionar o público pela sua produção. Ainda para Carnes (1997), independentemente de se ter uma preocupação com a exatidão histórica, o filme causa no espectador uma sensação de veracidade.

Pensando o cinema como instrumento de propaganda política, segundo Wagner Pinheiro Pereira (2003), foi durante a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) que o cinema passou a ser explorado de forma ideológica, inicialmente de maneira bastante modesta e ingênua. Tais filmes eram desprovidos de um aperfeiçoamento técnico se comparados aos que surgiram nas décadas seguintes pelas propagandas dos regimes nazi-fascistas que compreenderam melhor a influência desse instrumento para o exercício do poder e da disseminação de suas ideologias.

Esses regimes que ascenderam na Europa durante as décadas de 1920 e 1930 abusaram dos métodos de comunicação de massa para produção de propagandas políticas, já que elas são um instrumento estratégico para o exercício do poder em qualquer regime político, porém, em regimes totalitários, nos quais o Estado censura e controla todo e qualquer tipo de informação, a propaganda adquire um significado ainda maior pelo monopólio exercido pelo Estado.

No Brasil, essa prática não é uma novidade que surge com o MBL, mas que, segundo Maria Helena Capelato, (1994) já fora exercida pelo regime varguista através de órgãos produtores de propaganda política e controladores dos meios de comunicação. Buscando uma inspiração europeia, a propaganda política possuía características muito particulares, como:

uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras; simplificação das ideias para atingir as massas incultas; apelo emocional; repetições; promessas de benefícios materiais ao povo (emprego, aumento de salários, barateamento dos gêneros de primeira necessidade); promessas de unificação e fortalecimento nacional (CAPELATO, 1994, p. 167).

De acordo com Queiroz (2011), o filme, como instrumento de propaganda política e ideológica, permite disseminar, através da persuasão, as ideias de determinado grupo. Uma vez espalhada essa ideia através dos meios de comunicação, são retransmitidas de forma direta ou indireta através das instituições sociais, ampliando e reforçando seu processo de difusão.

Ainda para Capelato (1994), o sociólogo Pierre Ansart afirma que a imposição sistemática de ideologias pelos fenômenos modernos de propaganda política permite melhor compreender “[...] como a sensibilidade política não é um estado de fato, mas o resultado de múltiplas mensagens, apelos, interpelações e dramatizações que mantêm ou modificam diariamente os sentimentos coletivos” (CAPELATO, 1994, p.

168). Assim, a confiança e desconfiança, admiração e ódio que são produzidos através da influência e da persuasão “[...] são permanentemente objetos de um trabalho multiforme de renovação e inculcação” (CAPELATO, 1994, p. 168).

A propaganda política transforma ideias e conceitos em imagens, em símbolos e em mitos que são transmitidos pela mídia. Segundo Pereira (2003), a sedução é a referência básica da propaganda, pois é um elemento de ordem emocional de grande eficácia na conquista de adesão política.

A propaganda política do MBL, presente no filme, narra desde a fundação do movimento até a derrubada da presidenta Dilma dentro de uma suposta legalidade democrática e se dá a partir de uma sequência lógica das cenas e dos fatos que atribuem também uma certa linearidade dos acontecimentos. No entanto, segundo Queiroz (2011), nem sempre é a visão dos partidos que é repassada pelo longa-metragem e, neste caso, do MBL, a visão do diretor ou da própria população também pode afetar de forma significativa a construção desses imaginários coletivos. Citando Bernardet, Queiroz (2011) complementa dizendo que para além de vários mecanismos que são utilizados para significar o real, o filme também se vale do “[...] encadeamento das sequências num raciocínio lógico que mistura a análise do fenômeno com o contexto inserido” (QUEIROZ, 2011, p. 28). Portanto, o filme se ancora na exploração da realidade, mas não da forma “como ela é”, e sim como uma representação parcial e subjetiva da realidade.

Diante disso, devemos também observar na forma como a propaganda política é abordada pelo filme. Segundo Corrêa (2006), um dos pontos principais é a ideia de que se faz sobre o outro; de uma estética e de uma forma que nascem por conta dessa ideia do outro e também de uma definição bem clara da oposição entre bem e mal, desqualificando a ação dos opositores e apontando cúmplices. Dessa forma:

[...] Elegem-se as verdades que serão apresentadas (ou representadas) e conclui-se pela desqualificação de um possível opositor. Em essência, essa determinação da propaganda política reflete, com maior ou menor determinação, um padrão discursivo comum que se define em um conteúdo estético e de representação que leva em conta as características do período histórico no qual está inserido (CORRÊA, 2006, p. 4).

Assim, para que o objetivo seja alcançado, é necessário que a propaganda política alcance as emoções, comunicar-se diretamente com seu público e direcionar

suas ações para sentimentos pré-existentes no âmago da sociedade. Nesse sentido, a indignação é um dos principais sentimentos explorados pelos filmes de propagandas políticas, pois “[...] proporciona uma experiência que não deixa lugar para a ambivalência moral” (CORRÊA, 2006, p. 6).

A ferramenta escolhida para auxiliar o desenvolvimento da pesquisa foi a Análise do Discurso francesa (AD). Segundo Orlandi (2020, p. 13), o discurso, como o próprio nome já indica, “[...] é a palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando”. Nesse caso, a Análise do discurso busca observar ideias, conceitos e representações – ideologias – no plano histórico que ganham sentido, pois a Análise do Discurso trabalha com a “[...] língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade” (ORLANDI, 2020, p. 13).

Para AD, deve-se levar em consideração não somente o homem em sua história, mas também as condições de produção nas quais a linguagem é produzida, a relação que a língua estabelece com os sujeitos e as situações em que se produzem. Assim, “[...] para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção, o analista do discurso relaciona a linguagem à sua exterioridade” (ORLANDI, 2020, p. 14). Desse modo, o estudo permite refletir sobre a maneira como a ideologia se materializa pela língua.

Partindo do pressuposto colocado por Orlandi (2020) de que a materialidade da ideologia é o próprio discurso e a materialidade do discurso é a língua, é necessária, portanto, a relação entre língua-discurso-ideologia. Essa relação também nos permite entender que o discurso não existe sem o sujeito e que não há sujeito sem ideologia, da mesma forma que a relação existente entre linguagem/pensamento/mundo não é transmitida diretamente de um para o outro, pois existem as especificidades de cada sujeito que é afetado pela história.

A memória também se constitui em um elemento importante. A memória é definida como interdiscurso, que, por sua vez, é chamado de memória discursiva. Portanto, pode ser definida como aquilo que se fala antes, em outro lugar, independentemente do que possibilita qualquer dizer sob algo que já-dito.

Orlandi (2020) nos apresenta um excelente exemplo que demonstra de forma mais prática o funcionamento dessa memória discursiva. Imaginemos que em uma universidade ocorreram eleições e que, na entrada desse campus, observa-se uma

faixa preta com o seguinte enunciado em largas letras brancas: “vote sem medo!” que precede uma explicação sobre o fato de que os votos não seriam identificados. E ainda, logo abaixo, o nome de entidades de representação de funcionários e de professores.

Para além das possíveis análises que poderão ser feitas a partir do caso acima, podemos observar que o interdiscurso disponibiliza dizeres que modificam a forma como o sujeito significa na situação discursiva apresentada.

[...] tudo o que já se disse sobre o voto, sobre eleições, sobre eleitores e também todos os dizeres políticos que significaram, em diferentes candidatos, os sentidos da política universitária estão, de certo modo, significando ali. Todos esses sentidos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito enorme sobre o que aquela faixa diz. São sentidos convocados pela formulação: *vote sem medo!* Que pressupõe, entre outras coisas, na experiência política que temos, que as pessoas têm medo de votar, não votam livremente, etc. Experiências passadas, de ditaduras, de governos autoritários são ressentificadas por esse enunciado (ORLANDI, 2020, p. 29-30).

É assim que a memória, ou interdiscurso, permite relacionarmos o enunciado da faixa a uma série de outros dizeres, a uma memória e a identificá-la a partir da história. Além disso, o fato de haver um já-dito que garante as bases de todo dizer, torna fundamental estabelecer também relações entre discurso, sujeitos e ideologia.

Para que faça sentido, é necessário que o interdiscurso – formulações de palavras feitas – já façam sentido, ou seja, tenham sido ditos anteriormente por alguém em um lugar específico. Dessa forma, devido a essas formulações que caíram no “anonimato”, ao serem ditas, somos afetados por certos sentidos. Nessa perspectiva, Orlandi (2020) faz indagações sobre o porquê somos afetados por alguns sentidos e outros não e responde que, mesmo isso ficando por conta da história e do acaso, isso se dá pela relação existente entre nós, a língua, a história e a nossa experiência de mundo através da ideologia. É por esse motivo que a Análise do Discurso se torna tão importante, pois “[...] se propõe a construir escutas que permitem levar em conta esses efeitos e explicitar a relação com esse ‘saber’ que não se aprende, não se ensina, mas que produz seus efeitos” (ORLANDI, 2020, p. 32).

Além das condições de produção do discurso, devemos observar ainda as relações de força que se constituem socialmente. Isso equivale a dizer que é necessário levar em consideração o lugar de fala do sujeito constitutivo daquilo que

diz. Isso se explica pelo fato de que a sociedade na qual vivemos também é formada por relações hierarquizadas, relações de poder nos diferentes lugares que se valem a partir da “comunicação”.

Neste trabalho, o discurso será analisado levando em consideração a forma como ele é construído, a relação dos sujeitos envolvidos com a própria língua e o contexto em que é produzido. Dessa forma, concordamos com a autora ao dizer que não se trata apenas de transmissão de informações, pois no processo de funcionamento da linguagem que relaciona os sujeitos e os sentidos afetados pela língua e pela história, “[...] temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação” (ORLANDI, 2020, p. 19).

O discurso se forma a partir do sentido criado pela enunciação de palavras. Assim, resignificando o conceito de “vontade de Deus” presente na análise de Marilena Chauí (2000) acerca do mito fundado do Brasil, o MBL, através da propaganda política, é colocado como uma espécie de messias, ou seja, aquele que surge para salvar a pátria.

O interesse pela reorganização e crescimento das novas direitas e do Movimento Brasil Livre vem desde a graduação, momento em que procuramos observá-los como um novo ator político da sociedade brasileira a partir de suas aproximações com as estratégias de uma direita reestruturada. Assim, com o objetivo de compreender suas formas de atuação, bem como a propaganda produzida em torno do processo de impedimento de Dilma por membros do MBL, chegamos a essa pesquisa de mestrado.

O Movimento Brasil Livre emerge em um contexto em que as novas direitas brasileiras se rearticulam cada vez mais no cenário político. A rearticulação das novas direitas no Brasil acontece no momento da transição democrática acerca da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, momento no qual buscaram atualizar suas formas e estratégias de atuação política.

Para o historiador Flávio Casimiro (2018), o momento da redemocratização pode ser caracterizado por uma “ocidentalização da sociedade brasileira”, contexto em que há uma “complexificação da sociedade civil”, renovando o caráter da nova direita brasileira. Para compreendermos o novo *modus operandi* desse grupo, Casimiro (2018) ainda afirma que há vários elementos que precisam ser considerados, sobretudo o crescimento de Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

(Fasfil) ou *think tanks* – que Casimiro chama de aparelhos privados de hegemonia. No entanto, ao longo do trabalho, chamaremos esses grupos de aparelhos de ação política e ideológica por se tratar de grupos financiados pela burguesia brasileira que se articularam durante os debates da ANC.

Para Jefferson Barbosa (2016), *think tank* é um conceito da Ciência Política e da Sociologia que designa organizações de formação de opinião pública, centros de pesquisa independentes do poder público. Sua atuação ultrapassa o campo militar, englobando discussões estratégicas sobre questões vitais.

Porém, essa postura mais autônoma com relação ao poder público se modifica a partir da fundação do *think tank* norte-americano *Heritage Foundation* em 1973, “[...] comprometido com a difusão de ideias do também economista liberal August von Hayek” (BARBOSA, 2016, p. 152). Com a missão de formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas na defesa da livre-empresa, do Estado mínimo, da liberdade individual, dos valores tradicionais americanos, a entidade busca influenciar ao máximo possível o processo político.

Segundo Casimiro (2018), essas organizações que buscam construir uma hegemonia burguesa procuram, por meio de uma atuação incisiva e militante, universalizar seus interesses. Além de uma atuação política e ideológica encabeçada por intelectuais e empresários, seus membros investem um capital material e simbólico a fim de defender sua posição no conjunto da luta de classes. Assim, “[...] destaca-se nesse processo a atuação doutrinária desses aparatos da burguesia brasileira, mirando a produção de consenso” (CASIMIRO, 2014, p. 28).

As organizações voltadas na “defesa da liberdade” podem ser vistas como uma rede de *think tanks* ligadas pela *Atlas Network* que financia uma rede de outras organizações atuantes na América Latina, Europa, Ásia e África. Dentre elas, a *Students for Liberty*, *think tank* norte-americano fundado em 2008 na *Columbia University* que deu origem ao Movimento Brasil Livre, objeto desta pesquisa.

A cientista política Camila Rocha (2018) destaca as aproximações das novas direitas com esses *think tanks* e afirma que possuem, como característica, a sua organização a partir da *internet*. À medida que os governos do PT se afastaram de medidas econômicas neoliberais, novos grupos de oposição ao governo e que não se sentiam representados pelos partidos da direita tradicional e de centro-direita começaram a se articular para discutir ideias polêmicas.

Entre 2007 e 2013, ultraliberais, em conjunto com outros militantes que além do livre-mercado também defendiam pautas conservadoras, passaram a circular em novas e antigas organizações civis, grupos e movimento de defesa do livre-mercado e a formar grupos de estudo e chapas para disputa de centros e diretórios acadêmicos em universidades públicas. Foram justamente estes novos grupos militantes, formados a partir da internet, que deram origem à Campanha Pró-Impeachment (2014-2016) (ROCHA, 2018, p. 17).

Dessa forma, a escolha do Movimento Brasil Livre (MBL), como objeto de estudo, justifica-se pelo fato de terem se originado no *think tank Students For Liberty* (SFL), fundado em 2008 na *Columbia University* e pelo grau de alcance e popularidade que o movimento adquiriu desde sua fundação, sobretudo entre os jovens.

Não pretendemos enquadrar o MBL como uma espécie de *think tank* que objetiva influenciar os processos políticos em âmbito estatal. A ideia central é analisá-lo como um grupo que se origina a partir de um *think tank* e que, através de sua atuação, possui alguns objetivos parecidos dentro de uma disputa ideológica, como a produção de consensos. Assim, compreendemos ser relevante sua ação política fora do âmbito institucional, já que foi um dos principais articuladores dos movimentos a favor do *impeachment*.

O Movimento Brasil Livre foi criado em novembro de 2014 como resultado das mobilizações de rua de 2013. Após sua fundação, organizaram protestos da direita pelo Brasil com o impeachment sendo uma de suas principais pautas, além da defesa do fim da corrupção, do “Fora PT”. Entre os manifestantes que foram às ruas, alguns símbolos nacionais – os semióforos – foram amplamente utilizados, sobretudo a camisa da seleção brasileira com as cores verde e amarela.

Catapultado pelo contexto de crise política, o MBL foi um dos principais articuladores dos movimentos *pró-impeachment*. Para compreendermos o ressurgimento das novas direitas e a construção da narrativa do MBL, no primeiro capítulo retornamos à década de 1980, momento em que as novas direitas começaram a se rearticular, renovando suas estratégias de atuação política em torno da Assembleia Nacional Constituinte. Abordamos o que são as novas direitas a partir da atuação aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo e a atuação dos *think tanks* internacionais e no Brasil de acordo com Camila Rocha (2018). Dessa forma pudemos analisar as formas de atuação política e a composição de alguns grupos, permitindo-nos identificar seus princípios, ideologias e modos de

reprodução. O objetivo foi resgatar, na história política brasileira, as estratégias dessa nova direita brasileira.

Ainda no primeiro capítulo, debruçamo-nos sobre os *think tanks*, suas influências, membros e financiadores para melhor compreender as ideologias e suas formas de reprodução. Destacamos o Instituto Liberal do Rio de Janeiro (IL-RJ) por ter sido o primeiro *think tank* fundado no Brasil e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) que foi a entidade que buscou influenciar de forma mais ativa a criação de diversos outros grupos de orientação liberal no país, bem como construir um consenso em torno das pautas liberais para a sociedade civil e a classe política.

Como veremos mais adiante, o Movimento Brasil Livre, que logrou êxito em aglutinar os descontentamentos de parcelas das classes médias com o governo, possui estreitas relações com os *think tanks* norte-americanos. Dessa forma, buscamos, no segundo capítulo, a partir da perspectiva do tempo presente, identificar as influências que os movimentos de rua, iniciados em 2013, possuíram no Movimento Brasil Livre e sua origem a partir do *Students for Liberty* (SFL).

A importância de estabelecer essas relações – MBL e SFL – dá-se pelo fato de que, tanto o Movimento Brasil Livre e as organizações internacionais agem em defesa do liberalismo econômico. Nesse sentido, no contexto em que as ações do MBL se intensificam, cria-se uma ideia de que o governo do Partido dos Trabalhadores sob a presidência da recém reeleita Dilma Rousseff se constituía em um grande obstáculo não só para o desenvolvimento do liberalismo, mas também para o Brasil. Dessa forma, o MBL, apoiado pelos *think tanks*, busca varrer cada vez mais o PT do governo.

Por fim, dedicamos o terceiro capítulo da pesquisa à análise. Em um primeiro momento, destacamos o dito e o não-dito como dispositivos de análise utilizados pela Análise de Discurso, ferramenta a qual utilizamos em nossa análise. Depois, analisamos o filme sob o mito formulado por Marilena Chauí (2000) em “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária” a partir da obra da vontade de Deus e como serve de instrumento de propaganda política pelo Movimento Brasil Livre.

A escolha do nosso objeto foi motivada pela forma como o longa inicia, em que aparecem imagens de um grupo marchando à beira de uma rodovia com bandeiras com as cores do Brasil que seriam a versão correta de como se deu o *impeachment*: resultado de uma grande mobilização de massa, ausente de representantes da política institucional e dentro da legalidade democrática, em busca da liberdade.

O trabalho se propõe a analisar o discurso do movimento a partir do sentido criado pela enunciação de palavras. Dessa forma, observamos como o discurso produzido pelo MBL através do filme de propaganda ressignifica o conceito de “vontade de Deus” presente na análise de Marilena Chauí (2000) acerca do mito fundado do Brasil e como o país estaria supostamente “preso” durante os governos petistas.

O mito de Chauí (2002) foi escrito no momento em que o Brasil pensava em festejar 500 anos de seu “descobrimento”. Nesse sentido, ao inverter a questão e indagar sobre o que realmente os brasileiros deveriam comemorar naquele quinto centenário, seu livro volta-se a um estudo sobre o nacionalismo em solo brasileiro destacando o conceito sob a perspectiva da representação social:

[...] cada um de nós experimenta no cotidiano a forte presença de uma representação homogênea que os brasileiros possuem do país e de si mesmos. Essa representação permite, em certos momentos, crer na unidade, na identidade e na indivisibilidade da nação e do povo brasileiros, e, em outros momentos, conceber a divisão social e a divisão política sob a forma do amigos da nação e dos inimigos a combater, combate que engendrará ou conservará a unidade, a identidade e a indivisibilidade nacionais (CHAUÍ, 2000, p. 7-8).

Nesse sentido, a autora explica que a utilização do termo “mito” não é entendida apenas em seu sentido etimológico (*mythos* – narração pública de feitos lendários de uma comunidade), mas também em seu sentido antropológico, como uma espécie de narrativa que serve como “[...] uma solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (CHAUÍ, 2000, p. 9). Assim, dentro de uma perspectiva ideológica, o mito pode ser compreendido com a intenção de mascarar uma certa realidade, como os estereótipos criados nos discursos políticos.

Diante dessa perspectiva, os brasileiros construíram, sobre si mesmos, as formas de mitificação das representações que possuem de si. É por esse motivo que, ao invés de utilizar o termo “formação”, Chauí utiliza “fundação”. O primeiro refere-se à própria história com determinações políticas, econômicas e sociais. Já o segundo refere-se a algo que explica a origem ou a fundação de determinado povo que é eternizado pelas constantes ressignificações.

Outro elemento importante destacado pela autora que nos interessa é o conceito de “semióforo”. Sendo uma palavra de origem grega, *semeion* (“sinal” ou

“signo”) e *phoros* (“trazer para frente”, “expor”. Um semióforo é uma espécie de elemento que diferencia uma coisa da outra ou até mesmo um vestígio deixado que contém inúmeros significados.

um *semióforo* é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heroica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação (CHAUÍ, 2000, p. 12).

Além disso, o historiador Gilmar Arruda (2013) afirma que, segundo Marilena Chauí, o semióforo pode também incluir pessoas que se apresentam como heróis e que não são estáticas, são elementos que produzem significados. Arruda (2013) afirma ainda a importância que elementos da história estão entre esses signos de poder e prestígio:

Entre os signos de poder e prestígio estão os elementos da história, as narrativas que enaltecem os feitos dos grandes homens do passado, os trabalhos e a luta em torno da memória. É conhecida a expressão de Jacques Le Goff sobre as disputas em torno da memória como instrumento vital na manutenção do poder. Nesse sentido, tornar-se os “senhores da memória”, ou estar mais perto da fundação ou dos fundadores, é um recurso importante na constituição de poder e legitimidade (ARRUDA, 2013, p. 09).

Dessa forma, importa-nos também a questão da nação e do nacionalismo. O termo “nação” se constitui num “semióforo fundamental”, um “semióforo matriz” que é produzido pelo poder político através do apelo à identidade nacional que faz adquirir prestígio que, por meio de seus intelectuais orgânicos, “[...] faz a nação o sujeito produtor dos semióforos nacionais e, ao mesmo tempo, o objeto de culto integrador da sociedade una e indivisa” (CHAUÍ, 2000, p. 14). Assim, a identidade nacional produz um movimento que sai das pessoas enquanto indivíduos e relativos a uma classe no processo produtivo para produzir uma consciência nacional, ou seja, o esvaziamento dos sujeitos políticos e sociais diluídos na ideia de nação.

A proposta de Marilena Chauí acerca dos semióforos se dá em torno da criação dos mitos fundadores e da sociedade brasileira e, portanto, do processo de constituição de uma nação chamada de Brasil. Em nossa discussão, é possível

comparar o processo de constituição do semióforo fundamental, a nação com a construção da imagem dos membros do Movimento Brasil Livre a partir dos aspectos narrativos que constituem o filme. Dessa forma, ao se colocarem como salvadores da nação, o Partido dos Trabalhadores - partido da atual ex-presidenta Dilma Rousseff e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva - seriam os agentes a serem combatidos.

O mito fundador do Brasil, segundo a autora, surge sob três elementos que “[...] aparecem nos séculos XVI e XVII, sob a forma das três operações divinas que, no mito fundador, respondem pelo Brasil: a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a história, e a vontade de Deus, isto é, o Estado” (CHAUÍ, 2000, p. 58). A Natureza se refere à “visão do paraíso”, a história ao tempo judaico que coloca o Brasil numa espécie de profecia pela qual deveria ser conquistada e, a palavra de Deus, refere-se ao poder teocrático medieval pela qual um líder é escolhido a partir da vontade divina. E é a partir dessa ótica que analisaremos o discurso do Movimento Brasil Livre.

**I NAS OBRAS DO TEMPO:
OS FENÔMENOS DAS NOVAS DIREITAS, APARELHOS DE AÇÃO POLÍTICA E
IDEOLÓGICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO E *THINK TANKS***

Nos últimos anos, a política brasileira tem acompanhado um intenso avanço de uma nova direita reconfigurada no capitalismo. Em um contexto marcado pela luta de classes e pela hegemonia da burguesia, esses grupos colocam em risco algumas conquistas sociais no campo democrático. O ano de 2015 é emblemático para pensarmos sobre seu protagonismo. Renovada e mais articulada, essa nova direita foi às ruas protestar a favor do afastamento da presidenta Dilma Rousseff e defender um seletivo “combate à corrupção” protagonizado pelas operações da Polícia Federal acerca da Lava Jato.

Se é evidente o crescimento desses grupos na política brasileira contemporânea, analisá-los a partir de 2015 torna a análise limitada, assim, aprofundar-nos-emos mais adiante junto das jornadas de junho de 2013. Para a compreensão dessa nova direita na política contemporânea brasileira, o historiador Flávio Casimiro deu uma grande contribuição ao analisar sua reconfiguração no sentido político-ideológico desde os anos 1980, momento em que o Brasil passava pelo seu processo da redemocratização. Ademais, é necessário questionarmos também o esgotamento dos governos petistas (Lula e Dilma) no sentido das políticas sociais voltadas a uma redução das desigualdades sociais e ao aumento do consumo das famílias menos favorecidas.

A abertura política iniciada na década 1970 trouxe certas inseguranças ao empresariado brasileiro acerca dos rumos que a economia e a política poderiam seguir. Assim, a elaboração de uma nova Constituição iniciada com a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) que contava com um processo eleitoral mais amplo passou a ser a grande preocupação das elites econômicas, haja vista a mobilização da esquerda e de movimentos populares que também buscaram aprovar seus projetos na constituinte. Dessa forma, para manter posições sociais e situações econômicas lucrativas, novas estratégias de articulação se fizeram necessárias.

Líderes empresariais produziam críticas às formas de condução da economia e os mesmos buscavam consolidar suas pautas de acumulação frente ao Estado como nos debates acerca da Assembleia Nacional Constituinte (ANC).

Com o retorno do pluripartidarismo em 1979, os antigos partidos políticos do regime militar se romperam. Herdeiro da Aliança Renovadora Nacional (Arena) - partido de apoio ao regime militar - o Partido Democrático Social (PDS) sofreu uma ruptura com o surgimento do Partido da Frente Liberal (PFL). Esse buscou se aliar ao partido de oposição, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), apoiando a eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1984.

Porém, essa não é a única mudança que ocorreu no processo de redemocratização. A década de 1980 também testemunhou outras alterações, sobretudo nas clivagens ideológicas no campo da direita. Como atesta André Kaysel (2015):

Se antes da transição democrática, o apoio à ditadura era a principal baliza que definiria o pertencimento à direita, durante o processo de democratização, em especial no bojo do momento constituinte (1987-1988), a direita abraçaria a defesa de políticas de liberalização econômica, ditas “neoliberais”, como seu principal traço programático. Essa nova orientação [...] se aprofunda na década seguinte, com a formação de diferentes *think tanks* neoliberais com apoio de seus congêneres estadunidenses, sendo o pioneiro o Instituto Liberal do Rio de Janeiro (KAYSEL, 2015, p. 68).

Além das rupturas dentro dos partidos que atuaram durante o regime militar e o surgimento dos primeiros *think tanks* no Brasil, a década de 1980 também foi marcada pela necessidade de reorganização de uma nova direita para fazer frente às mobilizações populares de esquerda. Esses últimos ganharam projeção na política nacional durante a redemocratização, sobretudo com a fundação do PT e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Assim, o principal campo de batalha ideológica era a ANC quando políticos que compunham um grupo conhecido como “centrão” buscavam atuar no sentido de barrar qualquer proposta que buscasse uma reforma social mais profunda.

A implementação de reformas neoliberais no país foi alavancada em 1990 após as eleições presidenciais com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988. A vitória de Fernando Collor de Mello pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN) em 1989 acompanhou a tendência mundial de implementação do neoliberalismo. As primeiras medidas adotadas por seu governo foram o congelamento dos preços e dos salários; a redução da presença do Estado na economia por meio da privatização de

empresas estatais e a abertura da economia para o exterior. Porém seu governo foi interrompido ao ser afastado por um processo de *impeachment* em 1992.

O grande arauto do neoliberalismo brasileiro chegaria ao Palácio do Planalto com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 pelo PSDB. Sociólogo de formação e ex-ministro das Relações Exteriores e da Fazenda durante o governo de Itamar Franco (1992-1995) - momento em que lançou o Plano Real - seu governo acompanhou os ditames da política neoliberal: iniciou um amplo processo de privatizações de empresas estatais, muitas das quais eram uma herança do regime militar e promoveu uma drástica redução do papel do Estado como agente efetivo da atividade econômica.

Porém o campo social foi seu grande calcanhar de Aquiles. Apoiado pelo empresariado industrial do Sudeste e pelo PFL, o partido era herdeiro da ditadura civil-militar e era composto pelas forças mais conservadoras do nordeste brasileiro. Assim, os dois grupos que davam sustentação ao governo se colocavam contra qualquer postura mais transformadora.

A transição democrática brasileira, no final da década de 1980, foi marcada por uma acirrada disputa em torno da ANC e pela redefinição das estratégias de dominação por parte da burguesia brasileira. A renovação das formas de dominação operadas pela classe burguesa pode ser entendida, como classificou o historiador Flávio Casimiro (2014), dentro do contexto de “ocidentalização da sociedade brasileira” no processo de “complexificação da sociedade civil”, dando uma nova roupagem àquilo que ficou conhecido como “nova direita” no Brasil.

Para o historiador Casimiro (2018), tal complexificação se caracteriza pelo aumento do número de organizações político-ideológicas da burguesia que buscavam ampliar a defesa de seus interesses para a sociedade civil, influenciando também a classe política. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) que buscaram atualizar o *modus operandi* da burguesia, aumentaram, no Brasil, de 1990 até 2002 “[...] de 105 mil para cerca de 276 mil entidades, sejam elas burguesas ou de contestação do modelo hegemônico” (CASIMIRO, 2020, p. 26). Além disso, a cientista política Camila Rocha (2018) evidencia o aumento do número de *think tanks* pró-mercado no Brasil, influenciados pelas obras de Mises, Hayek e Friedman que também se configuram como estratégias burguesas na busca da produção de um consenso em torno das ideologias pró-mercado. Assim, o contexto de abertura à

democratização serviu para a burguesia atualizar suas formas de articulação na defesa dos interesses de acumulação.

Essa nova direita e a renovação das formas de dominação vai além da Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Como observa Casimiro:

Em um segundo momento, já em um contexto autoproclamado “democrático”, após a Constituinte, ocorreu uma investida mais significativa em um novo *modus operandi* de organização política e ideológica das classes e frações de classes burguesas. Multiplicando-se em uma extensa gama de aparelhos de difusão, os pressupostos da economia de mercado e de valores conservadores e/ou reacionários ganham capilaridade e penetração nos mais distintos meios, adquirindo ressonância em diferentes espaços da vida social [...] (CASIMIRO, 2018, p. 27).

Essa nova direita atua buscando desarticular e atacar movimentos sociais e direitos trabalhistas a partir da coerção estatal. Porém, a própria burguesia possui frações intraclasses, assim não podemos entendê-las como um grupo homogêneo. Para que o projeto de dominação se concretize, é necessário conscientizar e aglutinar todas as frações do capital: desde o pequeno comerciante aos grandes grupos financeiros e industriais. É assim que os aparelhos de ação política e ideológica buscam desempenhar atuar, atuando como um:

córtex político – de atuação conjuntural, tático-operacional – quanto funcionando como um *Estado-maior*, ou seja, um partido político (no sentido *lato*, na formulação de Gramsci), capaz de elaborar um projeto político e operacionalizar estratégias de caráter estrutural, para além dos interesses imediatos de classe (CASIMIRO, 2018, p. 27).

Na segunda metade do século XX, quando o Brasil caminhava para a transição democrática, a burguesia começava a se articular frente ao avanço de organizações das classes trabalhadoras e a pensar novas estratégias para se relacionar com o Estado. Em meados de 1980, com as discussões acerca da ANC os atores sociais passam a organizar ações e estratégias para defender seus interesses e para eleger a classe política em torno da constituinte. As entidades e as organizações empresariais analisadas compõem esse quadro de reconfiguração das novas direitas e uma reestruturação das estratégias de dominação no contexto de redemocratização pela disputa da Constituição de 1988. Nesse sentido, seja pelo número de *think tanks*, como analisou Camila Rocha (2018), ou pelo número de aparelhos privados de

hegemonia, classificados pelo historiador Flávio Casimiro (2018, p. 42), a conjuntura política brasileira, foi uma verdadeira “batalha em campo aberto”.

Em sua tese de doutorado, Camila Rocha (2018) realizou entrevistas³ com algumas lideranças e alguns militantes que contribuíram para a renovação dessa nova direita brasileira. Numa delas, o empresário Adolpho Lindenberg (1924 -), o primeiro tradutor da obra “O Caminho para Servidão” de Friedrich von Hayek, publicada em 1946, afirma que, no Brasil, antes da revolução – termo utilizado para se referenciar ao golpe civil-militar brasileiro de 1964 – na década de 50, foi criado um movimento da esquerda católica com o objetivo de formar comunidades de base formadas por trabalhadores, padres, operários e feministas. Essas, para o entrevistado, eram apoiadas em leituras, como do bispo católico Dom Helder Câmara, que defendiam, principalmente, uma reforma agrária, destruindo, portanto, a estrutura agrária brasileira. Diante disso, Adolpho Lindenberg passou a participar de um movimento conservador, tradicionalista e também católico, chamado “Tradição, Família e Propriedade”, coordenado por Plínio Côrrea de Oliveira, que se opunham ao movimento de esquerda. Nesse contexto, tal movimento conservador promoveu diversas ações que objetivavam minar a influência e as ações dessas comunidades de base.

Segundo o entrevistado, o movimento “Tradição, Família e Propriedade” também contava com o auxílio de membros da Igreja Católica, como os bispos Dom Antônio de Castro Meyer e Dom Geraldo de Proença Sigaud, que escreviam cartas pastorais e discursos que tentavam reverter a opinião pública acerca da reforma agrária. Nesse sentido, Lindenberg, observando o crescimento da esquerda católica no país, buscou se basear em intelectuais que se opunham à esquerda. Foi nesse contexto, portanto, que tomou conhecimento da obra de Hayek e decidiu publicá-la no Brasil. Seu otimismo se baseava na autoridade científica que o economista austríaco conseguiu atribuir em seus escritos.

Logo é possível constatar que essa nova direita brasileira se caracteriza por ter buscado atualizar suas estratégias de atuação político-ideológica durante a década de 1980. Com a criação de entidades e de organizações empresariais, passou a adotar novas formas de se relacionar com o Estado e produzir o consenso na

³ Cf. ROCHA, Camila. Menos Marx, mais mises: Uma gênese da nova direita brasileira (2006 – 2018). 2018. 232 f. **Tese (Doutorado em Ciência Política)**, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

sociedade civil acerca da ideologia liberal. Por outro lado, como veremos a seguir, essa articulação se inicia muito antes pela ausência de uma literatura de pensadores clássicos da tradição liberal no Brasil e pelo crescimento de organizações da classe trabalhadora que ameaçavam os interesses empresariais.

1.1 A ORIGEM E EXPANSÃO DOS *THINK TANKS* BRASILEIROS

Camila Rocha (2018) contribuiu para as reflexões traçando uma trajetória histórica do contexto em que os valores pró-mercado vão se estabelecendo na sociedade brasileira. Assim, segundo a autora, eles começaram a ser difundidos no Brasil a partir da tradução da obra de Friedrich von Hayek, “O Caminho da Servidão” pelo engenheiro e empresário Adolpho Lindenberg em 1946. No entanto, somente a partir da década de 1960 que ela começou a ser difundida de forma mais pragmática, como discurso de combate ao comunismo e à reforma agrária que ameaçava o Brasil.

De forma ampla, os *think tanks*⁴ podem ser definidos como organizações de pesquisas privadas fundadas pela sociedade civil e que, sem fins lucrativos, buscam influenciar o processo de criação de políticas públicas. No Brasil, o surgimento dessas organizações tem origem no contexto da redemocratização quando as lutas de classes em torno da ANC se tornaram mais intensas.

Nesse contexto são fundados alguns institutos, conhecidos como *think tanks* (*TTs*), que passaram a congregiar uma série de empresas e de dirigentes empresariais, com o objetivo de tornar coesas as propostas desse grupo e divulgar entre seus pares e para a sociedade em geral o neoliberalismo, que era apresentado como uma solução inovadora para os problemas que impediam o desenvolvimento dos países latino-americanos (FRIDERICH, 2016, p. 110-111).

Os primeiros *think tanks* norte-americanos dedicados à divulgação dos ideais pró-mercado buscavam apenas educar a população e não influenciar os governos. Exemplo disso é a fundação do primeiro *think tank* pró-mercado nos Estados Unidos,

⁴ Os primeiros *think tanks* foram criados nos Estados Unidos na primeira metade do século XX. Sendo o país com maior número de organizações, as primeiras eram mantidas a partir de doações de empresários e/ou civis que recrutavam especialistas, técnicos e acadêmicos para desenvolverem suas atividades. Os intelectuais que faziam parte desses grupos trabalhavam em pesquisas científicas e na divulgação de ideias no campo das políticas públicas de forma autônoma de grupos e interesses específicos.

a *Foundation for Economic Education* (FEE), fundada em março de 1946 em Atlanta pelo empresário Leonard Read (1898 – 1983). A organização ainda contava com apoio financeiro do empresário William Volker (1859 – 1947). Como observa Camila Rocha (2018, p. 50), “[...] a instituição possuía uma relativa liberdade e autonomia frente a interesses políticos imediatos e ambicionava educar o povo norte-americano para as vantagens do capitalismo de livre-mercado”.

Se, por um lado, nos Estados Unidos, essas organizações começaram a ser fundadas em 1946, por outro, na Europa, os valores do livre-mercado já haviam começado a ser difundidos anos anteriores pelo economista e professor da *London School of Economics* (LSE), Friedrich von Hayek. Com a publicação de uma versão mais condensada de seu livro “O Caminho da Servidão” em 1944, Hayek afirma que a estrutura do Estado de Bem Estar Social, consolidado à época, levaria, conseqüentemente, a população ao totalitarismo e ao fim das liberdades individuais com sua lógica “estatista”.

No ano de 1947, Friedrich von Hayek reuniu intelectuais das áreas de economia, filosofia e história na cidade de Mont Pèlerin (Suíça) e fundou *Sociedade de Mont Pèlerin*

[...] para discutir o destino do liberalismo e fomentar um espaço de debates e produção em torno do que consideravam os perigos da sociedade da época e apresentar as propostas de superação desses males a partir da aplicação das doutrinas (neo)liberais (FRIDERICH, 2016, p. 113).

Influenciados pela organização de Hayek, nesse mesmo ano, o ex-piloto da força aérea britânica, Antony Fisher, foi aconselhado pelo economista austríaco a fundar novas entidades civis sem vínculo político-ideológico. Assim que, segundo Hayek, seria possível “[...] divulgar o neoliberalismo em sua forma original, ‘pura’, e sem a necessidade de se prender a uma lógica político-partidária de curto prazo e aos obstáculos ideológicos dos conservadores” (ROCHA, 2018, p. 52). Nascia, portanto, uma série de *think tanks* com vínculos universitários a fim de disseminar as principais discussões acerca do neoliberalismo.

Dessa forma, empenhado em seguir os conselhos de von Hayek, Antony Fisher fundou, em Londres no ano de 1955, o *Institute of Economic Affairs* (IEA), primeiro *think tank* pró-mercado. A organização passou a ser tão influente em suas atividades na política britânica que a primeira-ministra, Margaret Thatcher (Partido Conservador),

já frequentava suas reuniões desde 1960.⁵ Isso explica o fato de que, anos posteriores, o IEA passou a fornecer “[...] quadros e assessores técnicos para o governo de Margareth Thatcher (1979 – 1990), influenciando, de forma importante, a adoção de reformas econômicas e sociais de cunho liberalizante colocadas em prática pela política conservadora” (JAMES, 1993; DESAI, 1994 *apud* ROCHA, 2018, p. 53).

Mesmo antes da influência adquirida em Londres, Camila Rocha (2018) ainda escreve que Fisher havia ido para a América do Norte para contribuir com a “onda” de fundação de *think tanks* “ativistas” na região. As organizações de cunho “ativistas” possuíam uma atuação completamente diferente das primeiras entidades, pois o comportamento imparcial, discreto e desvinculado ideologicamente da sociedade política com relação a implementação de políticas públicas se transforma com a fundação da *Heritage Foundation* em 1973. O caráter acadêmico educacional abre espaço para estratégias de *marketing* direcionadas a membros do Congresso norte-americano no sentido de influenciá-los a adotar as políticas públicas conservadoras “[...] baseadas na defesa da livre-empresa, do Estado mínimo, da liberdade individual dos valores tradicionais americanos e da importância de uma forte defesa nacional” (ROCHA, 2018, p. 53).

Seguindo o modelo fornecido pela *Heritage*, a partir dos anos 1970 em diante foram fundados novos *advocacy think tanks* que passaram a utilizar estratégias agressivas de *marketing* na defesa de seus interesses, e entre 1970 e 2000, o número de *think tanks* norte-americanos mais do que quadruplicou, crescendo de menos de 70 para mais de 300 organizações atuantes. Mais da metade dos *think tanks* que se formaram neste período possuíam uma orientação ideológica facilmente identificável e, dentre estes, dois terços se diziam pró-mercado (ROCHA, 2018, p. 54).

A partir desse momento, os *think tanks* passaram em organizações muito influentes dentro da sociedade política, buscando interferir, inclusive, nos projetos de governo. No entanto, uma grande delas ainda busca construir uma imagem de organizações apartidárias que produzem conhecimento estritamente científico de forma autônoma.

Apesar de se autointitularem como imparciais, os *TTs* se caracterizam por defender interesses específicos, de acordo com o grupo que os

⁵ Essas informações sobre a Atlas Network podem ser encontradas na página da organização na internet: <<https://www.atlasnetwork.org/about/our-story>>. Último acesso em 30/12/2020 às 15h12min.

criou e/ou financiou. Dessa forma, se utilizam de uma série de estratégias para influenciar a política, desde a organização de palestras e cursos, conferências em universidades, criação de páginas na internet, até a participação de seus *experts* em cargos governamentais e na assessoria em eleições e equipes consultivas, além de se valerem dos meios de comunicação para influenciar a opinião pública (FRIDERICHS, 2016, p. 112).

Assim, para modelar as condições de possibilidade e de visibilidade políticas e construir nas mentes e nos corações dos indivíduos aquilo que devem considerar crível e factível”.

Os novos *think tanks* ainda fazem pesquisa. Precisam pelo menos simular fazê-la, se querem dar alguma “autoridade científica” a suas peças de propaganda. Mas esta última é o elemento fundamental. A maior parte dos recursos e quadros dos *think tanks* é voltada para as ações de sedução e conversão – marketing, comunicação, assédio a parlamentares e executivos, organização de grupos de base (*grassroots*) etc. (MORAES, 2015, p. 237).

O cenário norte-americano do século XX é favorável à disseminação de *think tanks*. As entidades fundadas por grupos empresariais milionários buscam articular suas estratégias para modelar o ambiente político a fim de que o Estado adote medidas mais liberalizantes e contribua na lógica de acumulação.

Esses *think tanks* foram criados por um grupo seletivo e radical de líderes corporativos. Gente como um magnata da cerveja do Colorado, Joseph Coors, um dono de metalúrgicas e fábricas de armas e munições, John Olin, um milionário do óleo, alumínio e mídia, Richard Scaife. E, claro, os já mitológicos irmãos Koch, a dupla satânica de petroleiros do Kansas. Todos eles criadores de fundações “filantrópicas” voltadas para difundir a “cultura do mercado” (MORAES, 2015, p. 233).

A influência das organizações empresariais na adoção de políticas públicas passa por temas, como a redução de investimentos nas políticas sociais, a privatização de serviços públicos, corte de direitos trabalhistas e sociais, desregulamentação ambiental, redução do Estado, diminuição de impostos etc.

No ano de 1975, Fisher foi convidado a auxiliar a fundação de novas entidades civis de atuação política: o *Fraser Institute* situado em Vancouver; em 1977, a *Center Of Economic Policy Studies* na cidade de Nova York; ainda em 1977, Fisher mudou-se para São Francisco, e fundou em 1979, o *Pacific Institute for Public Policy*. No final

desse mesmo ano, Antony envolveu-se com a criação de outro *think tank*, agora australiano, a *Center of Independent Studies*.

Antony Fisher fundou o *Institute of Economic Affairs (IEA)* em Londres em 1955 e, em Washington, D.C, a *Atlas Economic Research Foundation*, que mudou de nome posteriormente para *Atlas Network* e atua na propagação das ideias da direita desde 1981. No mesmo ano de fundação da *Atlas Network* em 1981, iniciou, nos Estados Unidos, o governo de Ronald Reagan pelo Partido Republicano, “[...] caracterizado pela defesa do livre mercado, desregulamentação da economia, cortes de impostos e redução do orçamento de programas sociais” (BAGGIO, 2016, p. 2).

De forma geral, a *Atlas* possui como objetivo disseminar as ideias de livre mercado para um público mais amplo, contando políticos, estudantes, jornalistas, empresários e acadêmicos. Dessa forma, sua atuação não se limita a pequenas ações, se estende desde o financiamento de projetos de pesquisa até a organização de eventos, apoiando e financiando, sobretudo, a criação de institutos de cunho liberal no mundo todo. Com o objetivo de disseminar a ideologia neoliberal

Essas organizações, defendem a mínima interferência do Estado nas relações econômicas e sociais, desejando alcançar uma sociedade de indivíduos livres e responsáveis, baseada nos direitos de propriedade privada, governo limitado e respeito às leis. O *Atlas Foundation* incentiva seus intelectuais a formular propostas de políticas públicas, divulgar trabalhos de potenciais líderes de opinião pública, apoiar os coordenadores dos institutos de desenvolvimento de habilidades de liderança e de gerenciar e a manter uma rede de circulação do trabalho de seus pares, através da publicação de texto e da realização de eventos (FRIDERICHS, 2016, p. 112).

Como consta em seu próprio *site*, a *Atlas Network* é uma organização independente sem fins lucrativos e não recebe recursos governamentais. Os recursos são provenientes de fundações, indivíduos e/ou empresas.⁶ A *Atlas* possui 461 parceiros em 97 países. A maioria dessas organizações encontra-se nos Estados Unidos, com 159, seguido da Europa e Ásia Central, com 115, e a América Latina e o Caribe, com 99. Entre os países latino-americanos, o Brasil e a Argentina são os dois maiores, com 15 organizações cada. Segundo Kátia Baggio,

⁶ Cf. <<https://www.atlasnetwork.org/about/faq#how-can-i-donate-to-the-atlas-network>>. Último acesso em 07/01/2021.

Nas organizações parceiras da Atlas Network, os “princípios”, “valores” ou “missão” incluem, praticamente sem variações, a defesa da livre iniciativa, do livre mercado, do empreendedorismo, da responsabilidade individual, da propriedade privada, das liberdades individuais, da meritocracia e da limitação de ação dos governos. Algumas dessas organizações visam a capacitação de indivíduos para serem multiplicadores dos seus princípios e, em alguns casos, a formação de lideranças empresariais (BAGGIO, 2016, p. 4).

Anualmente, a *Atlas Network* promove o *Liberty Forum and Freedom Dinner* que, segundo o site,

O Liberty Forum anual reúne incríveis campeões da liberdade para trocar ideias, compartilhar estratégias e comemorar os sucessos que criam as condições para a liberdade prosperar. O Jantar de Gala da Liberdade serve como um grande final adequado para esta conferência, celebrando os heróis do movimento pela liberdade e os princípios que os parceiros da Rede Atlas estão promovendo em todo o mundo. Desde 1981, a Atlas Network fortalece o movimento mundial pela liberdade, identificando, treinando e apoiando organizações independentes da sociedade civil que compartilham uma visão de um mundo livre, próspero e pacífico, onde o estado de direito, a propriedade privada e os mercados livres são defendidos por governos cujos os poderes são limitados⁷.

No caso brasileiro, as organizações que aparecem no *site* da *Atlas Network* como parceiras são as seguintes: no Rio de Janeiro: Estudantes pela Liberdade, Instituto Liberal, Instituto Millenium. Em São Paulo: *Students for Liberty Brazil*, Instituto de Formação de Líderes, Instituto Liberal de São Paulo, Instituto Ludwig von Mises Brasil, *Mackenzie Center for Economic Freedom* e Livres. Em Belo Horizonte: Instituto de Formação de Líderes. Porto Alegre conta com: Instituto Atlantos, Instituto de Estudos Empresariais e Instituto Liberdade. Santa Catarina e Vitória contam apenas com o Instituto de Formação de Líderes de Santa Catarina e Líderes do Amanhã Instituto, respectivamente. Segundo Baggio (2016), não foi à toa a mudança de nome

⁷ “The annual Liberty Forum brings together amazing freedom champions to exchange ideas, share strategies, and celebrate successes that create the conditions for liberty to thrive. The gala Freedom Dinner serves as a fitting grand finale to this conference, celebrating heroes of the freedom movement and the principles that Atlas Network’s partners are advancing worldwide Since 1981, Atlas Network has strengthened the worldwide freedom movement by identifying, training, and supporting independent civil society organizations that share a vision of a free, prosperous and peaceful world where the rule of law, private property and free markets are defended by governments whose powers are limited”. In: <<https://www.atlasnetwork.org/events/liberty-forum-freedom-dinner>>. Acesso em 07/01/2021.

da *Atlas Economic Reserach Foundation* para *Atlas Netwok* em 2013. Em suas palavras “[...] foi, portanto, oportuna, pois o objetivo da organização é, efetivamente, fomentar a criação e apoiar organizações liberais e ultraliberais em todo o globo (Atlas), trabalhando em rede (Network)” (BAGGIO, 2016, p. 20).

Entre os *think tanks* brasileiros, o que chama atenção é a presença das mesmas pessoas atuando em várias dessas instituições. Assim como a em Monte Pèlerin por Hayek e as organizações norte-americanas de Fisher, essas, no Brasil, contam com empresários, jornalistas, economistas, professores universitários, juristas, cientistas políticos e membros da mídia que também são patrocinadores das organizações. As organizações brasileiras contam com recursos financeiros de pessoas físicas e jurídicas para disseminar os valores libertários, principalmente sobre economia, democracia, liberdade, direito e empreendedorismo.

Como já observado pela pesquisadora Camila Rocha (2018), os primeiros *think tanks* norte-americanos possuíam uma orientação mais educacional, no sentido de educar a população em torno dos valores pró-mercado. Nessa perspectiva, no caso brasileiro, o Instituto *Millenium*, com seu projeto Imil na Sala de Aula⁸, visa captar jovens universitários do ensino superior público e privado para produção de consenso. Segundo o próprio site, “[...] o projeto ‘Imil na sala de aula’ surgiu da vontade de debater e conversar com os jovens sobre a importância da liberdade individual, Estado de Direito, economia de mercado e democracia”⁹.

No Brasil, o primeiro *think tank* nos moldes anglo-saxões partiu de José Stelle, principal tradutor brasileiro das obras de Friedrich von Hayek. Segundo Camila Rocha (2018), Stelle havia participado de eventos da *Foundation for Economic Education* (FEE) em 1978 e decidiu aplicar seu modelo de organização no Brasil. José Stelle acabou conhecendo o presidente da FEE nesse mesmo ano, Leonard Read, que indicou o empresário brasileiro de São Paulo, Paulo Ayres, para auxiliá-lo em seu projeto. No entanto, Ayres acabou recusando a ideia, pois os acadêmicos brasileiros eram, em sua maioria, socialistas e a maioria dos empresários se beneficiam do intervencionismo e mercantilismo praticado pelo governo.

José Stelle acabou frustrado em suas ideias, pois Paulo Ayres não concordou em financiar um instituto de estudos políticos e econômicos no Brasil para que

⁸ Cf. <<https://www.institutomillenium.org.br/imil-na-sala-de-aula1/>>. Acesso em 11/01/21.

⁹ Cf. <<https://www.institutomillenium.org.br/imil-na-sala-de-aula1/>>. Acesso em 22/10/22.

traduzisse livros e oferecesse seminários. Ayres acabou aconselhando Stelle a conversar com o empresário Henry Maksoud. Mais uma vez o tradutor recebeu uma negativa, porém foi oferecido a ele apenas um cargo de tradutor e redator da revista “Visão”, sendo promovido a editor de opinião e depois editor contribuinte até junho de 1985.

Após as primeiras tentativas frustrantes de fundar, no Brasil, um *think tank* pró-mercado, o empresário carioca Donald Stewart Jr. ligou para José Stelle solicitando que traduzisse uma trilogia de Hayek comprada em Londres, intitulada “Direito, legislação e propriedade”. Segundo Camila Rocha (2018), o empresário do ramo da construção civil, com a trilogia em mãos, vislumbrava a possibilidade de fundar uma organização de estudos políticos e econômicos no Rio de Janeiro, fato esse que entusiasmou Stelle. O tradutor logo articulou a organização e sugeriu ao professor Og Leme o nome de Instituto Liberal que, em 1983, foi fundado no Rio de Janeiro (IL-RJ).

No ano seguinte à fundação do Instituto Liberal no Rio de Janeiro, foi fundado, no Rio Grande do Sul, o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) pelos empresários e irmãos William e Winston Ling. Em uma entrevista com os empresários, o objetivo dessa organização era “[...] promover uma educação liberalizante para uma nova geração de empresários” (ROCHA, 2018, p. 75). Enquanto o Instituto Liberal contava com acadêmicos mestres e doutores formados pela Universidade de Chicago, como os professores universitários Og Leme e Robert Fendt, o Instituto de Estudos Empresariais contava apenas com empresários.

Em uma outra entrevista realizada com o empresário do IEE, Winston Ling, em 2017¹⁰, Ling conta que, em 1986, Donald Stewart Jr. convocou uma reunião no Rio de Janeiro para projetar novas organizações empresariais pelo Brasil que difundissem e incentivassem a leitura daqueles livros que já haviam sido traduzidos pelo IL-RJ. Nesse contexto, foram criados, portanto, seus institutos filiais, como os de Pernambuco, do Ceará, da Bahia, de Minas Gerais, de Brasília, de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Outro elemento importante dessa nova direita renovada e rearticulada é verificar que, empresários que participaram e apoiaram o golpe civil-militar em 1964 no Brasil, começaram a rodear a formação dos *think tanks*.¹¹ Essa articulação

¹⁰ Para maiores informações sobre as entrevistas cf. Rocha, 2018.

¹¹ Para maiores informações sobre as entrevistas cf. Rocha, 2018, p. 81.

contribuiu para que os valores pró-mercado influenciados pela primeira publicação do livro de Hayek, “O Caminho da Servidão”, no Brasil em 1946, atraísse os liberais conservadores e fizessem que eles começassem a defender uma política de privatizações no país.

Ademais, segundo os pesquisadores Codato, Bolognesi e Roeder (2015, p. 121), essa direita renovada na América Latina buscou “[...] se desvincular da memória dos regimes ditatoriais militares apoiados pelos partidos da velha direita”. Nessa mesma dinâmica, Camila Rocha (2018) constatou que o governo do general Castelo Branco (1964 – 1967) foi considerado pelos primeiros intelectuais dos primeiros *think tanks* no Brasil como o auge do liberalismo econômico do país. Por outro lado, os governos militares posteriores, ao adotarem medidas mais desenvolvimentistas e nacionalistas, chocaram-se com os valores do livre-mercado e das liberdades individuais defendidas pelo economista von Hayek.

Portanto, não é exagero constatar que a renovação da imagem e a ruptura com o passado ditatorial da velha direita contribuíram para atualizar as estratégias de dominação, produção de consenso com a difusão do número de *think tanks* pelo Brasil.

1.2 OS *THINKS TANKS* BRASILEIROS: O INSTITUTO LIBERAL COMO PRECURSOR DAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

O Instituto Liberal fundado no Rio de Janeiro em 1983 é o primeiro aparelho privado de hegemonia criado por Donald Stewart Jr. no que diz respeito ao seu modelo de atuação. Nascido em 1931 na mesma cidade, Donald era filho de canadenses, engenheiro civil, proprietário da construtora Ecisa (Companhia de Engenharia, Comércio e Indústria S.A.) e um grande ativista acerca do liberalismo. Sendo o principal articulador da criação do Instituto Liberal, seu objetivo era difundir o pensamento liberal no Brasil por meio da tradução e da divulgação de livros ancorados nos clássicos da Escola Austríaca de Economia. Stewart também contou com a participação e apoio de outros empresários e intelectuais liberais, como Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Jorge Wilson Simeira Jacob (Grupo Fenícia), Roberto Konder Bornhausen (Unibanco) e Winston Ling (Olivebra).

Para expandir o Instituto Liberal para outros estados, foi elaborada uma carta com alguns princípios norteadores que possibilitava a adesão de qualquer pessoa

e/ou grupo que permitisse também a fundação de novas instituições estaduais. Assim, o Instituto Liberal criou o Conselho Nacional dos Institutos Liberais, que, segundo Casimiro (2018), foi presidido por Jorge Gerdau Johannpeter, para orientar as atividades de todos os institutos a partir do mesmo estatuto que possuía princípios federativos. No entanto, por mais centralizador que possa parecer esse modelo de organização, cada entidade regional gozava de liberdade para desenvolver ações autônomas e para elaborar estratégias próprias de divulgação do liberalismo.

As primeiras atividades desenvolvidas pelo Instituto Liberal do Rio de Janeiro estavam concentradas em traduzir, em editar e em publicar livros de orientação liberal, que dificilmente eram encontrados no Brasil, inclusive nos meios acadêmicos, além de revistas e de panfletos e na produção de materiais didáticos que pudessem contribuir na educação liberal para serem divulgados e debatidos nos eventos realizados pela rede de institutos. Tal dinâmica permitiu a publicação, no Brasil, de obras de autores liberais internacionais da Escola de Economia Austríaca. Autores como Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek, Frédéric Bastiat, Ayn Rand. Não obstante, valorizou-se também intelectuais nacionais, como Alberto Oliva e Ricardo Vélez-Rodríguez¹², ex-ministro da educação de Jair Messias Bolsonaro.

Foi divulgada pelo instituto em 1988 a Declaração dos Princípios dos Institutos Liberais proposta no I Encontro de Institutos Liberais que foi realizado na cidade do Rio de Janeiro no mesmo ano. Nela, são ressaltados o direito à liberdade, à propriedade, à ordem, à justiça, à democracia e à economia de mercado. Nesse sentido, sua missão é “[...] contribuir para mudar a ideologia dominante em nosso país – o intervencionismo -, de forma a criar as condições que haverão de permitir que o Brasil se transforme no país rico, próspero, livre e desenvolvido que inegavelmente pode vir a ser”¹³. Uma das justificativas que podemos observar pela carta é a oposição dos liberais ao intervencionismo estatal. Dessa forma, as políticas econômicas intervencionistas, promovidas pelos governos militares que sucederam o general Castelo Branco, já haviam sido criticadas durante o regime militar pelos liberais. Portanto o Instituto Liberal, como outros *think tanks*, defendem projetos que buscam reconfigurar o papel do Estado a fim de garantir o funcionamento da economia, sobretudo as liberdades individuais.

¹² Cf. <<https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/>>. Acesso em 15/01/2021.

¹³ Disponível em <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/declaracao-de-principios/>>. Acesso em 11/11/2022.

De acordo com seu estatuto, o IL se autodefine como “uma instituição sem fins-lucrativos” que não pode ter qualquer vínculo político-partidário. O IL se coloca como uma organização que busca produzir e divulgar ideias que busquem o consenso da sociedade sobre as vantagens do liberalismo, destacando a importância do cidadão em detrimento do governo¹⁴. Nesse sentido, para Casimiro (2018), por ter sido pioneiro nesse modelo de atuação e pelas dificuldades de ter acesso às ideias liberais no Brasil na década de 1980, o IL apostou na doutrinação ideológica.

O financiamento do Instituto Liberal é realizado através de doações de pessoas físicas e jurídicas e justifica que seus eventos só podem ser realizados com as contribuições daqueles que se identificam com as ideias de liberdade¹⁵. O historiador Flávio Casimiro (2018) demonstrou, em sua obra “A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo”, a lista¹⁶ dos mantenedores do instituto em seus dez primeiros anos de atividade. De acordo com ele, além de contar com o financiamento de empresas nacionais e internacionais, a listagem revela o modelo de sociedade que, de fato, a entidade projeta, bem como as estratégias de ação política e de formulação de propostas de políticas públicas. Nessa lista, constam: Unibanco, Shell do Brasil, Tv Globo, Xerox do Brasil S.A., Grupo Eike F. Batista, Bradesco S.A., Banco Nacional S.A., Bombril S.A., Carrefour S.A., Olvebra S.A. e Ecisa Engenharia Comércio e Indústria S.A.

Entretanto não podemos desconsiderar também a conjuntura política do país no momento em que o IL foi criado. Em 1980, o Brasil se concentrava na elaboração de uma nova Constituição. Com o fim da ditadura civil-militar e diante da reabertura democrática, o Instituto Liberal buscou também atualizar estratégias burguesas de dominação da nova direita, influenciando a sociedade em torno das ideologias pró-mercado. Nesse sentido, a divulgação dos valores neoliberais se fortaleceu, pois, com a elaboração de uma nova Constituição e o fortalecimento de movimentos sociais, os Institutos Liberais, com o objetivo de divulgar as vantagens do liberalismo, possuíam uma necessidade de convencimento. Dessa forma, a composição dos intelectuais orgânicos de atuação das entidades era fundamentalmente importante para garantirem seus interesses. Segundo a historiadora Lidiane Friedrichs (2019), os intelectuais Og Francisco Leme, José Luiz Carvalho, Antônio Carlos Porto Gonçalves

¹⁴ Cf. <<https://br.linkedin.com/company/instituto-liberal>>. Acesso em 15/01/2021.

¹⁵ Cf. <<https://www.institutoliberal.org.br/doar/>>. Acesso em 15/01/2021.

¹⁶ Cf. CASIMIRO, 2018.

e Roberto Fend Jr. ficaram responsáveis pela elaboração teórica do instituto e eram discípulos da Escola de Economia da Universidade de Chicago e mesclavam, também, concepções da Escola Austríaca de Economia.

Para isso, passaram a atuar em duas frentes principais, na organização de diferentes tipos de eventos, realizados em todo o país, como conferências, seminários e cursos de extensão, que visavam um público estratégico e formador de opinião, como políticos, jornalistas, empresários, militares, professores universitários, e intelectuais de modo geral. [...] A área do Direito possuía destacada atenção dos Institutos Liberais, já que por eles passavam revisões constitucionais e as proposições de projetos de lei (FRIDERICHS, 2019, p. 60-61).

Em 2013, o Instituto Liberal passou por uma modificação tanto no quadro de dirigentes quanto no conteúdo. Foi incorporado à entidade recursos de tecnologia audiovisual adaptando o histórico material produzido às novas mídias digitais. Entretanto, houve também mudanças na composição em sua diretoria, sendo comandada pela figura midiática de Rodrigo Constantino, economista formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ) com MBA de Finanças pelo IBMEC. Constantino foi colunista da Revista “Veja”, membro-fundador do Instituto *Millenium* (Imil) e é bastante conhecido nos circuitos liberais.

Apesar de todas essas mudanças promovidas pela IL, a mais significativa, segundo Casimiro (2020a), é a composição de sua diretoria a partir de Rodrigo Constantino. Diante desse cenário, a entidade passa a atuar de forma mais incisiva, militante e midiática “[...] principalmente a partir de postagens de seus colunistas e de seu editorial” (CASIMIRO, 2020b, p. 41).

O editorial do IL também passou a se conectar mais com a realidade político-ideológica do Brasil. Buscando contemplar e dialogar com as diversas vertentes do pensamento liberal e conservador. A linha editorial do instituto

[...] pretende oferecer um espaço alternativo de reflexão sobre os principais assuntos que preocupam e chamam a atenção da sociedade e da mídia, a partir de perspectivas ancoradas em todas as diferentes escolas e posições que dialogam com a ideias clássicas do liberalismo¹⁷.

¹⁷ Disponível em <<https://www.institutoliberal.org.br/il-linha-editorial/>>. Acesso em 11/11/2022.

Como os *think tanks* se autodefinem como entidades apartidárias, o Instituto Liberal tem a preocupação em ressaltar em seu editorial esse compromisso.

Nosso conteúdo engloba desde produções teóricas sobre o pensamento liberal até análises imediatas dos fatos que se destacam na realidade sócio-política brasileira ou internacional – sempre, em respeito ao seu estatuto, sem que o instituto assuma um engajamento partidário direto em relação a alguma legenda específica¹⁸.

Dentre seus colunistas, o instituto conta com intelectuais de diversas áreas, como professores universitários de instituições públicas e privadas, economistas, representantes midiáticos e integrantes de sindicatos patronais. Essa diversidade de colunistas atuantes nos mais diversos assuntos evidencia a capacidade que o IL possui em ampliar seus discursos e atingir os mais diversos segmentos da sociedade.

Portanto, para compreender o papel desempenhado pelo primeiro *think tank* brasileiro, importante intelectual coletivo de renovação das novas direitas no Brasil, é necessário ter em mente que seu discurso justificador se pautou na ausência de uma literatura liberal no Brasil durante o século XX, mesmo em ambientes acadêmicos. Diferentemente da Europa, no Brasil, essas organizações foram arquitetadas não por acadêmicos e especialistas, mas sim por empresários que buscavam introduzir, no Brasil, os valores liberais a partir da tradução e da publicação de livros de autores clássicos do liberalismo.

Não podemos nos esquecer também que a década de 1980 passou por uma intensa disputa entre diversos segmentos sociais pela nova Constituição que se desenhava após 21 anos de regime militar. Vale ressaltar que alguns grupos empresariais já vinham criticando a forma com que a economia estava sendo conduzida pelos militares e pelos sucessores do general Castelo Branco que adotaram medidas mais intervencionistas. Devido a isso, o Instituto Liberal buscou produzir um consenso sobre as vantagens do liberalismo e defender seus interesses na lógica de acumulação a partir da tradução e da publicação de clássicos da economia liberal, principalmente do austríaco Friedrich von Hayek. Tal atuação se torna ainda mais intensa com as reformulações operadas pelo próprio instituto ao longo de sua história e na capacidade de capilarizar seus discursos na sociedade.

¹⁸ Disponível em <<https://www.institutoliberal.org.br/il-linha-editorial/>>. Acesso em 11/11/2022.

1.3 Os *THINK TANKS* BRASILEIROS: O CASO DO INSTITUTO DE ESTUDOS EMPRESARIAIS (IEE)

Para analisarmos a trajetória e a importância do Instituto de Estudos Empresariais (IEE), utilizamos como fonte o site do próprio instituto e o livro comemorativo “*IEE 30 anos formando líderes*”¹⁹ produzido pela entidade em comemoração às três décadas de fundação. O livro tem por objetivo contar e exaltar a trajetória do IEE, desde sua fundação até os dias atuais a partir de depoimentos de todos os seus ex-presidentes.

Outro aparelho privado de hegemonia e de produção de consenso é o Instituto de Estudos Empresariais (IEE) criado em 1984 no Rio Grande do Sul por um grupo de empresários, que viriam a fundar o Instituto Liberal do RS. A instituição foi criada com o objetivo de “forjar líderes empresariais comprometidos com um modelo de organização social e política para o Brasil baseado no ideal democrático de liberdades individuais e de respeito ao Estado de Direito”²⁰.

Segundo o depoimento do próprio fundador, William Ling, no momento de redemocratização do país e quando a economia intervencionista adotada durante o regime militar enfrentava suas principais crises, Ling tomou a iniciativa de convidar um grupo de jovens empresários e propor um debate sobre o papel do empresariado naquele contexto. “Após meses de debates, decidimos fundar uma entidade cujo foco era criar uma nova categoria de empresários, que iria pautar sua atuação na defesa da liberdade em todas as suas dimensões”²¹. Para conseguir atingir seus objetivos, segundo William Ling, era necessário, naquele momento, modificar a consciência das lideranças empresariais no sentido de que acreditem, sobretudo, que a atividade empresarial deve ser praticada de acordo com a livre-concorrência e submetida às leis, buscando promover, de forma eficiente, o desenvolvimento com justiça. Ao afirmar que a livre-concorrência seria a forma mais eficaz de eliminar as injustiças que caracterizam o Brasil, fica evidente o ataque e a oposição da entidade ao intervencionismo estatal adotados durante a ditadura civil-militar.

¹⁹ Para maiores informações <<https://iee.com.br/wp-content/uploads/2021/12/IEE-30-anos-formando-lideres.pdf>>. Acesso em 11/11/2022.

²⁰ Disponível em <<https://iee.com.br/wp-content/uploads/2021/12/IEE-30-anos-formando-lideres.pdf>>. Acesso em 11/11/2022.

²¹ Disponível em <<https://iee.com.br/wp-content/uploads/2021/12/IEE-30-anos-formando-lideres.pdf>>. Acesso em 11/11/2022.

Para o historiador Flávio Casimiro (2018) o IEE também compõe o cenário de disputas em torno da nova Constituição que estava sendo discutida no momento de sua fundação. Ling acrescenta que a década de 1970 observou o crescimento e o fortalecimento do movimento sindical que conquistou vários benefícios para os trabalhadores e que a criação da Central Única dos Trabalhadores, em 1983, supostamente aumentou o poder de articulação da classe trabalhista que buscava se sobrepôr aos demais segmentos sociais em suas demandas políticas. Observa-se, nesse discurso, que as várias conquistas da classe trabalhadora são observadas pelo empresário como benefícios e não como direitos. Nesse sentido, para fazer frente aos movimentos sociais, sobretudo da classe trabalhadora na década de 1980,

[...] o IEE surge como uma estratégia de ação da burguesia, neste caso a riograndense, frente ao campo aberto de disputas, com a expectativa da Assembleia Nacional Constituinte e as novas relações entre a classe dominante e o Estado no novo jogo democrático que vinha sendo costurado no processo de transição (CASIMIRO, 2018, p. 312).

Para William Ling (2014), o Brasil estava se transformando durante a redemocratização e os empresários não possuíam preparo para competir num cenário de abertura comercial e de globalização, tão desejados por eles. Na ata de fundação do IEE (2014, p. 20), em 1984, consta dois objetivos da instituição: a) incentivar o surgimento e preparação de novas lideranças através da participação ativa de todos os membros nas atividades do grupo, tendo como doutrina orientadora a defesa e manutenção dos valores da economia de mercado e da livre iniciativa; b) promover a integração ao relacionamento dos participantes nos âmbitos social, cultural, econômico e profissional visando a unidade e o intercâmbio de ideias, conhecimentos e experiências criando ambiente e meios propícios para tal.

Observando esses dois objetivos, o IEE buscava formar novas lideranças que atuassem no sentido de discutir e de promover a reconfiguração e o papel do Estado na economia, enfatizando que as ações da economia de mercado e a livre-iniciativa seriam mais eficientes que aquelas conduzidas pelo Estado. Há também o apoio e a influência das atividades promovidas pelo primeiro *think tank* brasileiro, o Instituto Liberal, de Donald Stewart Jr. Como tradutor e editor de clássicos do pensamento liberal, Jorge Gerdau Johannpeter, que contribuiu na fundação do IL, entregou de

presente aos jovens empresários do IEE os textos da doutrina liberal que foram traduzidos para o português

O material que chegou às suas mãos nos anos 80 encheu seus corações e suas mentes. Ali estava a essência do pensamento da Escola Austríaca, muito influente desde o início do século XX, baseada no conceito do individualismo e responsável por várias gerações de economistas brilhantes como Frédéric Bastiat, Ludwig von Mises, Friedrich Hayek (Nobel de Economia em 1974) e Murray Rothbard, e também as primeiras discussões dos novos economistas clássicos americanos, como Milton Friedman (Prêmio Nobel de Economia em 1976), Arthur Laffer e George Gilder, convocados pelo presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, para conceber e implementar uma estratégia para tirar a economia americana da “estagflação” no início dos anos 80 (IEE, 2014, p. 18).

O IEE se caracteriza por ser uma associação sem fins lucrativos e filiações partidárias. No entanto, para que suas atividades sejam viabilizadas, o instituto conta com doações de grupos empresariais, o que os tornam defensores e apoiadores do interesse empresarial. Contam também com o suporte financeiro e com investidores com a Ipiranga (distribuidora de combustíveis no Brasil), a Évora S.A. (uma *holding company* de industrialização de não tecidos de polipropileno) e a Merithu (empresa de consultoria).

Para ser membro do IEE, é necessário ser indicado por algum associado, possuir entre 20 e 32 anos e estar envolvido com o risco inerente ao capital, isto é, estar à frente ou na linha de sucessão de empresa de qualquer ramo de atividade²². A formação dos associados ocorre por meio de eventos semanais, como jantares-debates, que contam com a presença de palestrantes nacionais e internacionais, estudos de livros com leituras recomendadas que são apresentados pelos associados aos demais participantes, simulações de júris com temas polêmicos e atuais que objetivam estimular o debate e as argumentações, visitas técnicas a grandes empresas para compreender seus processos e também seminários de formação e demais eventos que forem promovidos que busquem a qualificação do associado²³.

A formação de seus associados passa pela leitura de autores clássicos do liberalismo, como Friedrich von Hayek, Frédéric Bastiat, Ayn Rand, Murray Rothbard, Ludwig von Mises, Alexis de Tocqueville, Milton Friedman, Adam Smith, Davi Ricardo,

²² Cf. <<https://www.iee.com.br/quem-somos>>. Acesso em 19/01/2021.

²³ Cf. <<https://www.iee.com.br/formacao>>. Acesso em 19/01/2021.

John Stuart Mill, entre outros²⁴. Segundo a historiadora Lidiane Friderichs (2019) para concluir o treinamento, o associado precisa ter, no mínimo, 75% de frequência nos encontros, elaborar duas resenhas de dois livros distintos, organizar eventos e publicar artigos. Para a mesma autora,

O treinamento intelectual dos jovens empresários objetiva que os mesmos possam defender com argumentos sólidos suas convicções políticas e os valores transmitidos pelo instituto. De acordo com o IEE, o currículo do curso preenche lacunas de programas acadêmicos tradicionais, preparando seus membros para o “debate com base em argumentos racionais, lógicos e de maneira respeitosa, e à formulação de ideias e propostas por meio de discursos, artigos e revistas” (IEE, 2014, p. 23 *apud* FRIDERICHS, 2019, p. 85).

O evento mais destacado realizado pelo IEE e o que o torna um verdadeiro intelectual coletivo de ação política-ideológica do neoliberalismo, segundo Casimiro (2018), é o Fórum da Liberdade. É um dos principais eventos de difusão do projeto neoliberal no Brasil e, em 2013, foi reconhecido pela Revista Forbes como o maior espaço de debate político, econômico e social da América Latina. De acordo com o *site* do Fórum da Liberdade, o evento

[...] proporciona debates entre grandes palestrantes e fomenta alternativas objetivas e viáveis para equacionar os problemas do Brasil e da América Latina. A qualidade e a riqueza dos temas, dos debates e dos palestrantes garantem repercussão internacional ao evento, com intensa cobertura da imprensa nacional e de outros países²⁵.

Apesar do evento afirmar que seu objetivo é de analisar os problemas sociais, políticos e econômicos através de debates que busquem uma sociedade mais livre e próspera, transmitem também uma visão de que creem numa nação plural e livre. No entanto, apesar dessa autoafirmação, segundo Casimiro (2018), o Fórum deve ser entendido como um evento que promove a ideologia neoliberal e pressiona a sociedade política a aprovar propostas políticas elaboradas pela própria entidade. Nesse sentido, levando em consideração de que, para se tornar um associado do IEE e participar do evento, precisa estar na linha de sucessão de alguma empresa, os intelectuais orgânicos que compõem a organização e o evento atuam na defesa

²⁴ A lista completa pode ser conferida em <<https://www.iee.com.br/formacao>>. Acesso em 19/01/2021.

²⁵ Disponível em <<https://www.forumdaliberdade.com.br/forum>>. Acesso em 19/01/2021.

pragmática dos interesses mercadológicos, como a livre iniciativa e uma economia globalizada.

Dessa forma, para compreendermos a atuação do Instituto de Estudos Empresariais (IEE) dentro dessa renovação das estratégias de dominação da burguesia e das novas direitas, é necessário levarmos em consideração a seleção do quadro de intelectuais orgânicos que atuam na educação e na formação de jovens lideranças empresariais a partir de ações político-ideológicas. Dessa forma, promovem ações de longo prazo, visto que “[...] a ‘educação’ para o consenso e a difusão de uma concepção de mundo no plano político e cultural envolve transformações possíveis somente em um longo processo histórico e social” (CASIMIRO, 2018, p. 332).

Portanto a década de 1990 representa uma fissura com o modelo econômico nacional-desenvolvimentismo. Com a expansão da ideologia e de organizações empresariais em torno do neoliberalismo, essa nova direita se reconfigurou em termos de estratégias de dominação, de disseminação e consenso a partir de críticas feitas sobre o papel do Estado na condução da economia. Assim, a década de 1980 passou a ser o grande baluarte dos grupos que atuavam durante a redemocratização a fim de consolidar os interesses de classe. Para que os movimentos sociais de esquerda não conquistassem êxito em todas as suas reivindicações, o empresariado se articulou em torno desses aparelhos privados de hegemonia, modificando as formas de se relacionar com o Estado para que seus interesses fossem consolidados na Assembleia Nacional Constituinte.

II NAS OBRAS DO CAMINHO: O SURGIMENTO DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) E SUAS APROXIMAÇÕES COM OS *THINK TANKS*

2.1 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE

O termo “História do Tempo Presente” chama a atenção do público leigo ou especializado justamente para o termo “presente” empregado em seu nome. A disciplina que passou pelo processo de institucionalização, no século XIX, começou a ser apresentada como a “ciência do passado” (LOHN, CAMPOS, 2017).

Desde que surgiram os primeiros debates historiográficos sobre o tema, os pesquisadores muito se debruçaram na tentativa de encontrar uma definição coerente sobre aquilo que chamavam de tempo presente. A primeira definição mais aceita postulava a ideia de que o tempo presente seria aquele para o qual ainda há sobreviventes sobre o evento estudado, fazendo destas as testemunhas vivas.

Porém, segundo Angélica Muller e Francine legelski (2018), essa concepção foi abandonada no início dos anos 2000 pelas constantes críticas proferidas pela historiografia francesa que afirmava que tal perspectiva corria o risco de produzir uma história sentida. Assim, para o historiador belga Pieter Lagrou, “[...] o debate historiográfico, sobretudo a partir dos anos 2000, começa a colocar em evidência que os historiadores não estão apenas envolvidos com os sobreviventes ou com as testemunhas, mas são parte deles” (LAGROU, 2007, p. 35 *apud* MULLER, 2018, p. 19).

Mas o que seria esse tempo presente? Uma história do tempo presente não deve ser entendida como parte da linha temporal consagrada pela historiografia ocidental no século XIX. Em outras palavras, ela não seria sequência da história contemporânea, pois assim indicaria uma concepção linear de tempo e atribuiria a ela uma concepção positivista e iluminista há muito criticada. O tempo presente se apresenta como uma ferramenta metodológica para refletir sobre os problemas historiográficos e possibilitar reflexões acerca de sociedades e relações humanas que não se enquadram nessa concepção de tempo formulada no século XIX. Logo a história não deixa de ser contemporânea, pois “o passado é apreendido pelo presente, e responde, portanto, aos seus interesses” (LE GOFF, 1994, *apud* LOHN, CAMPOS, 2017, p. 100).

Partindo do pressuposto de que o passado possui implicações no presente, sendo o historiador e a história engajados e produtos de seu tempo, a história do tempo presente torna-se “[...] uma história dos vivos e para os vivos, que se recuse a ser a soma de Histórias nacionais e menos ainda um apêndice de grandes cronologias consolidadas, concebendo novas maneiras de fazer e escrever [...]” (LOHN, CAMPOS, 2017, p. 101).

Para a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2000), durante a Antiguidade clássica, a história recente já era preocupação central dos historiadores. Diante disso, para Heródoto e Tucídides, Segundo Ferreira (2000, p. 1), “a história era um repositório de exemplos que deveriam ser preservados, e o trabalho do historiador era expor os fatos recentes atestados por testemunhos diretos”.

O processo de institucionalização da história como disciplina acadêmica na década de 1870, no começo da III República da sociedade francesa, fez surgir novos problemas. Ainda para Marieta Ferreira (2000), esse processo ocorreu diante de uma preocupação que havia sobre as intenções políticas que os conservadores possuíam com a história. A partir daí, atribuiu-se uma nova concepção para o exercício profissional dos historiadores: a visão retrospectiva. Essa concepção postulava que o historiador deveria manter um distanciamento dos problemas do tempo presente para garantir a objetividade. Portanto somente o recuo no tempo e o estudo de eventos acabados garantiria a crítica e o conhecimento histórico.

Para Marcos Napolitano (2020), os historiadores que se dedicam a pesquisar o tempo presente, deparam-se com três problemas: de ordem metodológica, epistemológica e ética. Levando em consideração as transformações ocorridas no campo da história em 1870 e que sua prática estava vinculada à ideia de distanciamento e de objetividade, o distanciamento não é sinônimo de olhares política e ideologicamente neutros. O distanciamento sobre o objeto estudado é saudável à medida que possibilita que o historiador interprete os fatos de diversas formas, entrecruzando-os com fontes primárias e com outras perspectivas historiográficas.

O historiador Rodrigo Patto (2020) também teceu algumas considerações acerca disso e, na mesma perspectiva de Napolitano (2020), afirma não existir uma objetividade pura. Segundo o autor, tal modelo tem sido refutado até nas ciências naturais, pois é impossível possuir um olhar ideologicamente neutro para o objeto, sobretudo nas ciências humanas. Além disso, Angelica Muller (2018) também argumenta contra o suposto comprometimento da pesquisa. Em sua perspectiva, essa

historiografia passa pelo desafio de escrever uma história inacabada e incerta. No entanto, isso não se torna um problema digno do abandono de tal tarefa. A escrita da história é feita sob um ponto de vista, assim, o historiador deve selecionar o evento, as fontes e, fazendo o recorte cronológico, conseqüentemente acaba tornando-a política e assumindo uma posição.

O problema epistemológico refere-se à utilização dos atores testemunhas na produção do conhecimento histórico, considerando que as narrativas são carregadas de sentido bem próximo daquilo que foi vivido. Nesse sentido, o alto subjetivismo impregnado nelas comprometeria a objetividade. Entretanto, tratar o testemunho oral simplesmente como documento é resolver a crítica e a problemática subjetivista que há nos relatos. Assim, nos anos 1990, criou-se o termo “fonte oral” ou mesmo “arquivo oral” para se referir ao testemunho oral.

Evidentemente que a história acadêmica possui o compromisso crítico com métodos científicos, reflexões teóricas, uma análise ancorada em pressupostos lógico-rationais, respeito às evidências e a busca da verdade. No entanto, ao relembrar esses compromissos, devemos tomar cuidado em não a qualificar como positivista no que diz respeito às ideias de progresso e a uma perspectiva linear de tempo. A busca e o compromisso pela verdade não significam encontrar uma verdade absoluta, irrefutável e inquestionável, narrando “aquilo que de fato aconteceu”. O historiador Rodrigo Patto (2020) escreve que o atual momento exige que reforcemos essa concepção e nos lembra que a concepção de que nenhuma verdade pode ser alcançada pelo conhecimento histórico significa, pois, acreditar que qualquer narrativa pode ser aceitável. Nesse sentido,

[...] o historiador [...] tem de apresentar indícios e evidências que atestem a veracidade das suas afirmações que precisam ser verificadas e comprovadas. [...] Com base em evidências documentais e rastros deixados pela experiência humana no tempo é possível, sim, estabelecer asserções verídicas. Claro que não se trata de pensar a verdade em termos absolutos ou transcendentais, terreno que implica mais a fé do que a razão. Tampouco se trata da verdade dogmática, pois a verdade do historiador é provisória, sujeita à revisão; mas, ainda assim, a sua validade é garantida por estar referenciada em evidências empíricas (PATTO, 2020, p. 4-5).

Portanto, o historiador que pretende trabalhar o tempo presente, também deve ficar atento a outro fenômeno importante. Os atores-testemunhas são aquelas testemunhas oculares de algum acontecimento justamente por terem vivido o evento

e, em alguns casos, terem produzido as primeiras impressões sobre ele. Para Napolitano (2020), a imprensa e a mídia, no século XX, têm ocupado um lugar central no que diz respeito à construção de uma espécie de memória social “imediate” a respeito dos processos políticos, econômicos e sociais. Além disso, os envolvidos no evento buscam construir narrativas que, em alguns casos, extrapolam o caráter memorialístico e adentram o campo historiográfico. Assim, o historiador, ao trabalhar o tempo presente, terá que lidar com o volume de narrativas, sejam elas memorialísticas, sejam historiográficas produzidas pela mídia ou pelos personagens envolvidos.

A difusão do rádio, da fotografia, da gravação sonora, do cinema e da televisão, processos vinculados à recente propagação de computadores pessoais e dos meios telemáticos de comunicação viria a somar-se aos meios impressos, tornando-os progressivamente obsoletos e, de certa forma, a desconcertar uma recepção antes dependente do domínio da cultura escrita ou, ao menos, da proximidade com círculos de leitores em potencial. No caso das práticas políticas, a necessidade de dirigir-se a multidões diversas e saturadas de conflitos sociais e culturais tornou indispensável dar conta de informações as mais abrangentes a respeito do público e de seu comportamento. Os meios de comunicação ascenderam e mantêm sua posição central nos jogos políticos. Pierre Nora (1988, p. 181-188) considera que tendem alimentar “uma fome de acontecimentos”, o que impõe “imediatamente o vivido como História”, ensejando a promoção do “imediate ao histórico” (LOHN, CAMPOS, 2017, p. 103-104).

2.2 HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE NO BRASIL

A história do tempo presente começa a emergir no Brasil a partir da década de 1970. No entanto, com a introdução dos primeiros cursos de graduação em História no Brasil, como na Universidade de São Paulo (USP) em 1934, na Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935 e na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (FNFI/UB) em 1939, prevaleceu a ideia de que somente o recuo no tempo e o estudo dos eventos com desfecho já conhecido garantia a objetividade da pesquisa. Não é ao acaso que, segundo a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2018), a grade curricular desses cursos definiu, como objeto de estudo o Brasil Colonial, a Antiguidade Clássica e a História Moderna.

Para a mesma historiadora, com o objetivo de rebater as críticas que se dirigiam aos estudos de tempos recentes, foi organizado um seminário entre 1988 e 1990

chamado “O tempo presente, uma *démarche* histórica à luz das ciências sociais”, contando com diversos pesquisadores de distintas áreas. Seus resultados, positivos com relação aos seus estudos, foram sintetizados em duas obras: “*Ecrire l’histoire du temps present*” (INSTITUT D’HISTOIRE DU TEMPS PRESENT, 1993) e “*Histoire politique et sciences sociales*” (PESCHANSKI, POLLAK, ROUSSO, 1991).

A primeira inovação trazida pelos debates no IHTP foi colocar em pauta a discussão acerca da união e da interpretação do passado e do presente. O segundo ponto era a afirmação de que tal história poderia perfeitamente repousar sobre bases científicas e que era preferível que esse período pudesse figurar no domínio dos historiadores do que ser objeto exclusivo de outras ciências sociais ou de jornalistas. No entanto, para garantir o sucesso dessa empreitada, era preciso assumir desafios epistemológicos e metodológicos (FERREIRA, 2018, p. 86).

A História do Tempo Presente chega ao Brasil com a introdução da história oral. Segundo Angelica Muller (2018), ela floresceu no Brasil no momento de redemocratização com o fim da ditadura militar que permitiu a expansão dos cursos de pós-graduação, bem como o fortalecimento de uma historiografia que contemplasse uma história mais recente.

As críticas que se faziam aos estudos do tempo presente no contexto europeu tão logo se deslocaram para o Brasil e trouxeram consigo os mesmos desafios a seus historiadores e à historiografia:

Esse interesse pelo presente colocou, já no início dos anos 1970, os novos desafios epistemológicos para os historiadores, como a problematização das relações entre memória e história, do uso das testemunhas e do pouco distanciamento temporal do historiador em relação aos acontecimentos estudados, além da dificuldade de se manter imparcial, suspender suas paixões políticas e escrever sobre fatos trágicos recentes com o grande impacto do presente (MULLER, 2018, p. 14).

Se por um lado é certo que essa operação historiográfica se faz diante de um acontecimento ou de um processo inacabado, sob a pressão da incerteza e da possibilidade de ser revisada, por outro lado Christian Delacroix nos traz importantes argumentos que refutam as principais críticas proferidas por profissionais que questionam a singularidade dessa historiografia:

- a ausência de recuo cronológico considerado como uma deficiência é de certo modo neutralizada pelo recuo metodológico, única distância eficiente para o trabalho do historiador, qualquer que seja o período estudado;
- a não-acessibilidade de alguns arquivos do passado recente é compensada pela abundância das fontes substitutivas – das quais fazem parte os “arquivos orais” provocados pelo pesquisador;
- “a ignorância do dia seguinte” e o trabalho sobre processos não “terminados” se tornam trunfos, pois eles permitem se desfazer da “ilusão retrospectiva da fatalidade” ao favorecerem uma maior atenção ao “campo dos possíveis” das situações históricas (DELACROIX, 2018, p. 13).

Se o interesse pelo tempo presente surge como produto de eventos traumáticos, como coloca Henry Rousso (2016), no Brasil, essa prerrogativa torna-se válida à medida que emerge após décadas repressivas e autoritárias características de um regime militar que manchou a história no Brasil durante 21 anos. No entanto, para Muller (2018), Geoffrey Barraclough afirmou que o interesse pela história contemporânea se dá a partir do momento que os problemas do tempo presente se tornam, pela primeira vez, visíveis e, que, para Hermann Heimpel, o presente, enquanto marco temporal, não é universal e não começa em 1945 em todos os lugares, mas ele se faz presente para vítimas de alguma catástrofe com implicações no presente.

Como não ser visível e presente o problema da violência brasileira, como o racismo estrutural e institucional, o preconceito, as desigualdades sociais, o machismo, a sociedade patriarcal num país marcado pela herança colonial, autoritária, preconceituosa, aristocrática e violenta? O presente se torna presente à medida que os acontecimentos vão se tornando visíveis com implicações às vítimas. Diante disso, o historiador utiliza como marco temporal o postulado por Bebianno (2003), como uma constante temporal, a qual o historiador opera a historiografia e contribui para uma consciência histórica, permitindo refletir o quanto de passado possui o nosso presente e o quanto de presente há no passado.

Essa historiografia começa a ganhar impulso no Brasil com a abertura democrática na década de 1970 como já citado. Entretanto, sendo uma prática a qual valoriza as fontes orais e os testemunhos vivos, essa, portanto, permite também um resgate de memória daqueles envolvidos em tal evento. Para a historiadora Marieta de Moraes Ferreira (2018), houve dois principais obstáculos para que a história oral pudesse ter sido consolidada à época. O primeiro compreende-se problemas de

ordem política e econômica e o segundo pelo consenso na concepção de história nos meios acadêmicos.

A vigência de um regime ditatorial militar durante mais de duas décadas funcionou como um forte elemento de inibição para a abertura e a consolidação de programas de entrevistas. O temor de dar depoimentos, especialmente quando se tratava de opositores do regime, era um obstáculo concreto e central. Um segundo aspecto a ser considerado é que a história dominante nas últimas décadas — como também já foi fartamente assinalado, pois esse não é um fenômeno apenas brasileiro — tinha como referência o paradigma estruturalista (FERREIRA, 2018, p. 89).

Com o sancionamento da lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011²⁶ pela presidenta Dilma Rousseff, foi criada a Comissão Nacional da Verdade para apurar os crimes e as violações aos direitos humanos cometidos/ocorridos entre 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988. Foi assinada também a Lei de Acesso a Informações (nº 12.527)²⁷ que determina o fim do sigilo de documentos. Ainda para Ferreira (2018), esses dois acontecimentos produziram diversos desafios aos historiadores profissionais à medida que abria novos caminhos de exploração de fontes ligadas ao regime ditatorial brasileiro após anos de dificuldade de acesso. Porém, a historiadora ainda questiona se, de fato, os historiadores deveriam se envolver nesse desafio, pois poderiam acabar desviando-se de seus objetivos, atuando como juízes do passado.

Portanto, seja como for, é inegável a contribuição que a sanção dessas duas leis causou à história do Brasil, sobretudo pela ampliação de seu passado recente. Segundo Ferreira (2018), o final da década de 1990 já sinalizava para a apuração das violências e das perseguições políticas ocorridas no Brasil. Isso fica evidente com a constatação sobre a criação de linhas de pesquisa e de revistas dedicadas à história do tempo presente.

²⁶ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>. Acesso em 02/04/2021.

²⁷ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em 02/04/2021.

2.3 AS MANIFESTAÇÕES DE RUA DE 2013 E 2015 E O AVANÇO DO ANTIPETISMO

Entre os anos de 2013 e 2015, o Brasil presenciou uma série de manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas nas principais cidades brasileiras. Para compreendermos a ascensão do Movimento Brasil Livre (MBL), precisamos analisar os impactos que esses movimentos representaram na política brasileira, sobretudo no desgaste da imagem do PT e no fortalecimento de grupos de posições de centro e direita da política brasileira.

Para a historiadora Céli Pinto (2017), grupos de centro-esquerda e de esquerda do espectro político ocupavam de forma majoritária as ruas do país desde a redemocratização na década de 1980. No entanto, a partir das manifestações de 2013, sobretudo 2014 e 2015, as ruas do país começaram a ser ocupadas por grupos mais alinhados às posições de centro e de direita, momento em que o MBL começou a ser mais atuante.

Ainda para Pinto (2017), as manifestações que começaram em 2013, especificamente em fevereiro na cidade de Porto Alegre, foram articuladas por um grupo chamado Bloco de Lutas que era contrário ao aumento das tarifas no transporte público urbano. Porém, aquelas manifestações que se espalharam pelo país com a mesma reivindicação não estavam necessariamente relacionadas aos eventos de Porto Alegre, pois, na capital paulista, os acontecimentos foram encabeçados pelo Movimento Passe Livre (MPL)²⁸.

Partindo do pressuposto de que os eventos que se iniciaram no Brasil em 2013 tiveram, como mote o aumento das tarifas do transporte público, ficou evidente a diversidade de demandas que se espalharam pelas ruas naquele e nos anos posteriores. Tornando-se o ícone dos movimentos em 2013 e marcando uma nova

²⁸ O Movimento Passe Livre (MPL), “[...] é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade [...]”. Encontra-se presente “[...] em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero! O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre. Mas, antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005)”. Ainda, “[...] em 2006, o MPL realizou seu 3º Encontro Nacional, com a participação de mais de 10 cidades brasileiras, na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Em 2013, impulsionado pela revogação do aumento em mais de 100 cidades, ocorreu o 4º Encontro Nacional” (MOVIMENTO, s/d). Disponível em <<https://www.mpl.org.br/>>. Acesso em 26/11/2022.

forma política de agir²⁹, o MPL já possuía uma articulação desde os anos 2000 em várias cidades. Assim,

Suas pautas não se reduziam ao preço da passagem de ônibus, ainda que essa tenha sido uma estratégia política relevante. Esse movimento tem se referido mais amplamente aos direitos do cidadão no que diz respeito à mobilidade urbana de uma forma geral, a qual deveria ser considerada como um direito fundamental, tal como o direito à educação, à saúde, etc. Assim, propunham, já historicamente, a desmercantilização do transporte coletivo, alicerçando-se num ideário de transformação sistêmica, como outros movimentos estudantis tiveram no passado ou têm no presente (SCHERER-WARREN, 2014, p. 418).

Para Céli Pinto (2017), o MPL logrou grande êxito ao convocar às ruas de São Paulo uma enorme quantidade de pessoas para se posicionarem de forma contrária ao aumento das tarifas de 20 centavos no transporte público urbano. No entanto, além de ser apenas pelos 20 centavos o motivo das manifestações, a socióloga Luciana Tatagiba (2014) afirma que “a tarifa zero remete a um desejo de ocupação da cidade e de circulação pelos seus espaços públicos, um direito tradicionalmente negado aos moradores das periferias” (MARICATO *et. al.*, 2013; CARDOSO, 2013 *apud* TATAGIBA, 2014).

Segundo Rudá Ricci (2014), através da fidelidade da organização à voz, naquele momento a sociedade formou uma rede gigantesca a partir das relações individuais, grupais e íntimas que se constituíram num elemento identitário. Esse símbolo de identificação entre os que participaram dos movimentos de rua de 2013 se revelavam a partir das várias demandas expostas em cartazes, que os fazia sentirem incluídos, como:

“Copa do Mundo eu abro mao, quero dinheiro pra saude e educacao”, “Queremos hospitais padrao Fifa”, “O gigante acordou”, “La ixcrever augu legal, maix fauto edukssao”, “Nao e mole, nao. Tem dinheiro pra estadio e cade a educacao”, “Era um pais muito engracado, nao tinha escola, so tinha estadio”, “Todos contra a corrupcao”, “Fora Dilma!

²⁹ Segundo o sociólogo Rudá Ricci (2014), as redes sociais tiveram uma lógica importante no processo de convocação das manifestações de 2013. Elas atuaram não apenas no processo de convocação, mas também na organização e mobilização. Forjaram entre os indivíduos que acessavam as redes sociais uma comunidade entrelaçada e identificada pelo afeto. Essa convocação, no entanto, apresentava uma novidade: a horizontalidade das organizações, representada pela ausência de uma figura responsável pela organização dos movimentos de rua.

Fora Cabral! pt = Pilantragem e traicao”, “Fora Alckmin”, “Ze Dirceu, pode esperar, tua hora vai chegar” (SINGER, 2013, p. 25).

No entanto, além da demanda das tarifas do transporte público, Ricardo Antunes e Ruy Braga (2014) analisam outros dois componentes para a explosão desses eventos: o primeiro se coloca como um fator interno – o fim de um grande período de letargia dos brasileiros – identificada em cartazes como “o gigante acordou”, e o segundo causado por influências externas que se caracteriza por eventos globais a partir da crise de 2008. Para eles

Estas manifestações, com todas suas particularidades e singularidades, têm algo em comum: as massas populares se apropriam do espaço público, das ruas, das praças, exercitando práticas mais plebiscitárias, mais horizontalizadas, além de estampar o descontentamento em relação tanto às formas de representação de institucionalidade que caracterizam as *democracias* vigentes nos países capitalistas, como aquelas com clara feição ditatorial, como ocorre em vários países do Oriente Médio (ANTUNES, R., BRAGA, R., 2014, p. 45).

Segundo a historiadora Mayara Santos (2021), o capitalismo vive uma crise econômica desde 2008 da qual se recuperou em algumas partes do mundo. No Brasil, a crise produziu impactos imediatos na diminuição do crescimento econômico em 2009, mas foram sendo resolvidos em partes pelo crescimento dos fluxos comerciais com a China, que se tornou o principal parceiro comercial do Brasil no século XXI.

Para Antunes e Ruy Braga (2014), o Brasil adentrou nos últimos anos numa nova era de lutas sociais. Isso se deu também pela influência da crise que ocorreu em alguns países europeus centrais do capitalismo, tais como Itália, Grécia, Espanha e Portugal. Nesse sentido, as lutas que se colocam nesses países, incluindo o Brasil de junho e julho de 2013, possuem estreitas relações com temas do trabalho, como a precarização e o desemprego que inflamam as lutas sociais.

A hipótese da precarização do trabalho é corroborada pela ideia de Ricci (2014). Em sua visão, a causa dos acontecimentos de 2013 se deve ao esgotamento do modelo estatal-desenvolvimentista montado pelas gestões Lula. Em seu livro “Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013”, o autor afirma que os sinais da crise tiveram consequências diretas para os acontecimentos de 2013. Assim, o modelo de governo montado por Lula a partir de 2015 estava ligado a uma ação estatal aos moldes do pacto rooseveltiano. Tal modelo estava apoiado num forte centralismo

da condução e fomento dos investimentos produtivos e consumo interno, caracterizando um fordismo tardio³⁰.

Um elemento caracterizador desse fordismo tardio foi as políticas públicas de transferência de renda, como o “Bolsa Família”. Para Ricci (2014), até 2012, o programa já beneficiara 13,7 milhões de famílias pobres a partir de R\$ 20 bilhões – o que representa 0,4% do PIB, contrastando com o início do programa (2003) em que, naquela ocasião, o benefício atingia 3,6 milhões de famílias pobres com a transferência de R\$ 3,2 bilhões. Segundo Ricci (2014), André Singer afirma que os programas sociais criados por Lula, tal como o “Programa Bolsa Família”, acarretaram num deslocamento do voto tradicional petista para os menos abastados. O autor afirma que

A partir das políticas que criaram um potente mercado consumidor interno, se acomodou ao que denomina de “conservadorismo popular”, marcada pela tentativa de superação da pobreza dentro da Ordem. A inclusão social se deu pelo consumo, não pelos direitos ou pela ação política organizada. A sensação de aumento de poder de consumo popular foi rapidamente verificada pela ânsia consumista de produtos tradicionais (alimentos, material de construção) e/ou top de linha (celulares, DVDs, passagens aéreas) (RICCI, 2014, p. 48).

Para Sérgio Castilho (2006), a inclusão das famílias pobres no Brasil teria ocorrido pelo consumo, criando, no consumidor, uma sensação de pertencimento a uma comunidade que está imbricada num contexto de melhorias e de carências. No entanto, numa perspectiva diferente, Vilas Bôas (2009)³¹, afirma que o consumo não desperta práticas irracionais, porém pode gerar uma sensação de reconhecimento social e de valores democráticos que não se ligam necessariamente à atuação

³⁰ O conceito de fordismo tardio utilizado por Ricci é baseado na tese de seu livro *Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira*, Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Astrojildo Pereira/Editora Contraponto, 2013. Esse pacto fordista, sustentado pela Escola da Regulação a partir da tese de Michel Aglietta defendida em 1974, teria emergido nos anos 1930, sustentado pelo consumo das massas a partir da indústria automobilística e da construção civil, base norteadora do modelo rooseveltiano. Com a redução dos custos de bens de consumo, os trabalhadores passaram a participar de um pacto produtivo, fundamentado na intervenção do Estado regulador. O ciclo mais vigoroso do fordismo teria ocorrido entre os anos 1930 e 1950, modelo no qual se alastrou para os países da Europa Ocidental e o Japão, entrando em crise nos anos 1970. No Brasil foi introduzido com a política centralizadora de Lula a partir de 2005, fato esse que justifica o uso do termo fordismo tardio.

³¹ Cf. VILAS BÔAS, Cristina Aparecida. Ter para ser socialmente: representações e práticas de consumo no Shopping Oiapoque. 2009. **Dissertação de Mestrado**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

política. Por isso, os acontecimentos de junho podem ter sido influenciados por esse esgotamento da gestão Lula à medida que

A demanda por serviços públicos de qualidade, entretanto, oferece um patamar mais complexo de compreensão do “direito ao consumo”. Nesse sentido, as manifestações de junho podem ter criado um discurso pedagógico, propiciando ao consumidor perceber seu direito de definir a prática estatal (RICCI, 2014, p. 50).

Para os autores Carvalho, Placeres e Zanon (2017), apesar do “Movimento Passe Livre” ter iniciado os protestos no Brasil em 2013, diversos grupos sociais também saíram às ruas em protesto na capital paulista e, posteriormente, por todo país. O caráter espontâneo, descentralizado e as variadas demandas que foram se colocando nas ruas possibilitaram a disputa do sentido político das manifestações por diversos grupos políticos e sociais. Pode-se afirmar, entretanto, que as narrativas de combate à corrupção se sobressaíram à diversidade de demandas de junho de 2013, associando a corrupção ao Partido dos Trabalhadores a rejeição ao governo de Dilma Rousseff (PT) foi se intensificando ainda mais.

Nesse contexto, à medida que as manifestações foram ganhando corpo a partir de 2013, a imagem do PT, de Dilma Rousseff e de Luiz Inácio Lula da Silva, foi se desgastando cada vez mais, sobretudo ao associá-los como os grandes responsáveis pelos casos de corrupção no país.

Para compreendermos o desgaste do PT nesse contexto, é necessário destacar, mesmo que de maneira breve, alguns pontos das gestões de Luiz Inácio Lula da Silva e posteriormente de Dilma Rousseff. Após as eleições de 2002 que garantiram a primeira vitória de Lula, o Brasil era um país totalmente diverso daquele da década de 1980. Em um quadro de profundas transformações, o contexto “[...] já havia começado a metamorfosear o PT num *Partido da Ordem*” (ANTUNES, 2015, p. 232).

O Partido dos Trabalhadores, segundo Amaral (2010), surgiu dentro do que ficou conhecido como Novo Sindicalismo Urbano ao final da década de 1970. Formado na região do ABCD paulista como consequência das transformações políticas e econômicas que ocorreram no Brasil nas décadas de 1960 e 1970. O PT pode ser visto como fruto de uma classe operária com representatividade política e econômica. Dessa forma, o Novo Sindicalismo “[...] foi assim denominado por

enfrentar o conflito entre capital e trabalho de forma distinta do sindicalismo antes verificado no Brasil, atrelado ao Estado” (AMARAL, 2010, p. 50).

Segundo Ricardo Antunes (2015), a primeira gestão de Lula foi caracterizada mais por uma continuidade do que por uma ruptura. Manteve-se a hegemonia dos capitais financeiros comandada pelo Fundo Monetário Internacional, “[...] mantendo inalterados os traços estruturais constitutivos da excludente e perversa formação social burguesa no Brasil” (ANTUNES, 2015, p. 232). O mensalão também foi uma marca dos primeiros anos de governo petista, quase sepultando sua reeleição em 2006. Assim, o mandatário do PT buscou promover alterações importantes a fim de reconquistar apoio à sua recandidatura.

[...] desenvolveu-se o programa Bolsa Família, que procurava minimizar os níveis de miserabilidade de milhões de trabalhadores e trabalhadoras, especialmente das regiões mais atrasadas do país. Houve também um relativo aumento do salário mínimo brasileiro em comparação aos governos anteriores de Fernando Henrique Cardoso e Collor de Melo (ANTUNES, 2015, p. 232).

A crise institucional que desgastou a imagem do PT, sobretudo após a vitória de Dilma Rousseff, também ocorre pelo fato de que o governo Lula incentivou a transnacionalização de parte da burguesia brasileira – as empreiteiras – que, segundo Antunes (2015), constituem-se como uma das frações burguesas mais corruptas do país.

Após seus dois mandatos, Lula indicou como candidata a sua ex-ministra Dilma Rousseff a fim de herdar seus votos para garantir a vitória eleitoral. Porém, para Ricardo Antunes (2015, p. 243), isso se tornou central na crise petista “[...] dada a sua incapacidade de enfrentar as crises políticas como a que presenciamos em 2015 [...] e pela recusa de Dilma em ser uma mera executora das decisões políticas de Lula”.

Com relação às práticas econômicas, Dilma não alterou significativamente o que havia sido feito nos governos anteriores. Manteve um crescimento econômico voltado à expansão do mercado interno, estimulou a produção e exportação de *commodities*, redução de tributos que favoreceu os capitais industriais e a construção civil e manteve uma política econômica que buscou preservar os juros altos.

No entanto, a sua base de apoio começou a desmoronar assim que a crise internacional que atingiu os países do norte também afetou os Brics (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul). Além disso, escândalos de corrupção envolvendo o alto

escalão do PT e de membros de partidos políticos que lhe davam apoio, sobretudo o PMDB, juntavam-se nesse contexto. Foi nesse cenário que as rebeliões de junho de 2013 se alastraram pelo país.

Após as primeiras mobilizações realizadas em junho de 2013, o Brasil entrou numa onda de manifestações que atingiram desde a periferia até os grandes centros urbanos. Inicialmente organizadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), essas foram agrupando uma série de outras reivindicações de vários setores da sociedade brasileira. Suas causalidades, segundo Ricardo Antunes (2015), davam-se em uma convergência de elementos estruturais e em um contexto extremamente particular.

Primeiro pelo fato de que o projeto político que havia sido desenvolvido no Brasil desde a década de 1990, com Fernando Henrique Cardoso e depois com Lula e Dilma, manteve uma estrutura econômica semelhante ao que afetou as classes trabalhadoras. Essas, saíram às ruas denunciando o transporte público que, além de privatizado, também se encontrava precarizado. Assim com a saúde pública degradada e com o ensino público abandonado, “[...] rebelava-se, então, contra a *mercadorização da res publica*” (ANTUNES, 2015, p. 236).

O segundo motivo é o contexto da Copa das Confederações. A população começou a denunciar que os recursos públicos haviam sido destinados à construção de estádios de futebol, contribuindo com os interesses dos grandes capitais, excluindo a população pobre dos eventos esportivos.

O terceiro se encontra influenciado pelo contexto internacional que haviam “explodido” rebeliões em diversas partes do mundo. O Brasil, naquele momento, “[...] deixava de ser espectador para se tornar partícipe ativo de uma fase espetacular de rebeliões em escala global” (ANTUNES, 2015, p. 236). A presença das massas populares nas ruas fez que elas se apropriassem dos espaços públicos para demonstrarem um descontentamento com a forma de representação política das “democracias” vigentes.

Porém as rebeliões, com demandas que “explodiram” no Brasil, contaram com a presença de vários setores da sociedade brasileira. À medida que as esquerdas estavam presentes, a aparição de setores à direita e conservadores também mostraram “as caras”. Iniciava a disputa pela hegemonia das manifestações. Os integrantes do MPL se identificavam como apartidários, descrentes das atuais instituições políticas e desinteressados pela política partidária.

Acreditamos em uma nova forma de fazer política e não nos organizamos para as eleições. Pressionamos o governo por políticas públicas, mas defendemos na nossa prática cotidiana *que existe política além do voto*. No entanto, é preciso deixar claro que ser 'apartidário' não significa ser 'antipartidário'. Militantes de partidos políticos são totalmente bem-vindos para colaborar na nossa luta por passe livre (*blog MPL apud PINTO, 2017, p. 28*).

No entanto, mesmo se autoproclamando como apartidário, o MPL sempre foi associado a partidos de esquerda e é o que “[...] possivelmente provocou sua retirada das ruas quando as reivindicações se ampliaram e se tornaram visualmente contra o governo do PT” (*blog MPL apud PINTO, 2017, p. 28*). Assim, as direitas brasileiras começaram, então, uma sistemática campanha de ataque às esquerdas e aos movimentos sociais, que fizeram do PT o seu inimigo número um.

Contudo, após a vitória nas eleições de 2014, Dilma Rousseff escolheu, como Ministro da Fazenda, Joaquim Levy que iniciou um duríssimo ajuste fiscal para as classes populares, indo à contramão de tudo aquilo que havia prometido nas campanhas eleitorais. Segundo Ricardo Antunes (2015), Dilma

[...] reduziu conquistas trabalhistas, como seguro-desemprego; aumentou juros bancários; indicou um ministério de perfil conservador e começou a urdir um programa de “ajuste fiscal” profundamente recessivo. Desse modo, o segundo governo Dilma, ao implementar o que sua campanha dizia que a oposição conservadora faria, começou a ampliar ainda mais o desmoronamento de sua base social e política, que acabou jogando seu governo em uma crise que não se via no Brasil desde a era Collor (ANTUNES, 2015, p. 238).

Dessa forma, podemos destacar alguns fatores que abalaram o governo Dilma e que permitiram a politização do cenário pelas direitas que buscaram unir forças para derrotar o PT e suas práticas corruptas: 1) o aumento da crise econômica internacional, bem como seus efeitos no Brasil; 2) a vitória eleitoral extremamente acirrada contra o candidato Aécio Neves (PSDB), fato esse que acabou por fortalecer a oposição; 3) aumento da crise política do PT em função das denúncias de corrupção envolvendo figuras importantes do PT; 4) a corrosão de suas bases políticas e sociais, sobretudo as alianças políticas que sustentavam o governo; 5) o descontentamento, as revoltas e as rebeliões populares como produto de seus ajustes fiscais que penalizaram sobretudo a classe trabalhadora.

Assim, é possível afirmar que o resultado extremamente acirrado do segundo turno das eleições presidenciais em 2014 deixou o país profundamente dividido. O fortalecimento do discurso da oposição, ancorado a discursos que acusavam o governo de corrupção, produziu uma polarização de postagens nas redes sociais de cunho conservador, antipetista, inclusive de ofensas pessoais à presidenta Dilma Rousseff. Nesse contexto, as manifestações de março de 2015 já estavam articuladas a saírem às ruas para lutar pelo *impeachment*.

É nesse momento, como afirma Pinto (2017), que a maioria das pessoas estavam vestidas com camisetas amarelas da seleção brasileira de futebol³². O discurso, a partir de então, articulou-se em torno da tríade Dilma-PT-corrupção e eram opostos ao Brasil representado pelos manifestantes que saíam às ruas vestidos de verde e amarelo.

Para Mayara Santos (2021), a utilização das cores verde e amarelo da camisa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF)

[...] representou os “figurões” da bizarrice daquele panorama atual: ali presente estavam as viúvas da ditadura civil-militar-empresarial e os jovens de classe média (em sua maioria brancos) protestando a fim de banir do país “toda sujeira do Partido dos Trabalhadores” ou do perigo “comunista” (SANTOS, 2019, p. 36).

Observando os contrastes existentes entre as manifestações de 2013 com as de 2015, podemos afirmar que:

Se, em 2013, poderia ser identificado um antipartidarismo, mesmo em grupos identificados com posições à esquerda, como o Movimento Passe Livre, que se declarava antipartidário, em 2015 o cenário foi distinto, houve grande centralidade no discurso anti-PT. O PT foi caracterizado como corrupto e sinônimo de Dilma. Houve um deslocamento discursivo importante: após 12 anos de governo petista em nível nacional, de inúmeras prefeituras e estados governados desde 1990, o partido reapareceu como um perigo comunista. Nas manifestações em todo o Brasil, lia-se nos cartazes: “a nossa bandeira jamais será vermelha”; “chega de doutrinação marxista”; “basta de Paulo Freire”, “o Brasil não será uma Cuba”; “O PT é o câncer do Brasil” (PINTO, 2017, p. 48).

³² A camiseta amarela da seleção brasileira de futebol é apelidada de canarinho desde 1954. Nesse contexto, a histórica identificação entre a seleção e o povo brasileiro tornou-se o uniforme sinônimo da expressão de patriotismo.

Portanto, junho de 2013 apresentou-se como uma oportunidade para a direita, para a oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT) e para a classe média marginalizada do jogo político reaparecerem naquele cenário dominado pelas esquerdas desde a década de 1980. Grupos descontentes começaram a se articular “[...] reivindicando o ‘fim da corrupção’, e serviços públicos ‘padrão FIFA” (SILVA, 2018, p. 76). Para o mesmo autor, grupos com orientação ideológica opostas ao MPL se apropriaram de 2013 e buscaram disseminar suas reivindicações. Nesse sentido, entre os anos de 2013 e 2014, “[...] mais de 43 grupos de direita se formaram, atuando como um sistema-rede dentro da Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Nessa confluência, cabe destaque ao Vem Pra Rua, Revoltados Online e o Movimento Brasil Livre” (SILVA, 2018, p. 76).

2.4 O MOVIMENTO BRASIL LIVRE (MBL) E SUAS RELAÇÕES COM A *ATLAS NETWORK* E ESTUDANTES PELA LIBERDADE

É necessário detalharmos a relação que o Movimento Brasil Livre possui com a rede internacional de *think tanks*, pois foram fundamentais para a formação militante de seus membros. O Movimento Brasil Livre³³, fundado no final de 2014³⁴, que se autodeclara como apartidário, de pessoas livres e iguais (MBL, 2014), surge nesse contexto conturbado de crise nas representações políticas. Para Luana Barbosa Machado (2017), o cenário político que se formou, a partir do contexto de 2013 e do resultado das eleições de 2014, abriu espaço para projeção de grupos políticos caracterizados pelos ataques ao sistema político e pelo fim da corrupção.

O MBL é um movimento que se coloca contra a corrupção e a impunidade, defende uma imprensa livre e independente do governo, a liberdade de mercado, a separação dos três poderes, as eleições livres e idôneas, o fim do financiamento direto ou indireto do governo a ditaduras³⁵ e possui um forte discurso antipetista. Seu

³³ Criado em 2014 o MBL (Movimento Brasil Livre), segundo o historiador Demian Melo, o MBL é uma iniciativa do Estudantes Pela Liberdade como uma espécie de franquia do Students for Liberty no Brasil em 2012. Cf. <<https://grabois.org.br/2017/11/09/o-mbl-e-sua-rede/>>. Acesso em 27/11/2022.

³⁴ Informações sobre a data de fundação e descrição do Movimento Brasil Livre pode ser encontrado em <https://www.facebook.com/pg/mblivre/about/?ref=page_internal>. Acesso em 23/07/2020.

³⁵ Diversas notícias foram divulgadas em seu site e declarações públicas de algumas das lideranças do movimento nos permite concluir que as críticas proferidas estão relacionadas a supostos investimentos do governo brasileiro em países que, segundo o MBL, vivenciam ditaduras: Cuba, Venezuela, Equador, Angola, Zimbábue, Líbia. O manifesto do MBL pode ser encontrado na página do Facebook do grupo no link

primeiro Congresso Nacional foi realizado nos dias 28 e 29 de fevereiro de 2015 na cidade de São Paulo no qual seriam debatidos temas como: “Empreendedorismo”, “Liberalismo nas redes”, “As convergências entre liberalismo e conservadorismo”, “Liberalismo na prática” e “Popularizando o discurso liberal” (Movimento Brasil Livre, 2015a).

Para Luana Barbosa Machado (2017), apresentando uma agenda diferente das iniciadas em 2013, o MBL surge com um forte discurso globalizante, com aspecto neonacionalista e de anticorrupção a partir dos escândalos divulgados pela Operação Lava-Jato³⁶ no ano de 2014. Nesse sentido, o sentimento de indignação, a partir dessas denúncias envolvendo a Petrobrás, serviu de elemento justificador para idealizar um novo Brasil. Nesse sentido, a ascensão do MBL possui influências claras do que ocorreu no Brasil a partir de 2013. A historiadora Kátia Gerab Baggio (2016) destaca o oportunismo do movimento que, inspirando-se no Movimento Passe Livre (MPL), como ícone das manifestações de junho de 2013 em defesa da melhoria nos transportes públicos, disseminou suas ideias que são contrárias às pautas do MPL, como a privatização e a defesa do Estado mínimo. Assim, torna-se possível o entendimento de que a volta do conservadorismo no Brasil pegou carona nas pautas de esquerdas em 2013 para ganhar as ruas e para mobilizar a sociedade em prol de suas ideologias.

A relação que podemos estabelecer entre o Movimento Brasil Livre e os *think tanks* parte da rede de apoiadores brasileiros da *Atlas Network*. Segundo a historiadora Kátia Baggio (2016), em visita a seu site em maio de 2016, verificou que havia 76 organizações parceiras na América Latina e Caribe. Entre as 76, estava o Movimento Brasil Livre (MBL), que, em julho, não aparecia mais na lista de parceiras. Ela afirma que a decisão por ocultar o MBL dos parceiros da *Atlas Network* deve-se ao período de votação do *impeachment* da presidenta Dilma no Senado, já que esse grupo teve ativa participação nas redes e nas ruas a favor da derrubada do governo.

Segundo Baggio (2016), o Movimento Brasil Livre tem origem no *Students For Liberty* (SFL), foi fundado em 2008 na *Columbia University*, com a “missão” de

<<https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.204296283027856.1073741829.204223673035117/272030822921068/?type=1&theater>>. Publicado em 04/11/2014. Acesso em 24/11/2022.

³⁶ A Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, consiste em uma ampla rede de investigação realizada pelo Supremo Tribunal Federal, acerca de grandes esquemas de corrupção envolvendo agentes políticos, funcionários da Petrobras, empreiteiras e operações financeiras. Maiores informações em: <<http://lavajato.mpf.mp.br/entenda-o-caso>>. Acesso em: 24/11/2022.

“empoderar jovens estudantes liberais” ou líderes estudantis “libertários”, e que ela possui estreitos vínculos com a *Atlas Network*, que também promove programas de treinamento, cursos e apoio financeiro para formar jovens lideranças do “Movimento pela Liberdade” em todos os continentes.

Outro fator importante que nos permite fazer essas conexões é o texto que consta no site da *Atlas Network* sobre um dos mentores do MBL, Kim Kataguirí, publicado no dia 01 de abril de 2015. Quase um ano antes da aceitação do *impeachment* da então presidenta Dilma Vana Rousseff na Câmara dos Deputados, ocorrida em 17 de abril de 2016, o artigo “Students For Liberty jogam um importante papel no Movimento Brasil Livre”. Nesse sentido, apresentam Kataguirí:

À frente do movimento [MBL] está Kim Kataguirí, uma estrela libertária emergente que trabalha com os Estudantes Pela Liberdade (Students For Liberty), partner da Atlas Network. [...] Muitos membros do Movimento Brasil Livre passaram pelo principal programa de treinamento da Atlas Network, a Atlas Leadership Academy, e agora estão aplicando o que aprenderam no local onde vivem e trabalham. A “Atlas Leadership Academy oferece diversos treinamentos com foco no desenvolvimento de missões, saber como alcançar seu público e a importância de alcançar impacto”, afirma Cindy Cerquitella, diretora da Atlas Leadership Academy. “Foi emocionante trabalhar com defensores da liberdade no Brasil e em 90 países do mundo, e ainda mais emocionante foi vê-los colocar essas lições em prática (ATLAS NETWORK, 2021, tradução nossa)³⁷.

Em uma entrevista concedida à Marina Amaral, em 2015, publicada pelo site Agência Pública³⁸ Juliano Torres, na ocasião diretor executivo do X, deixa claro o vínculo dessa organização com o MBL, sobretudo seu financiamento internacional. Torres afirma que havia uma preocupação sobre a participação das manifestações de rua sem que comprometesse as entidades norte-americanas por conta das legislações locais.

³⁷ “At the head of the movement is Kim Kataguirí, a rising libertarian star working with Atlas Network partner Estudantes pela Liberdade (Students for Liberty). Many members within the Free Brazil Movement have passed through Atlas Network’s premier training program, the Atlas Leadership Academy, and are now applying what they have learned on the ground where they live and work. “The Atlas Leadership Academy provides diverse trainings with a focus on mission development, knowing how to reach your audience and the importance of achieving impact,” said Cindy Cerquitella, director of Atlas Leadership Academy. “It has been thrilling to work with advocates for liberty in Brazil, and in 90 countries worldwide, and even more exciting to see them putting those lessons into practice”.

³⁸ Disponível em <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em 30/12/2021.

Quando teve os protestos em 2013 pelo Passe Livre, vários membros do Estudantes pela Liberdade queriam participar, só que, como a gente recebe recursos de organizações como a Atlas e a Students for Liberty, por uma questão de imposto de renda lá, eles não podem desenvolver atividades políticas. Então a gente falou: 'Os membros do EPL podem participar como pessoas físicas, mas não como organização para evitar problemas. Aí a gente resolveu criar uma marca, não era uma organização, era só uma marca para a gente se vender nas manifestações como Movimento Brasil Livre. Então juntou eu, Fábio [Ostermann], juntou o Felipe França, que é de Recife e São Paulo, mais umas quatro, cinco pessoas, criamos o logo, a campanha de Facebook. E aí acabaram as manifestações, acabou o projeto. E a gente estava procurando alguém para assumir, já tinha mais de 10 mil likes na página, panfletos. E aí a gente encontrou o Kim [Kataguri] e o Renan [Haas], que afinal deram uma guinada incrível no movimento com as passeatas contra a Dilma e coisas do tipo. Inclusive, o Kim é membro da EPL, então ele foi treinado pela EPL também. E boa parte dos organizadores locais são membros do EPL. Eles atuam como integrantes do Movimento Brasil Livre, mas foram treinados pela gente, em cursos de liderança. O Kim, inclusive, vai participar agora de um torneio de pôquer filantrópico que o Students For Liberty organiza em Nova York para arrecadar recursos (AMARAL, 2015).

Se por um lado membros do MBL reafirmam não serem financiados por organizações internacionais, por outro, *sites*, como da *Atlas Network*, e a entrevista concedida à Marina Amaral por Juliano Torres demonstram o contrário e, até mesmo, o MBL divulgou, em sua página do *Facebook*, uma seleção para recrutamento de jovens para atuarem como coordenadores locais do Estudantes pela Liberdade no ano de 2014 (MBL, 2014). Dessa forma, é extremamente relevante demonstrarmos as conexões entre o Movimento Brasil Livre e os *think tanks* internacionais para compreendermos sua forma de ação política.

III NAS OBRAS DO SABER: “NÃO VAI TER GOLPE!” E A VERSÃO DO *IMPEACHMENT*

Lançado no dia 2 de setembro de 2019, o filme de propaganda “*Não vai ter golpe! O nascimento de uma nação livre*” possui duas horas e quatorze minutos de duração. Dirigido por Alexandre dos Santos e Fred Rauh, o mesmo apresenta a versão do movimento, de direita, sobre o processo de *impeachment* que acabou dando um golpe na presidenta Dilma Rousseff.

Segundo os próprios diretores, a produção foi financiada com recursos próprios e doações. Seu lançamento se deu no momento em que o movimento busca fazer uma *mea culpa* e suavizar os debates públicos que ajudou a deteriorar que contribuiu para a ascensão e eleição de Jair Messias Bolsonaro, candidato apoiado pelo movimento no segundo turno das eleições de 2018.

Logo na abertura, fica claro sua posição ao demonstrar que a derrubada da presidenta foi resultado de mobilizações populares que se alastraram por todo o país nas quais não haviam lideranças da política institucional e que seguiu todos os trâmites democráticos, daí o termo “não vai ter golpe!”.

A organização dos fatos retratados pelo filme tem por objetivo construir a versão de que não houve um golpe na política brasileira e projetar o MBL como salvadores da pátria. Nesse sentido, a queda de Dilma teria sido resultado dos erros cometidos pelas gestões do governo petista, escândalos de corrupção e supostos crimes de responsabilidade fiscal.

Analisaremos os fundamentos do discurso do MBL na política brasileira do tempo presente através da análise do discurso (AD) e as afinidades que os elementos nacionalistas presentes no filme possuem com o mito do verdeamarelismo descrito por Marilena Chauí (2000) em sua obra “Brasil, mito fundador e sociedade autoritária”.

3.1 DISPOSITIVO DE ANÁLISE: DITO E NÃO-DITO

Segundo Orlandi (2020), para compreender o efeito de sentido do texto - definidos como um conjunto de falas ou enunciados - é necessário definir e diferenciar os conceitos de inteligibilidade, interpretação e compreensão. A inteligibilidade refere-se a tudo aquilo que é inteligível: a frase “ela disse isso” é inteligível, pois, necessita apenas que saibamos o português para que seja compreendida. Porém ele não é

interpretável pelo fato de não sabermos a quem o pronome “ela” se refere, tampouco sabemos o que foi de fato dito. A interpretação é o sentido produzido levando em consideração as outras falas do texto, bem como o contexto em que foi produzido.

Em uma situação hipotética, supondo que José diz que Maria vai ao shopping e Pedro pergunta como ele sabe disso, o mesmo responde: “Ela disse isso”. Pois bem, interpretando: “ela” refere-se a Maria e “o que” ela disse é que vai ao shopping. Por outro lado, a compreensão vai além disso e procura “[...] a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam ‘escutar’ outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem” (ORLANDI, 2020, p. 24). Portanto, a partir do exemplo acima, podemos compreender que José não queira ir, ou que Pedro tomará a decisão ou ainda que José esteja indo a outro lugar.

Em suma, a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam o sujeito e sentido. Produzem-se assim novas práticas de leitura (ORLANDI, 2020, p. 24-25).

O dispositivo de análise, o dito e o não-dito estabelecem uma relação entre si que dão sentido ao discurso. Segundo Orlandi (2020, p. 80) “[...] Se digo ‘Deixei de fumar’ o pressuposto é que eu fumava antes, ou seja, não posso dizer que ‘deixei de fumar’ se eu não fumava antes. O posto (dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente)”. Nesse sentido, o não-dito é subordinado ao dito.

IV ANÁLISE

A análise do filme de propaganda política do MBL foi dividida em duas etapas. Já identificados os autores, observamos o contexto de produção, as fontes e as referências apresentadas pelo filme para embasar sua hipótese. Na segunda etapa, analisamos algumas imagens e discursos presentes no filme de propaganda a partir do dito e não-dito da Análise do Discurso (AD) observando a ressignificação da “vontade de Deus”. Assim, o Movimento Brasil Livre é colocado como uma espécie de “messias” que iria salvar o Brasil.

Dessa forma, separamos algumas falas da produção audiovisual, que destacamos aqui, para analisarmos como ele pode ser entendido como um discurso que representa uma parte dessa nova direita brasileira no tempo presente. O critério para a delimitação amostral foi o conteúdo dos discursos presentes no filme, tanto dos atores quanto do narrador, que enfatizam ideias de liberdade e um sentimento patriótico.

Em 2019, o MBL lançou seu filme de propaganda política “*Não vai ter golpe! O nascimento de uma nação livre!*” que trata dos acontecimentos que levaram ao golpe contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, bem como o sentimento de ódio ao Partido dos Trabalhadores. Produzido pelo próprio movimento, especialmente pelos membros Frederico Rauh e Alexandre dos Santos – diretores, o filme, além de criar a versão da direita sobre o processo que culminou na derrubada da presidenta eleita democraticamente em 2014, atua como propaganda política do próprio movimento, que os apresenta como um grupo de pessoas que representa os interesses brasileiros, que atua dentro da legalidade democrática, republicano, patriota e salvador da pátria.

Um dos principais argumentos apresentados, que serve de justificativa para seu título, é o de que o processo contra Dilma é resultado das falhas dos próprios governos do PT e de supostos crimes de responsabilidade fiscal cometidos pela presidenta. O filme foi divulgado logo após a antropóloga e cineasta Petra Costa lançar o seu documentário, intitulado “*Democracia em Vertigem*” (2019) que representa a versão dos fatos sob percepção dos segmentos mais progressistas da sociedade brasileira.

As referências mencionadas apresentam ferramentas diferentes para justificar sua opinião. Os principais são: testemunho oral de alguns participantes, bem como pontos de vista de membros do movimento e intelectuais dos aparelhos de ação política e ideológica do Brasil, registros de vídeo, a imprensa. Dessa forma, 18 dos 28 entrevistados³⁹ são membros do próprio Movimento Brasil Livre, além de serem também os próprios produtores. Ademais, outros entrevistados, exceto a advogada Janaína Paschoal, são pessoas diretamente ligadas a *think tanks* brasileiros, como o economista Rodrigo Constantino (fundador do Instituto Millenium); o cientista político Alexandre Borges (ex-presidente e colunista do Instituto Liberal); o economista Hélio Beltrão (ex-especialista do Instituto Millenium e fundador-presidente do Instituto Mises Brasil); Luiz Felipe Pondé (professor titular da Fundação Armando Álvares Penteado); o jurista Dr. Ives Gandra (membro do Conselho Editorial do Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista) e o jornalista Carlos Andreazza (âncora da Rádio CBN).

Fora os anteriormente citados, outro personagem merece destaque. Hélio Bicudo, ex-jurista e político brasileiro, é colocado como fundador do PT e em uma conversa com Kim Kataguirí (1h04min24s), Bicudo afirma que o processo de impeachment não possui nenhuma relação com partidos políticos, momento em que Kataguirí concorda e responde que o movimento é de brasileiros. Assim, a participação e a fala de Bicudo conferem legitimidade ao movimento ao retratá-lo como um petista arrependido e que o impeachment, acima de qualquer ideologia, é absolutamente democrático.

Além do mais, durante o filme, o grupo registra uma grande quantidade de material audiovisual produzido ao longo dos anos desde sua criação. Segundo MBL, as ações também são narrativas e, em determinado momento, Renan Santos coloca o capítulo 3 “A Marcha” como uma “narrativa”. Ideia dada por seu pai, “[...] A narrativa

³⁹ Na ordem que aparece e como creditados no filme: Paulo Eduardo Martins (dep. federal – PL/ PR), Renan Santos (fundador MBL), Pedro D’Eyrot (fundador MBL), Marcello Reis (líder Revoltados Online), Rafael Rizzo (fundador MBL), Alexandre Borges (cientista político), Adelaide de Oliveira (coord. Vem Pra Rua), Hélio Beltrão (economista), Carlos Sampaio (dep. federal - PSDB/SP), Rogério Rosso (ex-dep. federal PSD/DF), Kim Kataguirí (fundador MBL), Dr. Ives Gandra (jurista), Alexandre Santos (fundador MBL), Fernando Holiday (coordenador MBL), Rubinho Nunes (fundador MBL), Fred Rauh (fundador MBL), Ian “Ministro” Garcez (coord. nacional MBL), Luiz Felipe Pondé (filósofo), Ronaldo Caiado (governador – GO), Bruno Araújo (ex-dep. federal – PSDB/PE), Amanda Alves (membro Vem Pra Rua), Darcísio Perondi (dep. federal – MDB/RS), Hélio Bicudo (fundador PT), Janaína Paschoal (jurista), Carlos Andreazza (jornalista), Rodrigo Constantino (economista), Mendonça Filho (ex-ministro da educação), Paulo Filippus (ativista MBL).

de uma marcha a pé, de São Paulo a Brasília, soava como música aos meus ouvidos.” (SANTOS, 2019, p. 154). Assim, afirma:

A narrativa principal que a gente queria fazer era: nós vamos sair de São Paulo com o pedido de impeachment em mãos. Com um grupo de pessoas que ia sair da capital do maior estado desse país, ia rodar primeiro a rodovia dos Bandeirantes, depois Anhanguera, depois entrava em Minas Gerais, de Minas entrava em Goiás, de Goiás entrava no Distrito Federal (38 minutos e 25 segundos).

A respeito dos jornais, sua forma de apresentação apresenta um caráter tendencioso. Os periódicos servem de instrumentos ilustrativos que são apresentados de forma a ir de encontro com as ideias postas pelo filme. Em sua grande maioria, o que são apresentados é somente o texto da manchete do jornal. Outro ponto a ser observado é o tempo de exibição desses periódicos, durando apenas o tempo necessário para que o telespectador leia as palavras chaves que legitimam os argumentos apresentados pelo filme.

Segundo Bill Nichols (2005), existem seis modos de fazer cinema documentário – poético, expositivo, observativo, participativo, reflexivo e performático. No entanto, a:

“[...] identificação de filme com um certo modo não precisa ser total. Um documentário reflexivo pode conter porções bem grandes de tomadas observativas ou participativas; um documentário expositivo pode incluir segmentos poéticos ou performáticos” (NICHOLS, 2005, p. 136).

“*Não vai ter golpe! O surgimento de uma nação livre!*” pode ser descrito como uma combinação dos modos expositivo e participativo.

De acordo com o Nichols (2005), o expositivo “[...] dirige-se ao espectador diretamente com legendas ou vozes que propõem uma perspectiva, expõem um argumento ou recontam a história” (NICHOLS, 2005, p. 142). Destaca-se também a voz de um narrador – a voz de Deus – que é ouvido, mas jamais visto, com um discurso que busca ser objetivo e organizar a atenção do espectador. Dessa forma, a voz que surge algumas vezes ao longo do filme busca a objetividade dos termos e os discursos apresentados que, aliados com as imagens, ilustram aquilo que é dito.

Por outro lado, o modo participativo demonstra a interferência do cineasta na realidade que busca registrar. O mundo histórico “é representado por alguém que nele

se engaja ativamente”, colocando o cineasta “em cena”. Em alguns casos, a voz do cineasta pode emergir como uma perspectiva sobre o tema do filme, concedendo-lhe um caráter de pesquisa. Em outros, a voz do cineasta pode emergir do “envolvimento direto, pessoal, nos acontecimentos, enquanto eles ocorrem”. Independentemente dos casos, Nichols (2015) afirma que o documentário se mantém na “órbita do repórter investigativo, que faz seu próprio envolvimento na história ser crucial para o desenrolar dos acontecimentos” (NICHOLS, 2005, p. 156).

Para Leif Furhammar e Folke Isaksson (1976), os documentários de propaganda são feitos por “meias verdades” e são manipuláveis, o que pode ser observado no uso de cenas autênticas de um determinado contexto, usadas como se fossem de um momento ao qual não pertencem, ou seja, descontextualizadas. Ainda para os autores, o cinema, de forma isolada, não pode guiar a opinião pública, porém, seus traços estilísticos permitem que ele se torne suporte de manifestações políticas.

A propaganda política do movimento sobre o *impeachment* se apresenta dividida em capítulos. A logo da MBL filmes e as imagens de um grupo marchando à beira de uma rodovia com bandeiras das cores do Brasil precedem uma frase de Winston Churchill em sua abertura: “A história será gentil comigo, já que eu pretendo escrevê-la” (Winston Churchill). A combinação desses elementos projeta o MBL como protagonistas do *impeachment* e como produtor de história, e a presença das bandeiras do Brasil confere um sentimento patriótico ao movimento e a sensação de que o próprio *impeachment* é fundamental no desenvolvimento do país.

Desde a criação do MBL, o grupo está vinculado à produtora de NCE Filmes de Alexandre dos Santos, irmão de Renan dos Santos. Segundo Renan,

Do alto dos seus 23 anos, meu irmão era um rapaz mais decidido que eu. Abandonara o trabalho maçante de recuperação de metalúrgicas, que exercia comigo e com nosso pai, para estudar cinema e abrir uma produtora. Fazia sentido. Xande, como eu costumo chamá-lo (Rato, Ratão e Escroto são outras opções pertinentes), foi um dos primeiros *videomakers* de YouTube do Brasil, ainda em 2006 (SANTOS, 2019, p. 18).

Organizado numa sequência cronológica - exceto um trecho exibido ao final que é apresentado também no começo, que é o momento da votação do *impeachment* no Senado Federal. Além disso, é dividido em 8 capítulos que buscam reconstruir a

trajetória do MBL e apresentar os fatos que levaram ao impeachment também de forma cronológica como resultado das ações do MBL.

O filme inicia traçando uma trajetória da política brasileira de 2002 quando Lula foi eleito presidente da república pelo PT, seguido de uma explicação de que, enquanto o Brasil crescia economicamente através do sucesso do Plano Real, o PT “atrás das cortinas subvertia a democracia” (1 minuto 37 segundos). Assim, as falas aliadas às imagens que são apresentadas, é possível perceber que a ideia é associar o Partido dos Trabalhadores, liderado por Lula e Dilma, como inimigo da democracia, da liberdade, do país, ligá-lo a organizações criminosas e a que a manutenção do PT no poder significaria atraso e crise econômica.

Retomando Nichols (2015) e o modo expositivo, as informações que são apresentadas pelo narrador – a voz de Deus que é ouvido, mas não visto – busca organizar a atenção e enfatizar alguns dos muitos significados e interpretações do fotograma. Assim, “[...] o comentário representa a perspectiva ou o argumento do filme. Seguimos o conselho do comentário e vemos as imagens como comprovação ou demonstração do que é dito” (NICHOLS, 2005, p. 144).

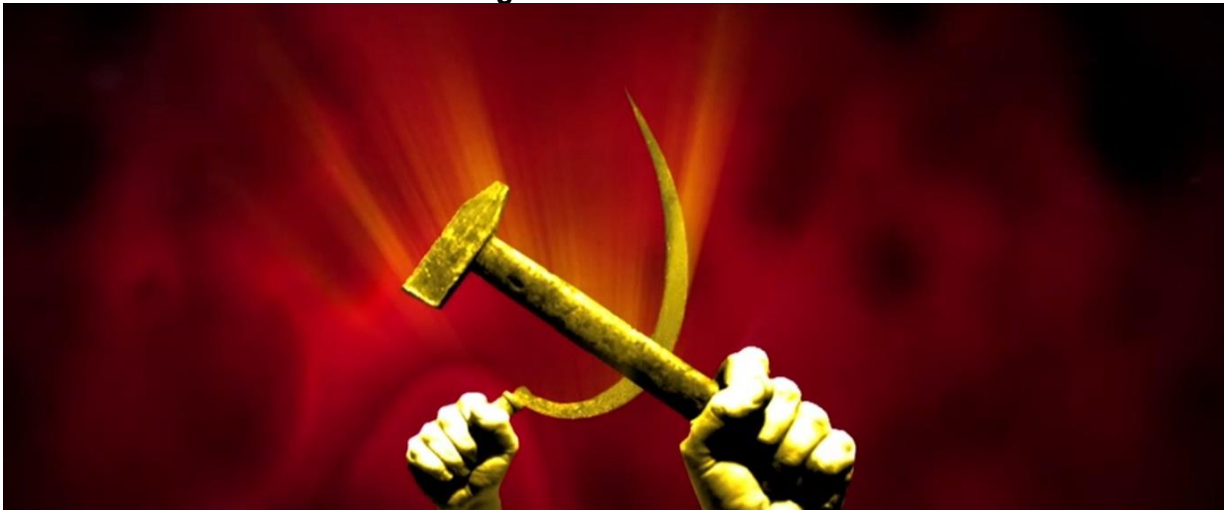
Assim, na sequência, o narrador cita que no momento do escândalo do mensalão em 2005, a suposta estratégia política da esquerda avança para a América Latina na tentativa de criar a “Pátria Grande” - o foro de São Paulo. Nesse momento, o filme busca associar os partidos de esquerda da América Latina, inclusive o PT, a facções criminosas e que Lula, então presidente da república, financiou, com dinheiro público, ditadores no continente. Interessante observar que nesse momento, além de uma música dramática de fundo buscando criar uma sensação de tensão a partir das informações que são apresentadas ao espectador, o símbolo do comunismo (2 minutos, 23 segundos) e as imagens de políticos de esquerda da América Latina em preto e branco aparecem com o objetivo de associá-los ao mal e mostrá-los como inimigos a serem combatidos. A ideia é tentar legitimar uma suposta estratégia de implantação de uma ditadura comunista na América Latina encabeçada pelo PT - “o perigo comunista”.

Figura 1 – Símbolo I



Fonte: Captura de tela do filme.

Figura 2 – Símbolo II



Fonte: Captura de tela do filme.

Para o historiador Rodrigo Patto (2018) é nessa linha que em alguns discursos

[...] o PT é associado ao leninismo com a acusação de que, inspirado no revolucionário russo, o partido trabalhava para solapar as instituições representativas visando à ditadura. Para dar credibilidade à afirmação de que o PT planejava uma escalada autoritária, os principais exemplos referem-se à mídia, com os petistas sendo acusados de atentar contra a liberdade de imprensa (PATTO, 2018, p. 14-15).

Seguindo a retrospectiva política, o narrador afirma que Lula cometeu seu maior erro político em 2010 indicando para sua sucessão Dilma Rousseff, colocada

como pouco carismática e incapaz de ter uma atuação de liderança. No entanto, a crise econômica e as denúncias de corrupção envolvendo o alto escalão do partido foram acontecimentos chave para o início das manifestações a favor do *impeachment* para “salvar o país”.

Figura 3 – Dilma como fantoche



Fonte: Captura de tela do filme.

Observando a imagem acima, apresentada em preto e branco no momento que o narrador voz de Deus caracteriza Dilma como “fantoche” de Lula, “cabeça-dura” e “pouco carismática”, a ideia é desmoralizar a liderança da presidenta. Além disso, a presença de uma mão gigante que controla suas ações, tais como um verdadeiro fantoche, busca transmitir uma ideia de que, na verdade, ela estaria sendo controlada por Luiz Inácio Lula da Silva, líder do PT e de supostos esquemas de corrupção no país.

Na sequência, ainda com o objetivo de desmoralizar o PT, o narrador afirma que a gota d’água viria em 2012 quando a presidenta fundou um novo plano econômico para o Brasil – a Nova Matriz Econômica – que, causando uma crise econômica no país junto com os casos de corrupção, estabeleceu o caos no país.

Figura 4 – Ocupação feita por manifestantes



Fonte: Captura de tela do filme.

Nesse momento, enquanto o espectador escuta, o narrador afirmar que o plano econômico de Dilma foi um desastre (02 minutos e 43 segundos), imagens preta e branca de manifestantes ocupando o Congresso Nacional e uma pessoa mascarada segurando um cartaz com os dizeres “Um país mudo não muda” são apresentadas para legitimar as falas do narrador. A sequência apresentada entre as falas do narrador e as imagens, associadas a uma música ao fundo que potencializa uma sensação de temor e de tensão, colocam que as manifestações que começaram no Brasil a partir de 2013 são resultados diretos das ações do governo petista.

Para fechar esse primeiro momento e apresentar os capítulos que seguem, o narrador afirma que “A república foi vendida, o Brasil ia para o buraco e as pessoas para as ruas” (3 minutos, 5 segundos). Para reforçar a ideia de que o *impeachment* não se tratou de um golpe, seu título é apresentado. Assim, seguindo a cronologia, o longa, dividido em capítulos, narra desde a fundação do MBL até o processo que culminou no golpe. A ideia é projetar o movimento como principal grupo por trás do *impeachment* e colocá-lo como o grande defensor da nação brasileira.

Dessa forma, a partir da análise de um conjunto de enunciados, percebe-se que o MBL se coloca como salvação para o futuro do país ao passo que o Partido dos Trabalhadores é posto como inimigo da nação.

Na sequência, o primeiro capítulo, “O chamado”, que se origina no momento em que Dilma Rousseff é reeleita presidente da República em 2014. Esse fato parece ser o estopim de uma série de manifestações que aparecem no filme, todos

organizados pelo MBL, sobretudo por Renan Santos, e termina com a eleição de Eduardo Cunha para presidente da Câmara dos Deputados. Esse momento parece ser uma luz no fim do túnel: a possibilidade de avançar com o impeachment. Além disso, a Operação Lava Jato é apresentada como uma das principais influências para a derrubada da presidenta Dilma.

Em uma das manifestações que é realizada pelo MBL em São Paulo a favor do *impeachment* de Dilma, apresenta vários manifestantes que estão vestidos com a camisa da seleção brasileira de futebol e carregando a bandeira do país. Em um caminhão de som, várias pessoas discursam para os manifestantes presentes, inclusive Renan Santos e o deputado federal Paulo Eduardo Martins do Partido Liberal (PL) que, em 2014, pertencia ao Partido Social Cristão (PSC).

Desses discursos, nos chama atenção as falas do líder do movimento, Renan Santos e a do deputado federal, respectivamente:

Não vamos lutar por intervenção militar, a intervenção é popular. Vamos nós, o povo, intervir nas nossas instituições e protegê-las do maior inimigo que a gente já teve” (19 minutos e 1 segundo).
 Nós temos que fazer o que eles já fizeram no passado, que é ser militante 100% do tempo; nós temos que ser brasileiros 100% do tempo. Assim nós vamos evitar que o nosso país tenha uma maldita bandeira vermelha que eles tanto gostam. Não! Nós vamos preservar a nossa democracia, nós vamos preservar a nossa liberdade, nós vamos preservar as nossas cores. O Brasil conta conosco e nós não vamos decepcionar o nosso país (19 minutos e 40 segundos).

Na primeira sentença, destaca-se o enunciado “vamos nós, o povo, intervir nas nossas instituições e protegê-las do maior inimigo que a gente já teve” remetendo à ideia de que o PT seria o inimigo comum do povo brasileiro. As bandeiras do Brasil e as camisas da seleção brasileira são símbolos que buscam manifestar o nacionalismo, o amor à nação, à pátria. O “vamos nós, o povo” pressupõe um elemento cívico, ou seja, os representantes políticos são eleitos pelo povo e cabe também ao povo tirá-los quando não governam para ele. Por outro lado, pensando no discurso, o “protegê-las do maior inimigo a gente já teve”, o não-dito atua como pressuposto de que o PT seria o maior inimigo da história do país, o inimigo a ser combatido.

Na segunda sentença destaca-se “Assim nós vamos evitar que o nosso país tenha uma maldita bandeira vermelha que eles tanto gostam”. A cor vermelha, pela cromatografia política, tem sido a cor do comunismo e as palavras “que eles tanto gostam” produzem uma ideia de que o PT supostamente mudaria as cores da nossa

bandeira e transformaria o país numa ditadura comunista. Ao afirmar que irão preservar a democracia, a liberdade e as cores do país, o não-dito permite compreender que o PT destruiria a democracia, cercearia a liberdade, alteraria as cores do país e que isso não pode ser aceito pelo povo brasileiro.

Figura 5 – Manifestantes de verde e amarelo



Fonte: Captura de tela do filme.

Além do discurso, outro ponto que nos chama atenção é a presença de bandeiras do Brasil e dos manifestantes vestidos com camisetas da seleção brasileira ou com cores que remetem às cores da própria bandeira. Outrossim, cartazes com dizeres “Ditadura assassina”, “Nossa bandeira é verde e amarela”, “O Brasil pede socorro, viva a liberdade”.

É dessa forma que o documentário expositivo é construído, pois, retomando Nichols (2005), fica evidente a estratégia de que as imagens ilustram, o que é dito, além de que os comentários representam o argumento do filme. Ademais, “seguimos o conselho do comentário e vemos as imagens como comprovação ou demonstração do que é dito” (NICHOLS, 2005, p. 144) Assim, com um discurso de ataque ao PT associado às imagens que são transmitidas e à manifestação liderada pelo MBL, a intenção é associar o PT a ditaduras que supostamente tiveram a intenção de alterar as cores da bandeira e apresentar o MBL como o grupo que está lutando contra todas as maldades que o PT representaria.

A partir desses discursos, percebe-se uma certa conexão ao anticomunismo e um ataque ao suposto plano do PT em estabelecer no Brasil uma ditadura. Segundo Rodrigo Patto (2018, p. 14), “de acordo com tal visão qualquer forma de socialismo

levaria ao autoritarismo, pois sua realização demandaria inexoravelmente concentração total de poder no Estado e o cancelamento da liberdade dos cidadãos”.

Segundo Fábio Vieira (2022), existem alguns elementos que favorecem a associação do PT ao comunismo. Fundado em 1979 no processo de abertura política e no auge da Guerra Fria, suas principais lideranças vinham de fora da política institucional e contavam com apoio e militância de várias organizações sociais, sobretudo do meio sindical, como o caso de Luiz Inácio Lula da Silva, com fortes críticas dessas organizações ao *status quo*. Além disso, o partido possuía apoio de intelectuais marxistas e de militantes populares que eram ligados à Igreja Católica. É isso que garante a originalidade do partido, “[...] capaz de ‘unir católicos, marxistas, intelectuais e operários” (VIEIRA, 2022, p. 175). Nesse contexto, o discurso dos movimentos sociais que apoiavam o partido

[...] não apenas foi apresentado “como uma proposta nova” e descomprometida “com as tradicionais elites sociais e políticas do país”, como também foi personificado por Lula, líder “carismático” que veio a se tornar maior que o próprio Partido. Junte a tudo isso, a não menos importante estrela vermelha, análoga a do Exército Vermelho russo [...] tomada como símbolo do Partido em plena Guerra Fria, e os elementos que cooperaram para fomentar no imaginário de parte significativa da sociedade brasileira a associação ao petismo e ao comunismo estão postos (VIEIRA, 2022, p. 175).

O segundo capítulo, “Contágio”, apresenta os bastidores de uma manifestação em São Paulo e em outras cidades brasileiras, cuja pauta seria a do impeachment. Além disso, o capítulo mostra ainda a repercussão da manifestação em emissoras brasileiras e internacionais e finaliza com o surgimento de uma ideia de uma marcha de São Paulo a Brasília com o objetivo de pressionar os deputados e senadores a acatarem a denúncia do impeachment contra a presidenta Dilma Rousseff.

O terceiro capítulo é um dos mais importantes e é intitulado de “A marcha”. Nele é apresentado os preparativos de uma marcha que os integrantes do movimento supostamente realizaram de São Paulo à Brasília a pé, tendo início no dia 24 de abril na capital paulista. A ideia de marchar até Brasília foi dada pelo pai de Alexandra e Renan:

- preste atenção, Renan. Vocês precisam levar a luta de vocês até Brasília. Eles não vão simplesmente aceitar suas manifestações gigantes como fato consumado... [...] - Vocês precisam fazer como

César, quando marchou para Roma. Como Aníbal, como Alexandre indo até a Pérsia... [...] - Vocês deveriam fazer uma marcha até Brasília. Levar milhares de brasileiros até lá, a pé... [...] - E, no final, vocês cercam o Congresso, o Palácio. Só não pode ficar nessa putaria de chamar manifestação e no fim não dar em nada (SANTOS, 2019, p. 153-154).

A metáfora argumentativa utilizada pelo pai de Renan e Alexandre para convencê-los a irem até a capital federal representa um signo - ou se constituirá num semióforo tal como apresenta Chauí - que carrega uma força simbólica inspirado em exemplos históricos. Segundo Marilena Chauí,

[...] *semióforo* é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica. uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heróica (CHAUÍ, 2000, p. 12).

Dessa forma, a marcha trata-se de um acontecimento que busca inspiração em eventos históricos simbólicos e que produz um significado na vida cotidiana dos personagens envolvidos nas manifestações pelo impeachment. É justamente na exposição que o ato cria sua significação, relacionando o visível e o invisível. “É um objeto de celebração por meio de cultos religiosos, peregrinações a lugares santos, representações teatrais de feitos heróicos, comícios e passeatas em datas públicas e festivas, monumentos” (CHAUÍ, 2000, p. 12).

Receoso num primeiro momento, após ouvir de seu pai a ideia, Renan se entusiasmou com a ideia, pois “A audácia de marchar sobre a capital federal, o resgate de uma simbologia antiga. Tudo isso falava muito alto em meu coração de nerd de humanas” (SANTOS, 2019, p. 155).

Aos 46 minutos e 52 segundos, o filósofo Luiz Felipe Pondé afirma: “Além do pragmatismo político do MBL, além de ter um *time* para uma marcha como essa, o *time* é um ato fundador: criar, como vocês mesmos falam, quase um mito.” (grifos nossos). Um mito fundador, segundo Marilena Chauí (2000) “[...] é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e ideias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, mais é a repetição de si” (p. 9). A utilização do termo *fundação* para a autora, justifica-se por ser um momento

do passado imaginário que representa o instante originário que se mantém vivo no presente e no curso do tempo.

A vitória de Dilma Rousseff, reeleita à presidência da República, bem como a continuidade do PT no governo, representa, para o MBL, o instante originário das manifestações a favor do impeachment e a marcha até Brasília. Esse momento põe a “[...] transcendência e a imanência do momento fundador: a fundação aparece como emanado da sociedade [...] e, simultaneamente, como engendrado essa própria sociedade [...] da qual ela emana” (CHAUÍ, 2000, p. 10).

Para Chauí (2000), todos nós possuímos uma forte presença de uma representação homogênea do que é ser e o que o país representa para nós. Isso nos permite, portanto, acreditar em certos momentos que o povo brasileiro é indivisível, possuem uma unidade e identidade em comum e creem numa nação e num povo indivisível. Por outro lado, essa crença também produz, em outros momentos, a representação daqueles que seriam os amigos da nação e os inimigos a serem combatidos. Esse combate, no entanto, buscaria conservar a unidade da nação, a identidade do povo brasileiro e a indivisibilidade do país.

A Marcha apresenta ainda as dificuldades enfrentadas pelo movimento durante a caminhada realizada de São Paulo à Brasília, com o objetivo de levar o *impeachment* ao Congresso Nacional. Nesse momento, são apresentadas imagens de pessoas caminhando à beira de uma rodovia portando bandeiras do Brasil e do Movimento Brasil Livre, vestidas de verde e amarelo remetendo às cores da bandeira, ressaltando a perspectiva que se tratava de pessoas que defendiam os interesses do Brasil. O fato de destacar os problemas, as adversidades, obstáculos e os perigos que enfrentam no trajeto, nesse momento, a ideia é reforçar novamente a imagem de que o MBL, num ato corajoso, estaria buscando salvar o país.

Figura 6 – A marcha



Fonte: Captura de tela do filme.

Aos 44 minutos e 43 segundos, é apresentado um discurso que Kim Kataguirí realizou na tribuna da Câmara de Vereadores de Uberlândia, município de Minas Gerais:

Quem desvia o dinheiro do bolso do brasileiro não sou eu, é o senhor. É o seu partido. São os seus movimentos que atentam contra a propriedade, que rouba do povo brasileiro, que atentam contra a tripartição de poderes e destroem a nossa República. [...] O povo brasileiro está aqui e estará em Brasília no dia 27 e ele vai derrubar o governo do seu partido (45 minutos e 16 segundos).

Na sentença acima o não-dito atua criando uma perspectiva de que o PT é uma quadrilha que rouba e que age para destruir o país. Portanto, combater as mazelas da sociedade brasileira, significa combater o PT.

Também podemos observar, a partir do instrumento do dito e não-dito, uma referência ao que o historiador Rodrigo Patto (2018) afirma. Segundo ele, os liberais, denominação que o próprio MBL se utiliza, negam o comunismo porque ele atentaria contra dois postulados definidos. Em primeiro lugar, sufocando a liberdade e implementando práticas políticas autoritárias e, em segundo, destruindo o direito à propriedade, desapossando e estatizando bens particulares. Dessa forma, ao afirmar que é o PT quem atenta contra a propriedade, a tripartição dos poderes é que tenta destruir a República, pressupõe a ideia de que o plano do PT seria o de estabelecer, no Brasil, uma ditadura, e, dessa forma, deveria ser combatido.

Assim, no momento em que a marcha para em Goiânia no dia 20 de maio de 2015, o movimento recebe a notícia de que os partidos de oposição, sobretudo o

PSDB de Aécio Neves, não os receberiam em Brasília para avançar com o pedido de *impeachment*. Na sequência e inconformados com a notícia, o filme apresenta o movimento dando continuidade à marcha, caminhando pela rodovia carregando bandeiras verde e amarela, ressaltando as cores da nação num símbolo patriótico, juntamente com uma trilha sonora ao fundo. Tudo isso em conjunto, os sons criam uma atmosfera de tensão e alerta o que aumenta ainda mais as dificuldades que são enfrentadas acerca dos objetivos, valorizando ainda mais a imagem e as ações do MBL como esperança ao futuro do Brasil.

O capítulo 4, intitulado “*Alea Jacta est*” (a sorte está lançada) inicia no momento em que, Eduardo Cunha, o então presidente da Câmara dos Deputados e responsável por acolher ou não o pedido de *impeachment*, anuncia que, a partir dali, passa a ser oposição ao governo de Dilma Rousseff. O pedido de *impeachment* aceito pelo Congresso Nacional elaborado pela jurista Janaína Paschoal e a rejeição pelo Tribunal de Contas da União (TCU) das contas do governo Dilma em 2014 são os eventos que direcionam o capítulo. Toda expectativa que envolve o acolhimento da denúncia pelo presidente da Câmara, bem como a aceitação ou não pelo Congresso, criam uma certa tensão que se desenrolará na sequência.

A 1 hora 09 minutos e 40 segundos, Kim Kataguri afirma que no dia 25 de maio o MBL havia protocolado o pedido de *impeachment* e que Hélio Bicudo também o havia feito. Assim, apresentar Bicudo - o ex-petista - como um personagem a favor do *impeachment* busca sugerir que há uma união entre a esquerda democrática com um novo pensamento liberal que estaria surgindo. Interessante perceber sua referência a existência de uma suposta “esquerda liberal”, personificada na imagem de Hélio Bicudo, pois, ao longo do filme ataques aos movimentos de esquerda, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o próprio PT, são constantes, sugerindo que os mesmos fazem parte da “outra” esquerda” que supostamente seria a parte avessa à democracia.

Após a chegada em Brasília no dia 27 de maio de 2015, o movimento se reúne com os partidos de oposição e com Eduardo Cunha (presidente da Câmara dos Deputados e responsável pelo acolhimento do pedido de *impeachment*). Após esse encontro, no quarto capítulo, é apresentado Hélio Bicudo, ex-fundador do PT, assinando o pedido de *impeachment*. A imagem de Bicudo carrega um grande simbolismo, pois ao retratá-lo como um ex-petista e apoiador do pedido do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff, é dar legitimidade ao movimento e consolidar a

versão de que não se trata de uma pauta apenas da direita, mas também da esquerda democrática. Nesse sentido, destaca-se as falas de Bicudo:

E o movimento busca a unificação do país em torno da ideia da democracia, enfim, da liberdade para todos. [...] O nosso movimento é um movimento dos brasileiros (1 hora, 4 minutos e 25 segundos). Um remédio que está prescrito na Constituição não pode ser qualificado de golpismo, nós estamos agindo de acordo com o que a Constituição diz (1 hora, 8 minutos e 13 segundos). Em primeiro lugar eu não sou do PT. Há muito eu deixei o PT porque eu não concordo com a maneira do PT gerir a sua própria administração. [...] Nós somos brasileiros (1 hora, 8 minutos e 23 segundos).

Na primeira sentença, observa-se a fala em que Bicudo ressalta que se trata de um movimento que busca reunificar o país e garantir a liberdade para todos, como se o PT representasse uma ameaça material à ela; no segundo a preocupação em reforçar a versão de que o *impeachment* não se trata de um golpe, pois é um instrumento garantido pela Constituição e, no terceiro, a tentativa de Hélio Bicudo em desvincular sua imagem do PT.

O não-dito nos permite pressupor também que o perigo real passou a incorporar as figuras do PT e da presidenta Dilma Rousseff. Dessa forma, o discurso e “a ideologia desenvolvida passou a identificar claramente qual a raiz de todos os problemas da sociedade: o governo do PT, além dos que apoiam o partido, cúmplices e usurpadores da nação brasileira” (BRUGNAGO, F., CHAIA, V., 2015, p. 113).

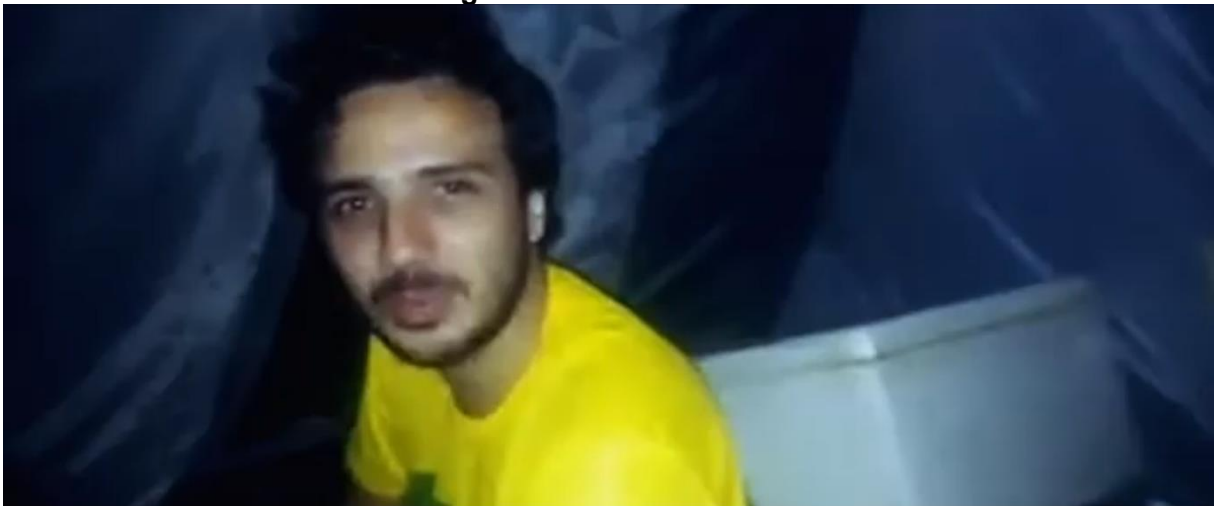
Em seguida, o capítulo 5, chamado de “O acampamento”, dá continuidade às ações do MBL, apresentando um acampamento organizado por seus integrantes em frente ao Congresso Nacional. Assim, a 1 hora, 11 minutos e 25 segundos ele é apresentado por Ian Garcez, coordenador nacional do MBL, como “um ato de resistência pelo impeachment de Dilma Rousseff na frente do Congresso Nacional” (grifos nossos) e como forma de pressionar os parlamentares a aderirem à pauta.

Confrontos com alguns parlamentares e com a TV Globo também são retratados que, através de seus repórteres que cobriam os acontecimentos em Brasília, supostamente estariam censurando de forma proposital a presença do MBL no Distrito Federal. Além disso, é retratado também conflitos com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) apresentando-os como os que iniciam as agressões. Para deslegitimar o movimento, bem como desmoralizar o governo do PT, o MTST, apoiador dos governos petistas, é representado como um grupo agressivo

que representa justamente aquilo que o MBL tenta criar ao longo de todo filme a respeito da esquerda brasileira e do PT: apresenta-los como radicalistas e antidemocráticos.

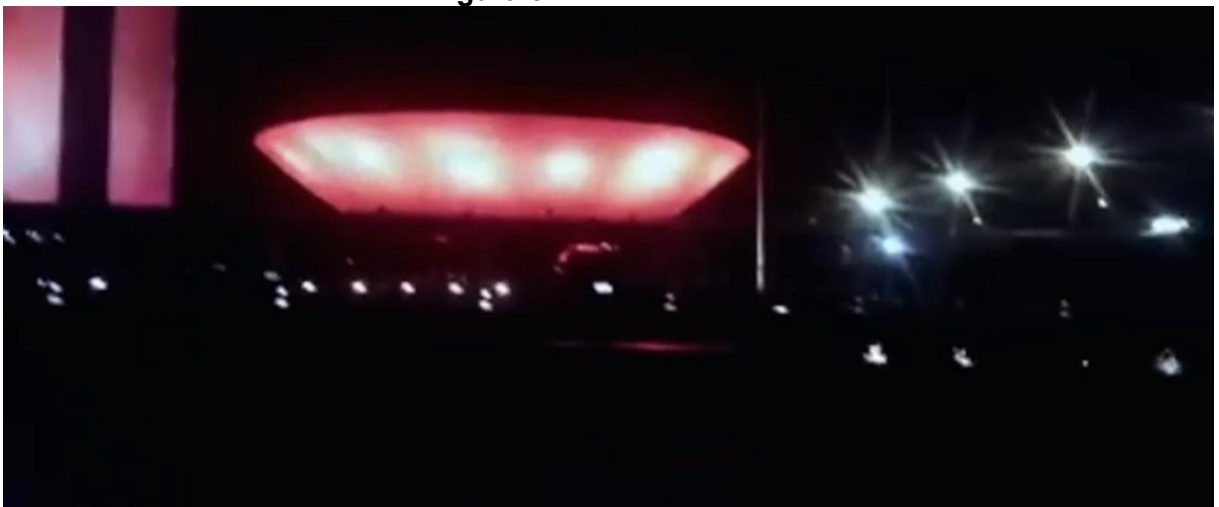
A 1 hora, 11 minutos e 25 segundos, é apresentado o acampamento montado em frente ao Congresso Nacional como “um ato de resistência pelo *impeachment* de Dilma Rousseff”. Nesse momento, Renan Santos – um dos principais líderes do MBL – aparece dentro de sua barraca convocando outros brasileiros: “[...] vem pra cá, monta tua barraca e vem ter a vista mais privilegiada do Brasil hoje. A vista no lugar onde você vai poder derrubar a Dilma Rousseff” (1h, 13 minutos, 34 segundos).

Figura 7 – Renan Santos I



Fonte: Captura de tela do filme.

Figura 8 – Renan Santos II



Fonte: Captura de tela do filme.

A imagem 7 e 8 são apresentadas no momento que Renan Santos faz a convocação. A primeira mostra Renan dentro de sua barraca montada para o acampamento e a segunda a vista que ele possuía ao abri-la. Nesse momento, podemos observar características do documentário participativo, pois, segundo Nichols (2005), quando o assistimos, “[...] esperamos testemunhar o mundo histórico da maneira pela qual ele é representado por alguém que nele se engaja ativamente, e não por alguém que observa discretamente, reconfigura poeticamente ou monta argumentativamente esse mundo” (NICHOLS, 2005, p. 154).

No capítulo 6 - “O troco” - apesar da aceitação do presidente da Câmara dos Deputados, o então deputado federal Eduardo Cunha, um novo obstáculo surge no percurso: o Supremo Tribunal Federal (STF) havia anulado os procedimentos que a Câmara dos Deputados havia adotado no rito *do impeachment*, postergando ainda mais sua votação. O obstáculo torna-se ainda maior à medida que a decisão do STF foi tomada em dezembro de 2015 e em janeiro de 2016 o Congresso Nacional entraria em recesso, paralisando os trabalhos dos parlamentares. O PT e Dilma Rousseff iniciaram o ano de 2016 supostamente fortalecidos contra o *impeachment* e que o *establishment*, na perspectiva do filme, havia criado suas versões do fato, deslegitimando o *impeachment*. Segundo depoimento de Renan Santos no fragmento que se inicia em 1 hora, 31 minutos e 21 segundos “aquele era, talvez, o nosso pior momento desde o começo” (grifos nossos).

Em “O cume”, capítulo 7, uma série de estratégias adotadas pelo MBL como uma reação contra o suposto fortalecimento do PT são retratadas. A criação de um comitê de parlamentares com os membros do Movimento Brasil Livre a favor do *impeachment* e a organização de novos protestos pró-*impeachment* são apresentados no capítulo. Busca-se criar uma indignação com o vazamento do áudio por parte do então juiz Sérgio Moro da conversa entre a presidenta Dilma e Lula em que, para supostamente escapar das investigações comandadas pelo juiz e adquirir foro privilegiado, Lula seria nomeado Ministro Chefe da Casa Civil do governo. Por fim, a busca de votos, bem como o parecer favorável da Câmara dos Deputados com relação ao *impeachment* finalizam o capítulo.

Por fim, os últimos capítulos “Operação Minerva” e “O parto” finalizam o filme de propaganda. O primeiro retrata o MBL criando uma operação a fim de pressionar os parlamentares que estavam negociando seus votos em torno do *impeachment*, e o segundo apresenta as consequências de tudo aquilo que havia sido feito antes: o

acompanhamento dos votos no Congresso Nacional e a exibição de alguns deles. No entanto, o voto de alguns parlamentares é omitido, sobretudo do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro. O ato de silenciar também é intencional e ideológico, pois, a posição do MBL de omitir o voto de Bolsonaro - que na ocasião homenageou o torturador Carlos Brilhante Ustra (tendo inclusive torturado a própria presidenta Dilma Rousseff durante a Ditadura Civil-Militar) - busca distanciar-se de uma direita mais radical vinculada ao militarismo, os projetando como uma direita republicana comprometida com a democracia.

É no capítulo O Parto que é apresentado os votos acerca do *impeachment* no Congresso Nacional, consolidando o golpe contra a presidenta. Separamos alguns enunciados que associassem o voto do *impeachment* como sinônimo de patriotismo, esperança e liberdade para o Brasil e que merecem destaque para a sua compreensão. Em São Paulo, no dia 17 de abril de 2016, o MBL havia preparado um evento para a transmissão ao vivo da votação na Câmara dos Deputados na avenida Paulista. Contando com a presença de alguns artistas, como o roqueiro Lobão e o comediante Danilo Gentili, duas figuras abertamente favoráveis ao golpe, o público que acompanhou nas ruas de São Paulo carregavam bandeiras verde e amarela e vestiam a camiseta da seleção brasileira.

O filme privilegia mostrar os votos dos deputados favoráveis ao *impeachment*. Destacamos as falas de Darcísio Perondi, Onyx Lorenzoni, Paulo Eduardo Martins e Bruno Araújo, respectivamente:

Mais esperança para os brasileiros, sim! (1 hora, 55 minutos e 30 segundos).

É sim de esperança, num novo futuro para o nosso Brasil (1 hora e 56 minutos).

Pelo povo que foi às ruas do Brasil de verde a amarelo, por um Brasil livre do PT, pelo Paraná, pela República de Curitiba, eu voto sim. (1 hora, 56 minutos e 12 segundos).

Sr. presidente, quanta honra o destino me reservou de poder da minha voz sair o grito de esperança de milhões de brasileiros. Senhoras e senhores, Pernambuco nunca faltou ao Brasil. Carrego comigo nossas histórias de luta pela liberdade e pela democracia. Por isso eu digo ao Brasil: sim para o futuro! (1 hora, 58 minutos e 33 segundos).

O conjunto dos enunciados destacados anteriormente nos permite compreender os sentidos dos discursos do filme no contexto do afastamento da presidenta Dilma Rousseff. O forte discurso antipetista é caracterizado por atribuir ao

Partido dos Trabalhadores a responsabilidade de todos os problemas políticos, econômicas, sociais e morais da sociedade brasileira.

Além disso, eleger “bodes expiatórios” é umas formas políticas mais clássicas para reduzir o ódio e a frustração de parcelas da sociedade que se sentem ameaçadas em seu mundo. Segundo Raoul Girardet (1987), o Mito do Complô espalha narrativas conspiracionistas que descrevem como organizações secretas que buscam atuar de forma semelhante a seitas que se associam de forma sigilosa em planos de tomada de poder, estabelecendo um regime político social e hegemônico.

Nesse sentido, discursos embasados na ideia de um Complô espalham ideias de que o sucesso de projetos secretos levaria a um rebaixamento moral da sociedade, deformando as tradições e os costumes. Portanto, o sucesso do Complô seria a configuração de “[...] uma massa aviltada, dividida e desvairada, desapossada tanto de seus bens como de sua dignidade, atingida nas fontes mais profundas da vida” (GIRARDET, 1987, p. 41).

Nesse sentido, para Girardet (1987) demonizar um grupo social, seja real ou imaginário, é uma das estruturas do “mito do complô” que carrega em si uma função social explicativa no universo político. Assim, a personificação do mal (petistas e comunistas) “[...] permite, assim, o seu fácil reconhecimento e, por conseguinte, a vigilância e o combate” (MESSEMBERG, 2017, p. 635). Dessa forma,

[...] fornecendo resposta ao que não se compreende ou ao que não se aceita na história e exercendo papel importante na reafirmação de identidades sociais, o mito do complô termina funcionando como instrumento poderoso para a exclusão dos diferentes e justificador de fracassos (MESSEMBERG, 2017, p. 635-636).

O Partido dos Trabalhadores é colocado, através dos discursos analisados, como os grandes responsáveis - “bode expiatório” - pelos problemas que a sociedade enfrenta, sobretudo a crise econômica e a corrupção. As práticas de corrupção, apesar de não serem práticas atuais na política brasileira, são colocadas como práticas do PT, alimentando o ódio ao partido.

É possível perceber também que, ao longo dos anos que se iniciaram a partir de 2013, sobretudo após a vitória de Dilma Rousseff em 2014, o discurso anticorrupção voltou-se totalmente contra o governo do PT. Em uma entrevista

realizada pela Revista do Instituto Humanitas Unisinos⁴⁰, Gisele Cittadino (2018) afirma que a criminalização da política no Brasil tem origem em 2005 e que a estratégia do ódio foi o combustível utilizado pela imprensa para atingir esse objetivo. É dessa forma que, após o resultado das eleições de 2014, a oposição, derrotada e inconformada com o resultado eleitoral, contou com o apoio da imprensa para desestabilizar o governo Dilma e que o ódio de classe, já disseminado na sociedade, aliado ao conluio do judiciário, foi explorado pelos perdedores para criminalizar o Partido do Trabalhadores.

O discurso contra a corrupção, uma pauta muito explorada pelas manifestações que ocorreram no Brasil, sobretudo a partir de 2014, voltou-se contra o PT. No entanto Cittadino (2018) ainda afirma que, quando as elites brasileiras têm seus interesses contrariados, o discurso anticorrupção – que é um problema endêmico no país – volta-se contra os governos populares, tal como ocorreu com Getúlio Vargas, com João Goulart e nos governos do PT. Por outro lado, nem o governo dos militares, de Antônio Carlos Magalhães e nem a era FHC, caracterizada por um inúmeras privatizações ou ainda a compra de sua reeleição, são taxados como governos corruptos.

Nesses dois últimos exemplos, temos governos que ignoram completamente os interesses das camadas populares e governam exclusivamente para o andar de cima da sociedade. Se, eventualmente, alguma das políticas implementadas – controle da inflação nos governos do PSDB, por exemplo – parece contemplar os excluídos, essa é apenas uma consequência de uma política econômica voltada primordialmente para os poderosos (CITTADINO, 2018, [p.i.]).

A respeito dos símbolos nacionais explorados nas manifestações, sobretudo no filme de propaganda política (camisas da seleção brasileira de futebol, bandeiras das cores verde e amarela e uma defesa intransigente da nação), busca criar um sentimento de união dos brasileiros comprometidos com supostos interesses nacionais em momentos de crise política e econômica, exaltando as cores verde e amarela da bandeira brasileira.

Esse fenômeno, chamado por Marilena Chauí (2000) de “verdeamarelismo”, foi elaborado ao longo da história pela classe dominante brasileira como a imagem celebrativa de um “país essencialmente agrário”. Dessa forma, o sentimento de união

⁴⁰ Disponível em < <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7306-discurso-anticorrupcao-volta-se-contra-governos-populares-no-brasil>>. Acesso em 27/01/2023.

das classes sociais pode ser visto também, além dos momentos de crise, durante eventos esportivos como as copas do mundo, ou mesmo naquelas imagens criadas para si mesmo como o país do carnaval, do futebol, do samba.

Para encerrar, é apresentado, ao final, um epílogo em que alguns depoentes, como ativistas do MBL, intelectuais, economistas, jornalistas, políticos, comemoram o resultado da votação e a derrubada do governo de Dilma Rousseff.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou contribuir para a compreensão a reorganização da nova direita no Brasil contemporâneo, sobretudo a propaganda política do Movimento Brasil Livre acerca do golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff em 2016. Assim, a partir da análise do discurso e de imagens que compõe o o filme de propaganda política analisado, buscamos entender como a versão do golpe pode ser entendido como o discurso de uma fração dessa nossa direita na política brasileira.

No entanto, não esgotaremos os debates acerca das novas direitas no Brasil – e assim esperamos – pois é um fenômeno ainda contemporâneo e que a historiografia ainda produzirá mais pesquisas baseadas em diversas outras fontes para que possa ter um melhor entendimento da volta do conservadorismo e do extremismo no cenário político.

É por isso que utilizamos o termo reorganização para se referir as novas direitas, pois, “[...] a direita nunca esteve ausente da política brasileira” (MIGUEL, 2018, p. 17). Nesse sentido, essa nova direita reorganizada constituiu-se na principal força das manifestações que levaram o governo Dilma ao desgaste político, bem como o seu afastamento da presidência da República.

Pudemos compreender que desde a redemocratização em curso no país na década de 1980, a burguesia brasileira buscou atualizar seus instrumentos de dominação com a estruturação de uma rede de aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo com o objetivo de difundir a ideologia liberal de mercado e elaborar projetos de poder.

Tais organizações atuam no sentido doutrinário – de difusão de diferentes matrizes do pensamento liberal e recrutamento de intelectuais orgânicos – quanto no campo considerado mais pragmático de elaboração de diretrizes, intervenção e proposição de políticas públicas, e de ação estrutural, alicerçada em um projeto de poder, desenvolvendo estratégias por dentro do Estado. Essas organizações podem ser caracterizadas como uma das principais estratégias de ação de frações e/ou setores da burguesia brasileira em projetos de reestruturação da dominação dos conjuntos das lutas de classes, evidenciando certas tensões, inclusive nas formas de internacionalização no plano capital-imperialista” (CASIMIRO, 2018a, p. 18).

É nesse contexto, portanto, que o retorno dos discursos de ódio, sobretudo como observados por este trabalho o ódio destilado ao PT – não podem ser reduzidos apenas como produto dos acontecimentos recentes na política brasileira, como as manifestações em 2013. Para o historiador Flávio Casimiro (2018) a mudança na política faz parte dessa reorganização das classes dominantes no Brasil a partir da década de 1980.

Acerca dessas mudanças, compreendemos também que ela faz parte de uma reestruturação das estratégias de dominação da direita em um contexto global com o surgimento dos primeiros *think tanks*. No Brasil, a fim de influenciar a classe política, convencer a sociedade civil e produzir um consenso acerca do liberalismo, destacamos o papel desempenhado pelas duas primeiras organizações brasileiras, o Instituto Liberal no Rio de Janeiro e o Instituto de Estudos Empresariais no Rio Grande do Sul, ancorados nos projetos do empresário inglês Anthony Fisher e fundador do *Institute of Economic Affairs (IEA)*, que influenciou a criação de novas organizações no Brasil e que são apoiados por uma rede internacional de *think tanks*.

Diante desse contexto global que emerge o surgimento do Movimento Brasil Livre (MBL), grande parceiro da Atlas Network que, como definiu Mariana Amaral (2015), é uma espécie de *metathink tank*, especializada em fomentar a criação de outras organizações libertaristas no mundo, com recursos obtidos com fundações parceiras nos Estados Unidos e/ou canalizados dos *think tanks* empresariais locais para a formação de jovens líderes, principalmente na América Latina e Europa oriental.

Porém, a ascensão do MBL não se esgota nas relações com a rede internacional de *think tanks*. A partir do estudo, compreendemos também a importância de uma série de manifestações que ocorreram no Brasil a partir de 2013 até 2016 com a derrubada da presidenta Dilma que, iniciaram contra o aumento das tarifas dos transportes públicos, uma pauta da esquerda, mas que foram tomadas pela direita brasileira e desembocaram nas pautas do *impeachment*.

É nesse contexto que o MBL surge, em uma conjuntura de embates políticos com o intuito de disputar as manifestações em curso no país. No entanto, o movimento ganha notoriedade por volta do fim do ano de 2014 momento pelo qual mobiliza um forte discurso antipetista e em 2017 um discurso liberal conservador, engajando-se em uma “guerra cultural” aos moldes da direita alternativa estadunidense, focando no espaço virtual para disputar a hegemonia cultural.

Após as eleições presidenciais de 2014 que garantiu a apertada reeleição de Dilma Rousseff com 51,6% dos votos contra 48,3% de Aécio Neves no segundo turno, a polarização que havia começado um ano antes ficou mais evidente quando alguns movimentos de direita, sobretudo o MBL passou a organizar uma série de manifestações com o objetivo de derrubar a presidenta.

É necessário também salientar que o MBL, a partir da espetacularização contribuiu para a polarização política, alimentar um sentimento antipetista e dividir o país em questões ideológicas, o que contribuiu para fortalecer a figura do então deputado federal Jair Messias Bolsonaro. Sua vitória eleitoral nas eleições presidenciais em 2018 atesta esse fato, 55,13% dos votos válidos, derrotando seu oponente Fernando Haddad do PT. Assim, o fenômeno do bolsonarismo radical resulta dessa “caixa de Pandora aberta” pelo MBL, publicamente reconhecida pelo movimento.⁴¹

Utilizando de memes e de um discurso conservador, concentrou seus discursos no combate à corrupção, ao punitivismo, à rejeição de políticas públicas de mobilidade social e em favor das minorias. No entanto, todos esses discursos se moldam em torno do antipetismo. Em uma entrevista concedida por Renan Santos à Folha de São Paulo⁴² em 2019, o líder do MBL reconheceu culpa do movimento pela polarização no país e um exagero em suas retóricas políticas.

Através da Análise do Discurso, foi possível analisar a versão criada pelo MBL acerca do golpe e como sua construção e todos os elementos que o compõe buscam legitimar a versão do movimento e de parte da direita brasileira na política contemporânea e como serve de instrumento de propaganda para o MBL, os projetando como o grupo que estaria salvando o país, republicanos e democráticos. A narrativa de colocar o PT como o inimigo comum e como responsáveis por todas as mazelas que atingem a sociedade, destacando crise econômicas e corrupção, alimentou o sentimento antipetista e contribuiu para a divisão do país.

Mesmo tentando aparecer, o voto de Jair Messias Bolsonaro na Câmara dos Deputados que deu aval ao processo contra Dilma é censurado pelos diretores do filme. Naquele contexto, Bolsonaro defendeu o coronel Carlos Brilhante Ustra,

⁴¹ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/mbl-admite-culpa-por-polarizacao-no-pais-e-exagero-em-sua-agressividade-retorica.shtml>>. Acesso em 12/12/2021.

⁴² Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/mbl-admite-culpa-por-polarizacao-no-pais-e-exagero-em-sua-agressividade-retorica.shtml>>. Acesso em 12/12/2021.

torturador da presidenta durante a ditadura civil-militar. Há uma evidente preocupação do movimento na construção de toda sua versão presente no filme, sobretudo nas falas de Renan, em buscar um afastamento da visão de que o MBL se trata de um grupo que defende a ditadura militar, dizendo que - aquilo que eles tratam como *impeachment* – deve se dar pelas instituições.

Por fim, não pretendemos aqui encerrar os debates acerca do tema, haja vista que as consequências dessa inflexão do Brasil a partir de 2013 ainda reverberam pelo país. Mas a semente bolsonarista foi plantada: pedidos de intervenção militar nas ruas que continuam presentes até os dias de hoje por não aceitar o resultado das eleições presidenciais de 2022, ataques à imprensa, a suposta ideia de que as instituições estão corrompidas, a utilização das redes sociais como estratégia de ataques, sobretudo com a propagação das *fake news*, a máxima de que o povo é soberano e Brasília deve obedecê-lo e o mais recente episódio gravíssimo ocorrido em Brasília de ataque e depredação dos prédios dos três poderes da República no dia 8 de janeiro de 2023. Tudo embalado nas cores verde e amarelas.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Oswaldo (2010). As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. **Tese (doutorado) em Ciência Política**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- AMARAL, Marina. **A nova roupa da direita**. Pública. São Paulo, 23 de junho de 2015. Disponível em <<https://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/>>. Acesso em: 31 dez. 2021.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo** São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- ANTUNES, Ricardo (2015). Fenomenologia da crise brasileira. **Lutas Sociais**, vol. 19, n. 35, pp. 09-26.
- ANTUNES, Ricardo, BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013. R. Pol. Pub., São Luís, Número Especial, p. 41-47, julho de 2014.
- ASSAD, P.; GRINBERG, F.; AGUIAR, T. **O que pensam os youtubers de Jair Bolsonaro?** Época, São Paulo, 17 nov. 2018. Disponível em: . Acesso em: 3 dez. 2022. Carnes , Mark (org.) *Passado Imperfeito*. A história no cinema. Rio de Janeiro. Record, 1997.
- MOVIMENTO BRASIL LIVRE. Manifesto. Disponível em: <<http://www.movimentobrasillivre.org>>. Acesso em: 15 de julho de 2015.
- ARRUDA, Gilmar. **Monumentos, semióforos e natureza nas fronteiras**. In: ARRUDA, Gilmar (Org.). *Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas*. Londrina: Eduel, 2005.
- ATLAS NETWORK. Parceiros. 2019. Disponível em: <<https://www.atlasnetwork.org/partners/global-directory/latin-america-and-caribbean/3>>. Acesso em: 11 nov.2019.cd
- BAGGIO, Kátia Gerab. **Conexões ultraliberais na América: o think tank norte-americano Atlas Network e suas vinculações com organizações latino-americanas**. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DA ANPHLAC, 12., Campo Grande, 2016. Anais... Campo grande, MS: Anphlac, 2016.
- BALESTRO, M. A. M. S. **Agenda Conservadora, Ultraliberalismo e Guerra Cultural: Brasil Paralelo e a Hegemonia das Direitas no Brasil Contemporâneo (2016-2020)**. 2021. - Dissertação (Mestrado Acadêmico), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2021.
- BARBOSA, J. (2016). **Protestos da direita no Brasil contemporâneo: think tanks, grupos empresariais, intelectuais e aparelhos orgânicos da burguesia**. *Lutas Sociais*, 20(36), 151–165.

BARBOSA, M. História da União Democrática Ruralista (UDR) em Goiás: o epicentro da ação ruralista na Constituinte de 1988. **Tese (Doutorado em História)** – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

BEBIANO, Rui. Temas e problemas da história do presente. In: **A História Tal Qual se Faz**. Coord. de José d'Encarnação. Lisboa, Edições Colibri - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003. p. 225-236.

BRUNO, Regina Angela Landim. O ovo da serpente: monopólio da terra e violência na Nova República. **Tese de doutorado** defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley, em março de 2002.

CAPELATO, Maria Helena. **Propaganda política e controle dos meios de comunicação**. In PANDOLFI, Dulce (org.). Repensando o Estado Novo. RJ, FGV, 1999.

CARNES, Mark (org.) **Passado Imperfeito**. A história no cinema. Rio de Janeiro. Record, 1997.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das novas direitas no Brasil contemporâneo**. / Flávio Henrique Calheiros Casimiro. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. / Flávio Henrique Calheiros Casimiro. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das novas direitas no Brasil contemporâneo**. / Flávio Henrique Calheiros Casimiro. – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

CARVALHO, Ana; PLACERES, Giulliano; ZANON, Breilla. **A direita no Brasil em um novo ciclo político: uma análise do Movimento Brasil Livre (MBL)**. Julho 2017.

CHAIA, V.; BRUGNANO, F. **A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook**. Aurora: Revista de arte, mídia e política, São Paulo, v.7, n.21, p. 99-129, out.2014-jan. 2015.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil, mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

CITTADINO, Gisele. **Discurso anticorrupção volta-se contra governos populares no Brasil**. Revista do Instituto Humanitas Unisinos, 04 jun. 2018, ed. 523. Disponível em < <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7306-discurso-anticorruptcao-volta-se-contra-governos-populares-no-brasil>>.

CODATO, A; BOLOGNESI, B; ROEDER, K.M. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral no campo conservador. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Org). **Direita, volver!** O retorno da direita e o

ciclo político brasileiro. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, v., p. 115-143.

CORRÊA, Marcos. **A propaganda política do golpe de 1964 através dos documentários do Ipês**. Revista de história e Estudos Culturais, vol. 3, n.1, 2006. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/893>. Acesso em: 13 jun. 2021.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 39 - 79, jan./mar. 2018.

DOSSE, F. (2012). História do Tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**. 4(1), pp. 5-22.

FERREIRA, Marieta Morais. História do Tempo Presente: desafios. **Cultura Vozes**. v. 94, n. 3. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, M. de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v.10, n.23, p.80-108, jan./mar. 2018.

FERRO, M. **O filme**: uma contra-análise da sociedade? In: LE GOFF, J., NORA, P. (Orgs.). *História*: novos objetos. Trad.: Terezinha Marinho. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976. p. 202-203.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. **A atuação política dos think tanks neoliberais brasileiros e argentinos**: os casos do Instituto Liberal, do Instituto de Estudos Empresariais e do Instituto para el Desarrollo Empresarial de la Argentina (1983 – 1998). 2019. 300 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

_____. **A importância dos think tanks para a divulgação do neoliberalismo no Brasil**. Faces de Clio - Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História - UFJF. Vol. 2. N. 4. jul-dez, 2016. p.109-129.

FURHAMMAR, Leif; ISAKSSON, Folke. **Cinema e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 23ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

Instituto de Estudos Empresariais (2014) **30 anos formando líderes**. Porto Alegre: IEE. Edição comemorativa de 30 anos da entidade. Disponível em: Acesso em: 20 de out. 2022.

KAYSEL, André. **Regressando ao regresso**: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In CRUZ, Sebastião, KAYSEL, André, CODAS Gustavo (org). *Direita Volver* o retorno da direita e o ciclo econômico brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

LEPRI, Adil Giovanni; MOURÃO, Mônica. **A política narrativa do Movimento Brasil Livre no documentário Não vai ter golpe! O nascimento de uma nação livre (2019)**. Revista Digital de Cinema e Documentário, n. 29, 2020, p. 117 – 139.

LOHN, Reinaldo L.; CAMPOS, Emerson C. de. Tempo presente: entre operações e tramas. **História da historiografia**. n. 24, p. 97-113, ago. 2017. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/issue/view/27>>. Acesso em: 11 set. 2021.

MACHADO, Luana Barbosa. **Nacionalismo, Não-Violência e os Novos Atores Engajados na Política Contenciosa Brasileira: o caso do Movimento Brasil Livre (MBL)**. – 2017.

MAUAD, A. M. Dimensões do Presente: palavras e imagens de um acontecimento, os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono, em 11 de setembro de 2001, Niterói: Labhoi, **Primeiros Escritos**, Nova Série n.9, janeiro de 2003.

MBL. Movimento Brasil Livre. Recrutamento Estudantes pela Liberdade. **Movimento Brasil Livre**, 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/204223673035117/posts/277853409005476/>>. Acesso em: 31 dez.2021.

MESSEMBERG, Débora. (2017), **A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros**. Sociedade e Estado, v. 32, n. 3, pp. 621-647.

MIGUEL, Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Esther (Org). **O ódio como política: a Reinvenção das direitas no Brasil**. Cidade: Ed. Boitempo, 2018, cap.1 p-17-26. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4476955/mod_resource/content/1/L.%20Bulgarelli%20Moralidades%2C%20direitas%20e%20direitos%20LGBTI.pdf> Acesso em: 18 jan, 2020

MORETTIN, Eduardo. **O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro**. In Capelato *et all. História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2007.

MOTTA, R. P. S. (no prelo). **Anticomunismo e antipetismo na atual onda direitista**. In E. Bohoslavsky, R. P. S. Motta, S. Boisard. *Pensar as direitas na América Latina*. (pp. 1-22). São Paulo: Editora Alameda. Recuperado em 02 de outubro, 2018, de https://www.academia.edu/37518793/ANTICOMUNISMO_E_ANTIPETISMO_NA_ATUAL_ONDA_DIREITISTA

MOTTA, R. P. S. (no prelo). *1º Congresso Nacional Movimento Brasil Livre*. Disponível em: <<http://www.eventick.com.br/congressombl>>. Acesso em: 26 de novembro de 2015(a).

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Eds.). **O tempo da Nova República: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. p. 13–26.

MORAES, R. C. A organização das células neoconservadoras de agitprop: o fator subjetivo da contrarrevolução. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. (Org). **Direita, volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015, v., p. 231-245.

NAPOLITANO, Marcos. **Considerações sobre a História do Tempo Presente**. Questões para a história do tempo presente em tempos pandêmicos. Junho/Julho, 2020.

NAPOLITANO, Marcos. **A História depois do papel**. In: PINSKY, C. et al. (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2008.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**. 5a ed. Campinas: Papirus; 2005.

ORLANDI, Eni, P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Ponte editores, 2002.

PATTO, Rodrigo. **Desafios para uma história do tempo presente**. Questões para a história do tempo presente em tempos pandêmicos. Junho/Julho 2020.

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo**. História: Questões & Debates, v. 38, n. 1, 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. **“A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013-2015)”**. Lua Nova, São Paulo, n. 100, pp. 119-153, 2017.

QUEIROZ, A. (2011). **A propaganda política na construção do imaginário coletivo no cinema de resistência: estudo de caso do filme Jango de Silvio Tendler**. Revista FAmecos, 18(1), 23-40.

RICCI, Rudá. **Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013**/Rudá Ricci, Patrick Arley. – Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014. p 49.

ROCHA, Camila. Menos Marx, mais mises: Uma gênese da nova direita brasileira (2006 – 2018). 2018. 232 f. **Tese (Doutorado em Ciência Política)** – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTOS, Renan. A Marcha pela Liberdade. In: KATAGUIRI, K. SANTOS, R. **Como um grupo de desajustados derrubou a presidente: MBL: a origem.** – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2019.

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política: Salvador. **Cadernos CRH**, [online], v. 27, n. 71, p. 417-429, 2014.

SILVA, Ederson Duda da. As bases da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo. **Simpósio Direitas Brasileiras**, 2018. A base da nova direita: estudo de caso do Movimento Brasil Livre na cidade de São Paulo (2013 – 2016).

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. In: Dossiê mobilizações, protestos e revoluções. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, n.97, nov. 2013.

SOUZA, Éder C. **Cinema e didática da história: um diálogo com o conceito de cultura histórica de Jörn Rüsen.** *História Revista*, Goiânia, v.17, n.1, jan./jun. 2011, p. 15-36.

_____. **Cinema e educação histórica: Jovens e sua relação com a história em filmes.** Curitiba: UFPR, Doutorado em Educação, 2014.

TATAGIBA, Luciana. “1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil”. **Política & Sociedade**, v.13, n.28, 2014, pp.35-62.

TATAGIBA, Luciana, Thiago Aparecido TRINDADE, e A. C. C. TEIXEIRA. “Corruptos” Um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015).” **II Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas**, Abril de 2015: 1- 29.

TROIANO, Mariele. As associações empresariais e o processo constituinte de 1987-88. 2012. 150f. **Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas)** – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

VIEIRA, Fábio Antunes. **DO MBL AO BOLSONARISMO: O discurso antipetista por um Brasil menos livre.** 2022. 210 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2022.

Filme

Não vai ter golpe! O nascimento de uma nação livre. Direção: Alexandre dos Santos e Fred Rauh. Produtora: MBL Filmes. **Prime Vídeo:** 12 de dezembro de 2020. 2 horas e 14 minutos.